

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental

Carolina Peixoto Ferreira

**Percepção Ambiental
na Estação Ecológica de Juréia-Itatins**

São Paulo
janeiro de 2005

Carolina Peixoto Ferreira

**Percepção Ambiental
na Estação Ecológica de Juréia-Itatins**

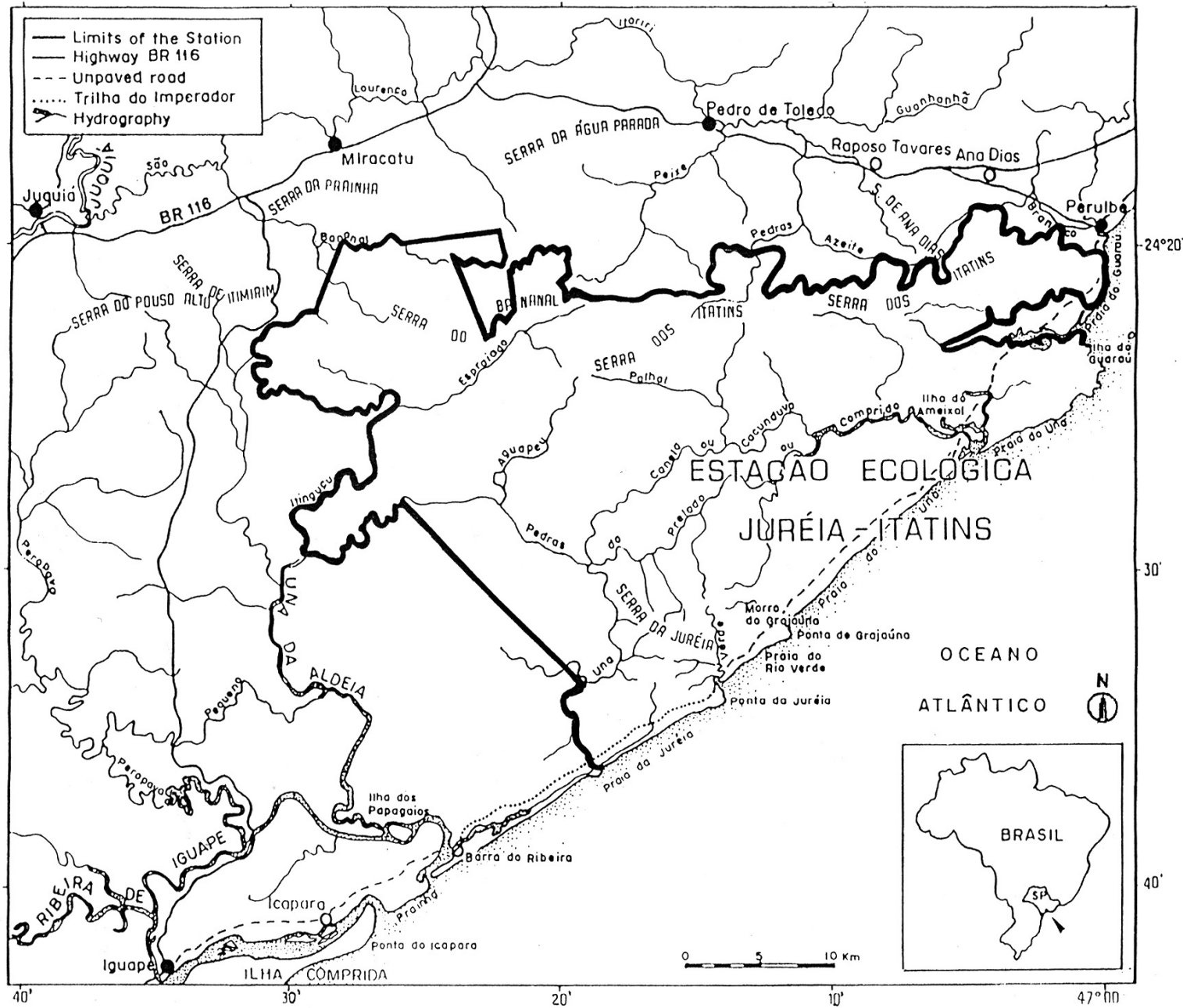
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, para a obtenção de título de mestre em Ciência Ambiental.

Área de concentração: Percepção Ambiental e Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Sant'Ana Diegues.

São Paulo
janeiro de 2005

Mapa 1: Localização da Estação Ecológica de Juréia-Itatins, Iguape, SP.



Fonte: Carvalhaes, 1997

Cantiga de Protesto dos moradores da Estação Ecológica de Juréia-Itatins

Nascemos

Nos criamos

Não podemos mais ficar

No Itatins e na Juréia

Não se pode mais morar

Vamos chorar, vamos chorar
Porque não temos onde morar
Vamos chorar, vamos chorar
Porque não temos onde morar

Foi no dia 28 de setembro

O Governador veio assinar

Na Barra de Una

Para nos desapropriar

Vamos chorar, vamos chorar
Porque não temos onde morar
Vamos chorar, vamos chorar
Porque não temos onde morar

Em cultivo

Não se pode nem falar

Se fizermos uma roça

A Florestal vem nos multar

Vamos chorar, vamos chorar
Porque não temos onde morar
Vamos chorar, vamos chorar
Porque não temos onde morar

Na justiça dos homens

Não devemos acreditar

Vamos pedir ao Salvador

Que venha nos ajudar

Vamos chorar, vamos chorar
Porque não temos onde morar
Vamos chorar, vamos chorar
Porque não temos onde morar

RESUMO

A Estação Ecológica de Juréia-Itatins (EEJI) é uma unidade de conservação de Proteção Integral. Tal categoria objetiva a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas, sendo a visitação pública consentida apenas quando destinada a atividades educacionais. Embora a lei proíba a ocupação humana no interior das Estações Ecológicas, a EEJI já comportava residentes no ato de sua criação em 1986, que em 1991 totalizavam 1531 pessoas. Conseqüentemente, a EEJI apresenta conflitos sociais decorrentes das restrições provenientes da política ambiental que passou a fazer parte da vida desses moradores. Nesse contexto, esta dissertação de mestrado quer verificar se há correlação entre a existência desses conflitos e as diferentes percepções ambientais de cinco grupos sócio-culturais envolvidos na gestão ambiental deste território comum, quais sejam: (i) os funcionários da administração, (ii) os guarda-parques, (iii) as entidades da sociedade civil organizada, (iv) os pesquisadores e (v) os moradores. Por intermédio de entrevistas de questões abertas e de observações indiretas feitas em campo sobre as relações humanas e suas interações com o espaço, analisaram-se os significados, as atitudes e as valorações desses grupos diante do ambiente natural e construído da EEJI e identificaram-se as suas expectativas em relação à gestão ambiental desta unidade de conservação. Os resultados da pesquisa indicaram que as diferentes percepções ambientais de fato estão atreladas aos conflitos, mas também destacaram vários pontos de convergência nessas alteridades perceptivas. Há abertura a uma gestão mais democrática que concilie a conservação das riquezas naturais e culturais da Estação. Existe a percepção de que a centralização do poder nas mãos do Órgão Público responsável pela EEJI apresenta uma maior probabilidade de ocorrência de conflitos. A ordem inversa, que contemple e conheça as dinâmicas sociais e ambientais do lugar e que assegure a participação dos grupos envolvidos, é reconhecida pelos entrevistados como um caminho mais eficaz e justo para a resolução desses impasses. Nesse sentido, o estudo de percepção ambiental, mostra-se como uma importante ferramenta política, uma vez que revela e contextualiza a realidade local, fornecendo subsídios ao planejamento e à gestão, evitando ou minimizando os conflitos provenientes de ações incoerentes com as realidades. Conceitos geográficos como espaço, paisagem, território e lugar amparam as discussões realizadas neste estudo.

ABSTRACT

The “Estação Ecológica de Juréia-Itatins” (EEJI) is a fully protected conservation unit. Such category aims to preserve nature and the fulfillment of scientific researches, being public visitation consented only for educational purposes. In spite of the fact that the law prohibits human occupation in such units, when EEJI was set up in 1986 it already had some residents, summing up to 1,531 people in 1991. Consequently the EEJI presents social conflicts as a result of the restrictions proceeding from the environmental policy which started to integrate the life of those people. In this context, this master essay wants to verify if there is a correlation between the existence of these conflicts and the different environmental perceptions of the five socio-cultural groups involved in the environmental management of this commonplace territory, known as: (i) the administration staff, (ii) park keepers, (iii) the entities of the organized civilian society, (iv) the researchers, and (v) the residents. Through open questioning interviews and indirect observations made in the field about the human relations and their interactions with the space, an analysis was made of the meanings, the attitudes and the value judgments of these groups concerning both the natural and constructed environments in the EEJI. Their expectations in relation to the environmental management of this conservation unit were also identified. The results of this research not only indicated that the different environmental perceptions are in fact bound by the conflicts but also pointed out several convergence points in these perceptual alterities. There is openness to a more democratic management that conciliates the conservation of natural and cultural wealth of the EEJI. There is the perception that the power concentrated in the hands of the Governmental Department responsible for EEJI presents a greater chance of conflicts taking place. The reverse order, that contemplates and knows the social and environmental dynamics of the place and that assures the participation of the groups involved is recognized by the interviewees as a fairer and more efficient way of settling the impasse. In this sense, the study of the environmental perception shows itself as an important political tool, once it reveals and contextualizes the local reality, supplying subsidies to the planning and managing, avoiding or minimizing the conflicts that arise from the incoherent actions taken. Geographical concepts of space, landscape, territory and place support the arguments accomplished in this study.

AGRADECIMENTOS SÃO DEVIDOS A

Prof. Dr. Antonio Carlos Sant'Ana Diegues, meu orientador.

Profa. Dra. Solange T. de Lima Guimarães e Profa. Dra. Eda Tassara pelas sugestões feitas na Qualificação.

Profa. Dra. Sueli Angelo Furlan, pelas indicações de leituras.

Programa de pós-graduação em Ciência Ambiental, nas pessoas de Maria José e Luciano, pelos auxílios à logística acadêmica.

Aos colegas de mestrado, Iaskara, Paula, Marina, Corina, Rossano e Fábio, pelos momentos de descontração no trajeto de elaboração desta pesquisa.

Aos amigos de vida, que de perto ou longe estiveram torcendo para esse desfecho, em especial Lúcia, Zé, Débora, Humberto, Karen e Beatriz.

Aos funcionários, guarda-parques, pesquisadores e moradores da Estação Ecológica de Juréia-Itatins, sem os quais esta pesquisa não existiria. Agradeço especialmente ao Ednaldo, pela monitoria socioambiental, aos seus pais, Amigo e Antônia, que me acolheram em sua casa; Dito, Keli, Seu Avelino e dona Yolanda, pelas conversas e caminhadas; Arnaldo, Dauro, Seu Peixe e família, sempre presentes nas instigantes discussões.

Aos irmãos Mariana, Rita e Pedro Ivo, e seus companheiros, Otávio e Rodrigo, pelos estímulos positivos.

Ao Chico, companheiro para todos os momentos. Pela paciência e pelo carinho.

Aos meus pais, por tudo, desde sempre.

SUMÁRIO

Introdução	- 1 -
Metodologia.....	- 5 -
Capítulo 1. A construção social das áreas naturais protegidas.....	- 8 -
1.1. No mundo	- 8 -
1.2. No Brasil.....	- 12 -
Capítulo 2. A Estação Ecológica de Juréia-Itatins.....	- 16 -
2.1. Histórico.....	- 16 -
2.2. Contexto Biogeofísico	- 22 -
2.3. Contexto Social	- 27 -
Capítulo 3. Percepção Ambiental.....	- 39 -
3.1. Percepção Ambiental para a Filosofia: a contribuição da fenomenologia....	- 39 -
3.2. Percepção para a Percepção Ambiental	- 43 -
Capítulo 4. Percepção Ambiental na EEJI: valores, atitudes e expectativas dos diferentes grupos sócio-culturais envolvidos	- 49 -
4.1. Características dos Sujeitos e dos Grupos	- 51 -
4.2. Sobre o tempo de interação.....	- 53 -
4.3. CONVERSA: A análise da percepção ambiental dos sujeitos e dos grupos	- 54 -
4.4 MONÓLOGO: O resultado das percepções ambientais dos grupos.....	- 98 -
Considerações finais	- 103 -
Bibliografia.....	- 107 -
Apêndices	
Anexos	

LISTA DE MAPAS

MAPA 1. Localização da Estação Ecológica de Juréia-Itatins	p. i
MAPA 2. Representação dos municípios na EEJI	p. 22

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Histórico do uso do espaço na EEJI	p. 21
TABELA 2. Evolução do quadro de recursos humanos da EEJI	p. 37
TABELA 3. Quadro de recursos humanos da EEJI em junho de 2003	p. 38
TABELA 4. Dados de características pessoais dos entrevistados.....	p. 51

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Modelo simplificado da Percepção Ambiental.....	p. 49
--	-------

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. O que é a EEJI?	p. 60
GRÁFICO 2. Como você a descreveria?	p. 65
GRÁFICO 3. Até onde vai a EEJI?	p. 69
GRÁFICO 4. Para o que serve a EEJI?	p. 73
GRÁFICO 5. Como você cuidaria da EEJI?	p. 82
GRÁFICO 6. Quem deve cuidar da EEJI?	p. 86
GRÁFICO 7. Com relação 'a natureza, do que você gosta na EEJI?	p. 95
GRÁFICO 8. Com relação 'a natureza, do que você não gosta na EEJI?.....	p. 98

INTRODUÇÃO

A Estação Ecológica de Juréia-Itatins (EEJI), criada em 1986, localiza-se no litoral sul do Estado de São Paulo e compreende uma área de aproximadamente 80.000 ha.

As Estações Ecológicas são unidades de conservação (UC) do grupo de proteção integral que, segundo a Lei Federal 6.902/81, devem destinar 90% de sua área à preservação integral da biota, podendo utilizar os 10% restantes em prol de pesquisa e desenvolvimento de projetos de educação conservacionista. A categoria Estação Ecológica não prevê, no texto legal vigente, a possibilidade de ocupação humana em seu interior nem tampouco a ocorrência de áreas particulares incluídas em seus limites (Art.2º. As Estações Ecológicas serão criadas pela União, Estados e Municípios, em terras de seus domínios, definidos, no ato de criação, seus limites geográficos e o órgão responsável pela sua administração). Ainda assim, a Estação Ecológica de Juréia-Itatins, já no ato de sua criação, comportava residentes que, em 1991, totalizavam 1531 pessoas (São Paulo, 1991a).

Aos proprietários de terras localizadas no interior de unidades de conservação de proteção integral é concedido o direito de indenização pelo Poder Público. Porém, até setembro de 1992, segundo o relatório interno da Divisão de Reservas e Parques Estaduais do Instituto Florestal (DRPE/IF) (São Paulo, 1995), apenas 12,52% da área total da EEJI eram de propriedade da Fazenda do Estado. Encontrava-se em processo de reavaliação da regularização fundiária 72,14% da Estação sendo que os 15,34% restantes eram áreas que aguardavam implantação e trabalhos de regularização das terras¹. Soma-se a esse quadro o conflito decorrente da incompatibilidade legal da categoria da unidade de conservação em questão com a presença de seus moradores.

Queiroz (1992) expõe que a origem desses conflitos está no procedimento autoritário e centralizador na qual a EEJI foi criada. Para ele, ao contrário do que deveria ter ocorrido, a Estação primeiro foi delimitada e criada, depois foi declarada de utilidade pública, para posteriormente serem feitos os estudos de desapropriação. Segundo o autor, esse processo foi criticado na época pelos ambientalistas e até mesmo pelos funcionários do governo, que denunciavam que “os limites da Estação e o destino de uma população teriam sido traçados em um gabinete” (op. cit.:131).

¹ No Brasil, um grande número de unidades de conservação só “existe no papel” como consequência da não regularização fundiária, a qual não é efetuada principalmente por falta de recursos.

O Substitutivo ao Projeto de Lei 2.892/92 que, após apreciação do Poder Executivo, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - Lei Federal nº 9.985/2000) apresentava duas medidas resolutivas diante da presença humana em unidades de conservação de proteção integral: (i) reassentar a população ou (ii) reclassificar a área ocupada em Reserva Extrativista ou Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Tal artigo (56º) foi vetado, restando apenas a opção pela indenização. É importante ressaltar que o SNUC assegura às populações tradicionais, que porventura residam em unidades de conservação de proteção integral, “as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais” (Cap. IV Art.28º parágrafo único), até que seu Plano de Manejo seja elaborado. Embora essa lei explicita que “o Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação” (Cap. IV Art.27º § 3º), a Estação Ecológica de Juréia-Itatins não possui tal instrumento de planejamento e gestão da área.

A indefinição da situação jurídica das comunidades da EEJI, assim como das existentes em outras unidades de conservação de proteção integral, prejudica-as em vários aspectos: além delas não serem indenizadas (solução de alto impacto sociocultural), são cerceadas em suas ações e perspectivas futuras quanto ao uso/vivência do espaço e raramente são contempladas por serviços públicos mínimos a que todo cidadão brasileiro tem direito. No Brasil, o órgão gestor da unidade de conservação decide, na grande maioria das vezes, unilateral e arbitrariamente os limites às atividades das populações humanas.

Evidenciando e analisando os interesses culturais e ecológicos de cinco grupos atuantes na EEJI, a saber, (i) os funcionários da administração, (ii) os guarda-parques, (iii) as entidades da sociedade civil organizada, (iv) os pesquisadores e (v) os moradores, esta pesquisa procura verificar as estratégias existentes que norteiam a ação coletiva de uso comum do espaço. Habitar e preservar são duas formas diferentes – mas não excludentes – de sua utilização. De modo a oferecer elementos para a discussão sobre sustentabilidade, procura-se não só os pontos em comum como também os diferentes entre essas cinco esferas de relação com o meio ambiente natural e construído da EEJI. A partir da percepção ambiental, busca-se entender os significados, os valores e as atitudes que regem as relações estabelecidas por esses grupos com os elementos naturais e a unidade de conservação.

A percepção ambiental integra elementos da psicologia, da geografia, da biologia e da antropologia, entre outras ciências, tendo como objetivo principal o entendimento sobre os fatores, os mecanismos e os processos que levam o homem a possuir percepções e comportamentos distintos em relação ao meio ambiente. A construção de um pensamento

próprio, situacional, histórico e político, exerce um papel ativo na construção do espaço e dos conceitos sobre o mundo, por meio de valores, conhecimentos prévios, necessidades, expectativas, julgamentos e condutas, enfim, de uma concepção própria de mundo. Isso nos leva a pensar que, para entender o lugar (espaço de identidades), é importante considerar também a experiência e o imaginário daqueles grupos envolvidos. Embora as percepções sejam, no limite, subjetivas para cada indivíduo, as representações coletivas de lugar e de território, criadas por cada grupo, revelam o modo como se vive e se planeja o espaço, numa relação dialética entre espaço do político, o território, e o pensamento sobre esse espaço. Afinal, o conhecimento do mundo físico é tanto perceptivo quanto representativo, ele não está só nas atividades de observação e reflexão científica sobre o ambiente, mas nas histórias das pessoas, nos mitos, nas festas populares.

A política ambiental brasileira, embora contemple melhor populações humanas desde a Lei Federal nº 9.985/2000, que versa sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, todavia rege sobre a maior parte dessas áreas naturais protegidas com total distância e inadequação da realidade do lugar. Inspirado no modelo norte americano de parques e reservas como áreas “selvagens” e “desabitadas” por populações humanas, boa parte das unidades de conservação no Brasil apresentam conflitos internos, sociais e conseqüentemente ambientais que acabam por interferir negativamente na própria tentativa de preservação da natureza (Diegues, 1994).

Essa mesma lei supracitada estabelece que as unidades de conservação de proteção integral deverão dispor de um Conselho Consultivo (art.29), constituído de representantes do órgão público responsável, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, de populações tradicionais residentes. A EEJI já dispõe dessa instância política. Digo política pois trata-se justamente da possibilidade de descentralização do poder administrativo. Enquanto o Estado de São Paulo não indenizar os moradores da Estação, diz a lei, serão estabelecidas diretrizes e ações capazes de compatibilizar sua presença com os objetivos da unidade, assegurando o não prejuízo de seus modos de vida, dos locais de sua moradia e de suas fontes de subsistência.

Entretanto, mesmo com o Conselho Consultivo da EEJI "atuando" (pois ainda não foi reconhecido oficialmente), o que se manifesta com mais expressão no quadro geral é a persistência do conflito desde a criação desse território geográfico comum, apoiado por uma escassa comunicação entre os sujeitos de interação (comunicação falha principalmente entre o órgão público responsável e os moradores). Esse é o contexto que serve como mote a esta dissertação que, amparada nos preceitos da percepção ambiental já descritos, visa a

contribuir com as várias formas de se pensar o embate conservação da natureza/moradores.

Através da análise das diferentes percepções ambientais de cinco grupos envolvidos com a EEJI, esta pesquisa quer verificar se os conflitos existentes nesta Estação estão relacionados a essas distintas percepções ambientais, traduzidas nos significados, valorações, atitudes e expectativas desses grupos diante do meio ambiente natural e construído dessa unidade de conservação.

METODOLOGIA

Métodos de análise da percepção ambiental vêm sendo estruturados desde o final da década de 1960. A publicação da UNESCO, *Guidelines for field studies in Environmental Perception* (Whyte, 1977), apresenta uma série de técnicas de pesquisa de campo para os estudos de percepção ambiental que se baseiam fundamentalmente na combinação de três abordagens: observar, escutar e interrogar sendo esta última a mais utilizada.

A presente pesquisa pretendeu consorciar duas dessas três abordagens por meio das seguintes técnicas:

- Observação Indireta: análise de fontes secundárias e de evidências observadas pelo pesquisador que mostram os efeitos da ação humana na paisagem como uma medida de comportamento (ex: trilhas, espaços naturais ou construídos preservados etc.). Segundo Whyte (1977), a observação indireta é uma técnica que compreende variáveis referentes às informações, às características do grupo, à política, aos processos decisórios e às formas de apropriação espacial pelas pessoas.
- Entrevistas de questões abertas: maximizam o ponto de vista do entrevistado com pouca influência do pesquisador. A entrevista de questões abertas compreende variáveis referentes às experiências, características individuais, características do grupo, identidades, territorialidades e etnocentrismos, percepções sensoriais, categorizações e julgamentos, atitudes, informações, escolhas e comportamentos, política e processos decisórios (Whyte, op. cit.).

As entrevistas abordaram diretamente aspectos concernentes (1) ao perfil do entrevistado (sexo, idade, naturalidade, escolaridade, tempo de trabalho e tempo de residência (no caso dos moradores), (2) aos significados que dão à EEJI, (3) à sua atitude diante dela, (4) à valoração ambiental e, indiretamente, características das expectativas dos cinco grupos pesquisados com relação ao futuro da Estação. Para a análise dos significados, das atitudes e das valorações ambientais dos sujeitos entrevistados utilizou-se, como ponto de partida, as questões desenvolvidas por Machado (1988) em sua pesquisa sobre a paisagem valorizada da Serra do Mar, adaptadas para a Estação Ecológica de Juréia-Itatins.

Para analisar os significados, foram feitas quatro questões: (i) O que é a EEJI para você? (que objetiva verificar como as pessoas a identificam), (ii) Para você, como é a EEJI?

(que objetiva verificar a percepção de sua fisionomia), (iii) Para você, até onde vai a EEJI? (que objetiva verificar sua delimitação espacial) e (iv) Para o quê serve a EEJI? (que objetiva verificar a percepção de sua utilidade e uso).

Com relação às atitudes, questionou-se: (i) Como você cuidaria da EEJI? (procura identificar atitudes em relação à sua proteção), (ii) Quem deve cuidar da EEJI? (procura identificar a quem é atribuída a responsabilidade das ações na unidade de conservação).

Para as valorações ambientais, questionou-se: (i) Com relação à natureza da EEJI, diga do que você gosta; qual o elemento natural de maior valor? (referem-se à categoria afetiva de valoração ambiental positiva); (ii) Com relação à natureza da EEJI, diga do que você não gosta (refere-se à categoria afetiva de valoração ambiental negativa). Também foram feitas perguntas em separado para os guarda-parques e moradores: (iii) Tem algum lugar sagrado? Tem assombração? (referentes às valorações ambientais materiais e imateriais). E outra específica aos moradores: (iv) Você pretende mudar para outro local? Por quê? (que visa a identificar o elo do entrevistado com seu lugar de morada).

Foram enviados os questionários e uma carta de apresentação, via correio eletrônico, aos sujeitos dos grupos dos funcionários da administração, das entidades da sociedade civil organizada e dos pesquisadores. Esses entrevistados responderam por esse mesmo veículo de comunicação. Vale destacar que esse procedimento impossibilitou o esclarecimento de dúvidas surgidas ao entrevistado quando da leitura do questionário, o que o levou a, por vezes, expor idéias diversas do que se pretendia com a pergunta ou a não respondê-la. De qualquer forma este evento não chegou a interferir nas análises realizadas nesta pesquisa. Este problema não ocorreu com o grupo dos guarda-parques e dos moradores, uma vez que suas respostas foram obtidas *in loco*.

No apêndice, estão os questionários elaborados para cada grupo pesquisado, sendo iguais os direcionados aos funcionários da EEJI (administração e guarda-parques)². Também encontra-se aí a carta virtual enviada aos sujeitos dos grupos dos funcionários da administração, das entidades da sociedade civil organizada e dos pesquisadores. Cabe esclarecer que antes da aplicação dos questionários, os propósitos da pesquisa foram expostos (oralmente ou na carta de apresentação).

Além dessas dez perguntas, o questionário aplicado continha outras dez em comum, para todos os cinco grupos, e mais algumas direcionadas para parte dos grupos ou especificamente para um deles. Há portanto muito material interessante a ser analisado

² O único diferencial é a questão para os guarda-parques sobre valoração ambiental material e imaterial.

futuramente, material que não foi trabalhado na presente pesquisa devido ao grande número de temas que suscitaram, voltados mais à gestão ambiental da EEJI do que à percepção ambiental dos grupos, objetivo primeiro deste estudo.

Optou-se por resguardar a integridade pessoal do entrevistado, considerando-se o contexto social um tanto frágil e tenso da EEJI. Divulgou-se apenas o nome das entidades da sociedade civil organizada, mas não o de seus representantes.

Não é demais ressaltar que o retorno das informações aos informantes é um dos compromissos assumidos pela pesquisadora. O papel do pesquisador não é neutro e sua própria presença física no grupo que incita a existência de seu estudo interfere no processo e no resultado final deste. Mesmo que estreita, a relação pesquisador e pesquisado sempre será uma relação de estranhamento; o primeiro sempre será aos olhos de quem o hospeda, o outro, o estrangeiro,

(...) depositário de um projeto que certamente os concerne, mas do qual eles não tiveram a iniciativa, nem a intenção, e muito menos os meios, projeto esse que sabem ter nascido e que desembocará em outro contexto que não é o deles, mas do qual o pesquisador veio e para onde partirá um dia (Lacoste-Dujardin, 1977:13).

CAPÍTULO 1. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS

1.1. No mundo

A origem do surgimento de áreas naturais protegidas não é bem definido, mas sabe-se da existência de territórios atrelados a caça e ao lazer de soberanos do império assírio, 700 anos a.C. Áreas similares estavam difundidas também no império persa, entre 550 e 350 anos a.C. Na Idade Média, reis eram responsáveis por parques naturais onde caçadores que porventura o adentrassem eram condenados à morte (Runte, 1979). No início do século XX a nobreza inglesa apreciava a paisagem rural sob seus aspectos estéticos, recreativos e científicos (interesse pela História Natural) (Thomas, 2001). Na Índia, muitas áreas naturais protegidas estão vinculadas à importância religiosa. São áreas (santuários ou florestas sagradas) nas quais aos atributos físicos (lagos, florestas, montanhas) são atribuídos a presença ou morada de divindades que compõem a vida social da população. Há quatro séculos antes de Cristo foi promulgado nesse país a proibição de quaisquer usos e atividades no interior dessas florestas sagradas. As mesmas limitações e intenções de uso apresentavam-se nos bosques sagrados da Rússia (Allin, 1990 apud Davenport & Rao, 2002).

O crescente processo de urbanização, ocorrido no final do século XIX e no começo do século XX na Europa e nos Estados Unidos, interferiu na forma como essas culturas se relacionavam com a natureza. Até então, devastar áreas imensas de florestas era atividade exercida em prol do progresso nacional, sendo a utilização funcional e econômica da natureza perfeitamente justificada como fonte de recursos para o desenvolvimento do mercado capitalista.

A natureza, até então vista como ameaçadora, passa a ser romântica e esteticamente enaltecida dentro de um movimento de retorno à natureza selvagem. Multiplicam-se atividades educativas, religiosas ou de lazer ao ar livre. Esse movimento surge como uma necessidade de resgate e fortalecimento de valores éticos e humanos que nos grandes centros urbanos foram corrompidos, por exemplo, por crescentes problemas sociais decorrentes da superpopulação e do ambiente marcado pela poluição sonora. Faz-se uma construção social de problemas do ambiente urbano (Hannigan, 1995).

Socialmente estabelece-se um mito arcádico da natureza (Diegues, 1994). Nos Estados Unidos, por exemplo, os defensores da natureza selvagem, nas suas diferentes áreas de atuação (pastores, jornalistas, educadores, pesquisadores, representantes de

instituições científicas, políticos e a elite) organizaram-se³ e passaram a promover campanhas de preservação de áreas naturais, conquistando, na esfera política, espaço de legitimação de suas reivindicações, marcadas principalmente pela criação de parques nacionais e santuários de pássaros⁴.

A percepção ambiental do início do século XX, nas sociedades capitalistas, pautava-se pela preocupação com a natureza numa ordem científica (pesquisadores preocupados com estudos e preservação de espécies) e moral (cidadãos em busca de prazer na natureza selvagem de fortalecimento do caráter). Distantes dos centros urbanos, a natureza preservada era sinônimo de garantia de um ambiente propiciador de equilíbrio mental e físico para cidadãos. Na mesma direção, a proteção de áreas naturais era reconhecida como uma importante forma de se garantir a existência de “ilhas naturais” diante do avanço desenvolvimentista.

Tais preceitos materializaram-se na concepção moderna de delimitação de uma área natural. O marco concreto disso foi a criação do Parque Nacional de Yellowstone em 1872, nos Estados Unidos. O mote de sua implementação estava na idéia de que preservar era manter a área sem quaisquer alterações da natureza, a não ser aquelas voltadas à promoção de uma infra-estrutura necessária à visitação pública. A beleza cênica da paisagem, bem como a tranqüilidade que ela proporciona a seus visitantes era o que mais importava. O pensamento que estava por detrás da implementação dessas áreas alicerçava-se no culto à natureza selvagem e intocada (Diegues, 1994). Os aspectos religiosos também estavam presentes nessa concepção, uma vez que a presença de Deus poderia se experienciada nessas áreas.

O que faz de Yellowstone um marco dentre as demais áreas naturais protegidas existentes até então é o fato de que é com esse protótipo de parques naturais que institucionaliza-se a participação do Estado nessa esfera. As reservas da natureza inglesas, por exemplo, contemporâneas a Yellowstone, foram instauradas pela iniciativa da sociedade civil e tinham como objetivo a preservação de habitats naturais diante das ameaças provenientes da intensificação do processo de industrialização e urbanização (Brotherdon, 1975 apud Morsello, 2001). Ambas as propostas, a primeira mais voltada para a recreação e

³ “A bandeira da preservação da natureza selvagem foi empunhada desde organizações conservacionistas resistentes como a Sierra Club (1892) ao Wilderness Society (1935).” (Hannigan, 1995: 111).

⁴ A difusão social do movimento de retorno à natureza amplia-se com o uso da mídia. Eram freqüentes os ensaios, artigos e fotos sobre natureza em revistas populares da época. Entre 1906 e 1910, revistas americanas promoveram uma campanha para preservar Niagara Falls – foram mais de 6500 cartas a favor das cataratas. O uso de símbolos e ícones de fácil identificação tais como o gêiser Old Faithful do Parque de Yellowstone também foram muito explorados pelo movimento (Hannigan, 1995).

contemplação e a segunda mais direcionada à preservação dos recursos naturais repercutiriam nas futuras ações de políticas ambientais de muitos países.

Marcos institucionais e governamentais

O livro *Rumo ao Paraíso*, de John McCormick (1992), apresenta um histórico do movimento ambientalista no mundo e traz minúcias das formações institucionais que vão se estruturando em torno da temática ambiental. Segundo esse autor, os primeiros passos rumo a implementação de uma organização internacional de proteção à natureza foram dados em 1909 no Congresso Internacional para Proteção da Natureza realizado na cidade de Paris. Desse Congresso, saiu a proposta de criação de um organismo internacionalmente preocupado com as questões ambientais, a qual obteve a aceitação dos governos da Alemanha, Argentina, Áustria, Espanha, Estados Unidos, Bélgica, Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Holanda, Hungria, Itália, Noruega, Portugal, Rússia e Suécia. No entanto, apenas em 1913 foi assinada, por 17 países europeus, a fundação de uma Comissão Consultiva para a Proteção Internacional da Natureza, que tinha por objetivo compilar e divulgar, por meio de publicações, informações pertinentes à situação da proteção internacional da natureza, a qual veio a sucumbir com o advento da 1ª Guerra Mundial.

Até o desfecho da 2ª Guerra Mundial, em 1945, ocorreram várias tentativas de formulação de um organismo que congregasse os países do mundo em torno da temática ambiental⁵. O que de fato ocorreu foi a permanência e atuação sutil e de caráter regional do funcionamento de várias instituições nacionais preocupadas com tópicos da proteção à natureza. Em 1940, por exemplo, os governos americanos se comprometeram pela (i) criação e manutenção de áreas naturais protegidas, (ii) maior integração das pesquisas, (iii) proteção dos pássaros migratórios e de outras espécies de fauna e pelo (iv) controle da comercialização de animais selvagens por intermédio de acordo traçado na Convenção sobre a Proteção da Natureza e a Preservação da Vida Selvagem no Hemisfério Ocidental (a Convenção de Washington); ao término da Guerra, apenas oito Estados haviam assinado.

Uma cooperação internacional pelo meio ambiente só se conformaria de maneira mais estável com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945. A partir de então, essa instituição intergovernamental, que tem por objetivos assegurar a paz e

⁵ Segundo McCormick (1992), progressos por uma cooperação internacional pela proteção da natureza no período entre guerras foram alcançados pelo International Committee for Bird Protection (posteriormente denominado International Council for Bird Preservation - ICBP). Isso porque, ao invés de buscar a integração internacional dos comitês nacionais, enveredava-se por uma coordenação transnacional, de forma que seus membros usufríssem uma certa autonomia.

promover a cooperação entre as nações, passou a fomentar e a organizar congressos, convenções e conferências internacionais sobre o meio ambiente mundial⁶.

Em 1948 é fundada a União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN), atualmente denominada União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), durante um Congresso organizado pelo governo francês e a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). A UICN compreende agências governamentais e não governamentais e tem por objetivo propiciar o intercâmbio técnico-científico e difundir os conhecimentos conservacionistas, tendo como espaço de atuação as áreas naturais protegidas. A alteração de seu nome, em 1965, condiz com as novas posturas políticas diante do ambiente natural. Para proteger, era necessário conservar, ou seja, já não bastava deixar uma área natural protegida isoladamente. O manejo e a interferência humana nessas áreas, sob o respaldo do conhecimento científico, passam a ser vistos como atitudes passíveis de benefícios à proteção⁷.

Cabe a UICN definir as categorias e funções das áreas protegidas que são oficialmente consideradas “uma superfície de terra ou mar consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e dos recursos culturais associados, e manejada através de meios jurídicos e outros eficazes” (UICN, 1994:185). São seis as categorias de áreas protegidas estabelecidas por essa instituição, as quais variam dentro de uma escala de uso mais ou menos restritivas: (i) Reserva Natural Estrita/Área Silvestre (função: pesquisa científica e proteção da vida silvestre), (ii) Parque Nacional (função: proteção de ecossistemas e recreação, (iii) Monumento Natural/Formação Natural (função: conservação de uma característica natural específica), (iv) Área de Manejo de Espécies ou Habitats (função: pesquisa e manejo da área), (v) Paisagem Terrestre ou Marinha Protegida (função: proteção de paisagens e recreação) e (vi) Área Protegida de Manejo de Recursos (função: uso sustentável dos recursos naturais) (UICN, op. cit.).

Do modelo de Yellowstone aos dias de hoje, essa instituição apresentou várias percepções sobre a delimitação dessas áreas. A valoração inicial da natureza, baseada na preservação de espécies específicas, é ampliada com a noção científica de ecossistemas como escala de trabalho. Os atributos naturais devem ser protegidos não só devido à sua importância estética, mas também por sua importância cultural (são considerados tanto o

⁶ Em 1972 a ONU realizou a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (a Conferência de Estocolmo). Além de ser criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) essa Conferência legitimou que os problemas ambientais são internacionais, inserindo definitivamente as questões ambientais na agenda mundial.

⁷ A UICN organizou em 1962 a I Conferência Mundial sobre Parques Nacionais (Seattle-EUA) a qual recomendava o zoneamento dos Parques sendo permitido o uso de algumas de suas partes pelos homens. A ratificação do princípio de zoneamento ao conceito dos Parques Nacionais ocorreu dez anos depois, em Yellowstone, no II Congresso Mundial de Parques Nacionais.

ambiente natural como o ambiente construído). O alarme ocasionado pelas declarações do Clube de Roma em 1972 sobre a escassez dos recursos naturais diante do adensamento populacional, industrial e da poluição crescente do meio ambiente repercute na expansão do estabelecimento de áreas naturais protegidas⁸.

Com o advento da biotecnologia, a natureza é potencialmente valorizada como detentora de princípios ativos capazes de solucionar inúmeros casos de saúde que atualmente não apresentam cura, sendo as áreas de proteção consideradas um laboratório vivo para o desenvolvimento de pesquisas para esse fim. O elo entre populações e conservação ambiental por meio de projetos de manejo sustentáveis, surge como uma alternativa ao catastrofismo levantado em 1972, difundindo a idéia de que é possível o homem se aproximar e interagir com natureza sem destruí-la, por intermédio de trabalhos que vislumbrem a conservação da natureza atrelada à justiça social e à conservação da sociodiversidade.

A idéia de conservação da natureza e sua implementação vem sendo distintamente equacionada nos países, conforme suas particularidades naturais, culturais, políticas e sócio-econômicas. Como resposta aos diferentes objetivos e funções pretendidos com a criação de unidades de conservação, surgem várias categorias de manejo, sendo que somente os Parques Nacionais e as Reservas da Biosfera possuem uma política internacional traçada (Brito, 1995)⁹. As categorias apresentadas pela UICN buscam diferentes propósitos de manejo das áreas naturais protegidas e servem como referência para as políticas ambientais de vários países.

1.2. No Brasil

A primeira tentativa de criação de uma unidade de conservação no Brasil ocorreu em 1876 por proposta do engenheiro André Rebouças que, inspirado na experiência americana de Yellowstone, queria delimitar duas áreas para a implementação de Parques Nacionais, uma nas Sete Quedas e outra na ilha do Bananal. No entanto, a primeira área natural protegida surgiu apenas em 1937, com o Parque Nacional de Itatiaia, o qual também seguia o modelo norte-americano de proteção das belezas cênicas e usufruto público, diferindo apenas por estar próximo de grandes centros urbanos, Rio de Janeiro e São Paulo (nos Estados Unidos, os primeiros Parques Nacionais localizavam-se em áreas remotas do país).

⁸ Apenas na década 70 foram criados 1.300 novos parques. A superfície protegida expandiu mais de 80%, sendo que 2/3 deste total estavam localizados nos países do terceiro mundo (WCED, 1988).

⁹ Há uma ressalva feita pela autora de que no caso dos Parques Nacionais existem pontos pendentes na proposta política: um deles é o referente à ocupação humana em seu interior.

Sob esses mesmos princípios, foram criados, em 1939, os Parques Nacionais da Serra dos Órgãos e de Iguaçu (Diegues, 1994).

Assim como no movimento mundial de proteção dessas áreas, no Brasil, o receio de destruição do ambiente, em decorrência da urbanização e expansão de suas fronteiras agrícolas, também foi um dos incentivos à territorialização do mundo natural. A criação de unidades de conservação expande seus objetivos de atrativo para lazer e passa a abarcar também a intenção de pesquisar a fauna e a flora com o intuito de conservá-las.

Marcos institucionais e governamentais

As áreas naturais protegidas são denominadas, no Brasil, unidades de conservação (UC). A lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), as define como um

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

No Atlas das Unidades de Conservação Ambiental do Estado de São Paulo, elaborado em 1996 pelo Governo de Estado (São Paulo, 1996a), a evolução do conceito de áreas protegidas no Brasil é apresentado por quatro momentos principais:

1) de 1934, data do primeiro Código Florestal Brasileiro (que já permitia a criação das categorias Floresta Nacional e Floresta Protetora), até os anos 60, prevalece a idéia de se resguardar áreas de valor estético e científico intocadamente. Cultuadas como monumentos naturais protegidos do avanço agropastoril, urbano e industrial, serviam como refúgio para as populações urbanas, além de serem destinadas à pesquisa científica. Para Diegues (1994) esse conceito e sua aplicabilidade perduram até hoje no Brasil, modelo proveniente do pioneiro formato americano de conservação, o qual não contempla as populações locais quanto ao uso e à gestão de seu lugar e de seu território.

2) entre as décadas de 60 e 70, o objetivo principal das unidades de conservação era o de manter habitats de espécies ameaçadas de extinção (em particular as migratórias) e ecossistemas brasileiros representativos de sua biodiversidade.

3) nos anos 80, vislumbrando-se o uso de substâncias naturais para a biotecnologia, a preocupação com a perda da diversidade genética teve e tem respaldo nas áreas protegidas nas quais esses novos valores são agregados.

4) na década de 1990 (e que perdura até hoje), as justificativas biológicas de proteção das espécies e de seus ambientes foram inseridas numa discussão mais abrangente, envolvendo a temática do desenvolvimento sustentável, ou seja, compatibilizar uma exploração econômica dos recursos naturais com o crescimento econômico, a equidade social e a empatia com as gerações futuras. Concomitantemente, discutiu-se as relações socioambientais que há muito ocorrem nas unidades de conservação brasileiras.

No Brasil, a discussão acerca de uma proposta de "Sistema de Unidades de Conservação" ocorreu em 1979 na I Etapa de Plano do Sistema de Unidades de Conservação para o Brasil, promovida pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), órgão ligado ao Ministério da Agricultura. Nesse encontro, foi reconhecida e estabelecida pela primeira vez a importância da utilização de métodos técnico-científicos na criação de unidades de conservação (Brito, 1995).

Em 1982, na II Etapa de Plano do Sistema de Unidades de Conservação para o Brasil, foram revistas e criadas novas categorias de manejo, mas a legislação correspondente não as cumpriu (Diegues, 1994).

Até 1989, o estabelecimento e a administração das unidades de conservação eram feitas pelo IBDF (desde 1967) e pela Secretaria do Meio Ambiente Federal (SEMA, a partir de 1973¹⁰). Diegues (op. cit.) expõe a incongruência na política ambiental da época ao responsabilizar esses órgãos também pelo desmatamento de extensas áreas de floresta nativa para o posterior uso industrial via reflorestamentos¹¹.

Em 1989, as questões referentes às unidades de conservação passaram a ser da competência do então criado Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, atualmente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que contratou a organização não governamental FUNATURA para efetuar uma reavaliação do Plano de Sistema de Unidades de Conservação elaborado em 1979. A reserva extrativista, cujo mérito da inclusão se deve mais às lutas dos seringueiros da Amazônia do que a uma

¹⁰ A SEMA era um órgão federal que foi criada em 1973 e era vinculada ao Ministério do Interior. No Decreto de criação da EEJ(1986), insere-se como órgão do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

¹¹ Notar também que através de incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (além dos destinados a reflorestamento) muito desmatamento aconteceu para a implantação de projetos agropecuários, principalmente nas regiões Norte/Nordeste.

iniciativa do governo, foi a única novidade nessa proposta - uma exceção ao pioneiro modelo americano de áreas protegidas.

De 1989 aos dias de hoje, houve consideráveis mudanças na filosofia basilar das políticas ambientais brasileiras. Com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), cria-se a categoria denominada Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) que alia, assim como as Reservas Extrativistas (RESEX), a proteção da natureza com a sua exploração sustentável, gerando inclusão social e respeitando a cultura das populações residentes.

O envolvimento da população residente e do entorno na gestão de unidades de conservação no Brasil está, aos poucos, deixando de ser considerado uma ameaça, sendo reconhecido, pelos órgãos públicos como uma solução à conservação da biodiversidade do país.

No livro *Biodiversidade Brasileira: avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira*, editado pelo Ministério do Meio Ambiente em 2002, já se reconhece, com relação às populações tradicionais, que elas não são, necessariamente, uma ameaça à biodiversidade, e admite-se que é imprescindível a participação dessas comunidades nas políticas ambientais:

É claro que nem todas as Unidades de Conservação podem ser administradas pelos habitantes preexistentes nelas. Mas também é claro que, no Brasil, uma política ecológica sólida e viável tem de incluir as populações locais. Além disso, expulsar as pessoas das áreas de preservação sem oferecer-lhes meios alternativos de subsistência é rota segura para desastres (Brasília, 2002:56).

Nesse documento, resultado de *workshops* realizados com cientistas de diversas áreas, organizações não-governamentais, governo e representantes do setor empresarial, recomenda-se que o processo de criação de novas unidades de conservação no país considere os atores sociais envolvidos e a realidade local como subsídios à definição de categoria de garantia da viabilidade ecológica da unidade de conservação¹². A associação do conhecimento tradicional ao conhecimento científico é um outro aspecto que também deve ser levado em conta, bem como o estudo da sustentabilidade das tecnologias tradicionais.

¹² O próprio Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (Lei Federal nº 9.985/2000) estabelece que "a criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento" (§2º, art. 22) mas infelizmente, logo em seguida, no §4 do mesmo artigo, desastrosamente dita que, no caso da (...) "criação de Estação Ecológica ou Reserva Biológica não é obrigatória a consulta de que trata o § 2º deste artigo."

CAPÍTULO 2. A ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE JURÉIA-ITATINS

2.1. Histórico

Até o final da década de 1960, a região do Vale do Ribeira, onde está localizada a EEJI, era de difícil acesso. O relevo acidentado e os solos pobres para a agricultura favoreceram a baixa densidade populacional na região (Queiroz, 1992). É nessa época, auge da forte repressão militar no país, que grupos revolucionários como o ALN (integrado por Lamarca) refugiaram-se nessa região, considerada ponto estratégico devido ao seu relativo isolamento e à proximidade de São Paulo. Ao final da década de 1970, a área foi alvo da política nuclear do Governo Militar e do setor imobiliário especulativo. Nos anos 1980, com a crescente onda ambientalista, intensificaram-se as pressões da sociedade civil pela criação de unidades de conservação na região.

São muitos os instrumentos legais que incidem sobre a Serra dos Itatins e sobre do Maciço da Juréia. Em 1958 foi criada, através de decreto estadual¹³, a Reserva Florestal da Serra dos Itatins. Em 1973 o CONDEPHAAT¹⁴ iniciou o processo de tombamento do Maciço da Juréia e de toda a extensão da bacia do Rio Verde, atendendo a uma solicitação da Sociedade de Ecologia e Turismo de Itanhaém, liderada por Ernesto Zwarg¹⁵. Foi constituído um grupo de trabalho formado pelos geógrafos e professores Queiroz, Léa Goldstein e Gil Toledo, liderados por Aziz Ab'Saber, que endossaram o pedido de tombamento, concluído em 1979. Pela primeira vez, o CONDEPHAAT estendeu às áreas naturais a proteção por essa via.

Em meados da década de 1970, as empresas Gomes de Almeida Fernandes e Companhia Grajaúna de Empreendimentos Turísticos pretendiam construir, na Praia do Rio Verde (e, portanto, na mesma área que se encontrava em processo de tombamento), um condomínio para mais de 70.000 pessoas, bem como a construção de uma estrada a partir da rodovia Régis Bittencourt que cortaria a planície do Rio Una do Prelado (Mourão, 1971). Estava previsto no projeto pista de pouso, marinas, clubes, pousadas, edifícios, campos de golfe e até mesmo um hotel, cujo alcance se faria possível por um teleférico ligando a planície ao topo do Maciço da Juréia. Era portanto um empreendimento luxuoso e de caráter elitista, tendo sido inclusive atribuído às empresas a faculdade de proibir estabelecimento de local de camping e estacionamento de visitantes (processo 0306 apud Queiroz, 1992).

¹³ Todas as referências legislativas citadas, assim como datas precisas encontram-se na tabela 1.

¹⁴ Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo, criado em 1968 pela Lei nº 10247 de 22 de outubro cujo nome ainda não apresentava o termo Arqueológico, o que seria feito no ano seguinte (Kanide & Pereira, 1998).

¹⁵ Até hoje um processo de tombamento inicia-se por meio de um requerimento (da sociedade civil, de uma entidade de classes, de cientistas) encaminhado ao CONDEPHAAT ao qual se segue uma análise técnica que será submetida à apreciação dos conselheiros. Esse processo termina com a homologação, pelo Secretário Estadual de Cultura, do que foi decidido.

Para legalizar o empreendimento em face do tombamento estadual, os empresários ofereceram à Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), por meio de um Contrato de Comodato, uma área de 1.100 ha para a implementação de uma Estação Ecológica, sob a condição de que fosse garantida a aprovação do projeto imobiliário. Sob essas condições, o CONDEPHAAT efetua o tombamento em 1979, reservando uma área para a execução do projeto urbanístico, o qual também é aprovado pela Prefeitura do Município de Iguape (Queiroz, op. cit.).

É importante ressaltar que atuando sob um Governo Militar, o CONDEPHAAT mostrou-se como um dos poucos canais onde a sociedade civil organizada em torno da luta ambiental encontrava interlocutores, inclusive porque o próprio colegiado era formado por membros da sociedade civil. O tombamento foi realizado sob pressão de vários segmentos mas principalmente pela abertura a essas questões que os membros do CONDEPHAAT e seu presidente (na época o Prof. Aziz Ab'Saber) lhe davam.

Passado um ano da aprovação da construção do condomínio, o processo foi interrompido pelo governo militar na administração de João Figueiredo que, tendo firmado um acordo bilateral Brasil-Alemanha, inaugurou o Programa Nuclear Brasileiro. Em 04/06/80 o Presidente assinou um decreto declarando a intenção de se construir na região da Juréia as “Usinas Núcleo-elétricas 4 e 5” (Art. 1º do Decreto Federal 84.771/80), as quais seriam instaladas em área de 23.600 ha¹⁶. Logo em seguida, em 29/07/80, promulgou outro decreto (certamente com o intuito de apaziguar as críticas que o seu programa nuclear vinha recebendo no país e no exterior) que estabeleceu a co-localização de usinas nucleares e Estações Ecológicas, onde argumentava que a decisão “permitirá estabelecer um excelente mecanismo para acompanhamento preciso das características do meio ambiente” (Decreto Federal 84.973/80). Sendo assim, instituiu-se nessa área a Estação Ecológica da Juréia, com área bem menor que a atual.

O projeto nuclear não vingou e, ainda em 1985, as desapropriações não haviam sido feitas pela Nuclebrás, empresa federal encarregada pela implantação das usinas. Pelo Decreto-Lei nº 3.365/41, que regulamenta a desapropriação de terras no Brasil, o período para a caducidade das desapropriações por utilidade pública é de cinco anos, prazo esse expirado à Nuclebrás, possibilitando aos antigos proprietários reivindicação da posse das terras que ocupavam. Paradoxalmente, o empreendimento nuclear, que a princípio representou uma ameaça ao ambiente natural e social (pois os moradores seriam

¹⁶ Há divergências com relação ao local no qual seriam implementadas as usinas. Queiroz (1992) expõe o morro do Grajaúna, já Sanches (1997) cita as praias do Parnapuã e do Una. No decreto não há referências.

desapropriados), acabou por proteger as terras da especulação imobiliária, preservando então a área¹⁷.

A reforma partidária ocorrida no final de 1979 e a aprovação, pelo Congresso, das eleições diretas para governador, efetuadas em novembro de 1982, marcaram o início do processo da abertura política brasileira, bem como o retorno das manifestações populares. É nesse contexto de democratização que se intensificaram os movimentos ambientalistas por intermédio de Organizações Não-Governamentais (ONGs) (como Associação em Defesa da Juréia - criada em 1986; SOS Mata Atlântica - criada em 1987, entre outras), da sociedade civil e do próprio Governo.

Ao assumir o Governo do Estado de São Paulo, em 1983, Franco Montoro convida importantes lideranças do movimento ambientalista (que o apoiaram em sua campanha política) para trabalhar em diversos órgãos públicos, entre eles a SUDELPA¹⁸, de onde originou-se o "Grupo da Terra", responsável pela resolução dos conflitos fundiários. No mesmo ano, como resposta às reivindicações das ONGs por uma maior representatividade das questões ambientais, Montoro cria o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA). Esse Conselho, constituído por um órgão misto de representantes de diversos órgãos do governo, de entidades ambientalistas e de outras entidades da sociedade civil, possibilitou uma participação sistemática e organizada dos vários segmentos envolvidos e preocupados com o meio ambiente. Segundo Queiroz (1992), a Estação Ecológica de Juréia-Itatins foi planejada e criada a partir dos trabalhos e discussões desenvolvidos no CONSEMA e na SUDELPA.

Findo o regime militar, e afastada a possibilidade de se construir usinas nucleares na Juréia, ressurgem as ameaças de loteamento da região pelos proprietários e imobiliárias. Em 1985, das mobilizações da sociedade paulistana pela criação de uma unidade de conservação no local originam-se dois grupos, o Movimento Pró-Juréia e o Grupo de Defesa da Juréia (que depois se uniram fundando a Associação em Defesa da Juréia).

Como consequência das pressões sociais e, segundo Queiroz (1992), do apoio do governo estadual paulista e de seus técnicos, em janeiro de 1986, é criada, por Decreto Estadual, a Estação Ecológica de Juréia-Itatins (EEJI), que aí passa a ter 82.000 ha de área total. A responsabilidade de instalação e de administração é repassada ao Instituto Florestal como (órgão da Coordenadoria de Pesquisa dos Recursos Naturais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento), ao qual é permitido o convênio com a SEMA. A Lei Estadual

¹⁷ O que não quer dizer que as relações estabelecidas na época entre a Nuclebrás e os moradores não tenham sido coercitivas.

¹⁸ Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista.

de abril de 1987, que também cria a EEJI, promulga uma área inferior à do Decreto (79.270 ha) que é a área considerada atualmente pelo Estado¹⁹. Distintamente do Decreto, essa Lei propicia a participação, no Plano de Implantação da Estação, de entidades do governo (Coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais, a SUDELPA, a Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários, CONSEMA) “bem como outros órgãos de Administração Direta e Indireta do Estado, que tenham atribuições relacionadas com os objetivos da Estação Ecológica de Juréia-Itatins, ouvidos, quando for o caso, os órgãos competentes da União.” Todavia, não se falava em uma participação mais horizontalizada nas tomadas de decisões na Estação, diferente da abertura jurídica atualmente ofertada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei n° 9.985/00).

Com a chegada do "meio ambiente" na vida das populações residentes nas comunidades hoje compreendidas dentro dos limites da Estação, são intensificados os conflitos sociais, decorrentes de uma decisão jurídica distanciada da realidade conjuntural.

Oliveira (1993) defende que enquanto não for realizado um plano de manejo da EEJI que tenha como objetivo a preservação da natureza conciliada à ocupação humana, os conflitos sociais continuarão acontecendo. A autora escreveu isso há doze anos e a unidade de conservação ainda não possui esse instrumento de planejamento e gestão. As restrições ambientais adotadas na Estação modificaram significativamente o modo de vida dos moradores, que sempre desenvolveram atividades agrícolas, pesca, caça e extrativismo, atividades que atualmente ocorrem ou por intermédio de licenças concedidas pelo Estado (no caso do plantio) ou são tratadas como crime ambiental (no caso da caça). Ainda segundo essa pesquisadora, enquanto a questão fundiária da EEJI não for resolvida, enquanto não se definirem quem são os verdadeiros proprietários de terras e quem pode permanecer residindo em seu interior, perpetuar-se-á a utilização desordenada dos recursos.

O estudo de Queiroz (1992), assim como esse, é um estudo sobre o diálogo possível entre os homens e entre os homens e a natureza, tendo como referência o caso da EEJI. O autor destrincha o conflito e a dificuldade de diálogo entre os dois movimentos sociais atuantes na Estação, o ecológico e o dos moradores. O que é que dificulta a comunicação entre eles? As diferenças culturais ou as diferentes estratégias políticas? A conclusão a que

¹⁹ Na bibliografia consultada não foi encontrada explicação para essa diminuição da área total da UC. De qualquer modo, a área total da EEJI de aproximadamente 80.000 ha é enorme, se comparada à média das demais estações do Estado que é de 1.155 ha. São 22 estações ecológicas no Estado de São Paulo, a menor com 16,94 ha (Valinhos) e a segunda maior, a EE de Jataí, com 4.532,18 ha. É importante ressaltar que a média total das áreas é fortemente influenciada pela grandiosidade da EEJI.

ele chega é que o maior entrave ao diálogo está nos diferentes interesses políticos em ação e que não são as distintas concepções de mundo e do que seja a relação homem-natureza que trazem maiores impedimentos à formação de uma convivência aberta e democrática. Para esse autor, um dos desafios que os ambientalistas devem transpassar é o de não chegar com uma idéia pré-concebida de qual é a forma mais adequada do homem se relacionar com a natureza, pois a resposta está justamente no cruzamento e aceite do pluralismo cultural, das diversas práticas e concepções sobre essa relação. De 1992, data da redação dessa pesquisa até hoje, podemos dizer que algumas entidades ambientalistas já deram consideráveis passos em direção a esse diálogo e que, portanto, o quadro tende para a resolução mais justa e eficaz desses conflitos.

Mais recentemente, Sanches (1997), ao estudar a relação homem-meio ambiente na EEJI por uma abordagem etnográfica, ressalta que a garantia de conservação dos ecossistemas abrangidos nessa Estação é uma tarefa complexa e árdua, pois o manejo ambiental é condicionado por relações ecológicas e sociais. Embora afirme que um profundo conhecimento do meio pelos caiçaras da EEJI não resulte necessariamente num equilíbrio, a autora propõe o respeito aos "calendários ecológicos" (nome dado por ela às práticas caiçaras conjugadas a práticas de manejo) como alternativa aos conflitos das populações da Estação com as restrições ambientais. Segundo essa pesquisadora, a ilegalidade da atividade de caça pode estar tendo o sentido inverso ao da preservação. Se antes os caiçaras sabiam a época certa de caçar e respeitavam o tempo de reprodução dos animais, agora, podem estar caçando em períodos que não seguem mais o "calendário ecológico" de dantes, podem estar caçando nos momentos em que a fiscalização está falha. Muda a condicionante, muda a efetividade antes garantida da sustentabilidade desta atividade. A regularização dessa atividade, nesse sentido, seria menos desastrosa à conservação. O mesmo ocorre com relação às ações emergenciais concedidas pelo Estado adotadas para a agricultura, que acabaram por intensificar o plantio apenas nas áreas de capoeira, podendo ocasionar impactos maiores²⁰.

²⁰ Os conflitos originários das diferentes intenções e uso do espaço no interior de unidades de conservação, principalmente nas de proteção integral (caso das Estações Ecológicas) já foram identificados por diversos autores (1) na área em estudo (Campos, 2001; Canelada & Jovchelevich, 1992; Ferreira, 1999; Freixêdas, 1995; Monteiro, 2002; Oliveira, 1993; Queiroz, 1992; Sanches, 1997;), (2) em demais localidades (Adams, 1996; Arruda, 1997; Brito, 1995; Cunha & Rougeulle, 1989; Diegues, 1994; Diegues & Nogara, 1994; Diegues & Viana, 2000; Furlan, 2000; Rodrigues, 2001a; Toffoli, 1996; Vianna, 1996), (3) e pelos próprios administradores públicos (São Paulo, 1991a; 1995).

TABELA 1. Histórico do uso do espaço por meio das leis, dos movimentos ambientalistas e dos interesses privados na EEJI

DISPOSITIVO LEGAL	INSTÂNCIA (Fed., Est.)	DATAS ano / dia / mês	CONTEÚDO	ÁREA	LIMITES	MOVIMENTO DE DIFERENTES SEGMENTOS DA ÁREA PÚBLICA E PRIVADA ENVOLVIDOS
Decreto nº 31.650	Governo do Estado / SP	1958 / 08 / 04	CRIA a Reserva Estadual de Itatins.	12.058 ha. terras devolutas	Vertente Atlântica da Serra dos Itatins.	
Resolução nº 11	Condephaat	1979 / 25 / 07	TOMBA a área como Bem Cultural de Interesse Paisagístico e Científico. (Processo nº 0306/73 - Condephaat).	23.000 ha.	Maciço da Juréia e Rio Verde da cabeceira à foz.	
	Sema / Min. do Interior	1979	RECEBE dos empresários, em regime de comodato, área para a criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins sob a condição de que a Sema garantisse, como órgão do Ministério do Interior, a aprovação do projeto imobiliário.	1.100 ha.		Empresa Gomes de Almeida Fernandez e Cia. Grajaúna de Empreendimentos Turísticos com projeto de Jorge Wilhem, para construção de condomínio de alto luxo na praia do rio Verde.
Decreto nº 84.771	Empresa Nuclebrás	1980 / 04 / 06	DECRETA a Estação Ecológica da Juréia de utilidade pública com a finalidade de construir duas usinas nucleares - Iguape 4 e 5.	23.600 ha.	Maciço da Juréia e parte da planície do rio Una do Prelado e Parnapuã.	

ANOS 80 EM SÃO PAULO : INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO ECOLÓGICO

- Criação do Consema - 26 / 04 / 83 - "Importante instrumento de participação das entidades ambientalistas. Neste conselho e na Sudelpa foi planejada a criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins." (Queiroz, 1992, p.78-79).
 - A possibilidade de construção de condomínio e de usinas gera um grande movimento ambientalista. Surge a Associação em Defesa da Juréia (1986) e a SOS Mata Atlântica (1987).

Decreto nº 84.973	Governo Federal	1980 / 29 / 07	DISPÕE sobre a co-localização de Estações ecológicas e usinas nucleares.			Em 1985 as desapropriações não tinham sido realizadas pela Nuclebrás. Como previa a lei, os proprietários antigos poderiam reassumir a posse das áreas que ocupavam.
Decreto nº 24.646	Governo do Estado / SP	1986 / 20 / 01	CRIA a Estação Ecológica Juréia-Itatins. PREVÊ o processo de desapropriação que todavia não foi concluído.	82.000 ha.	Pela linha costeira do Oceano Atlântico, passa pelo Maciço da Juréia e pelo Vale do Rio Una do Prelado até a Serra do Itatins.	
Lei nº 5.649	Governo do Estado / SP Assembleia (Montoro)	1987 / 28 / 04	CRIA a Estação Ecológica Juréia-Itatins.	79.270 ha.	Os mesmos limites dado pelo Decreto de 1986 mas sem uma parte ao Norte que foi destinada para reforma agrária. Abarca o Maciço da Juréia e a Reserva de Itatins.	
		1988 / junho				Grande campanha publicitária cobrando maior fiscalização e agilização das desapropriações.
	Governo do Estado / SP (Quéricia)	1990	ANUNCIADOS um plano de desenvolvimento para a EEJI e a liberação de verbas para desapropriação das terras.			Início de manifestação de moradores contra ambientalistas.

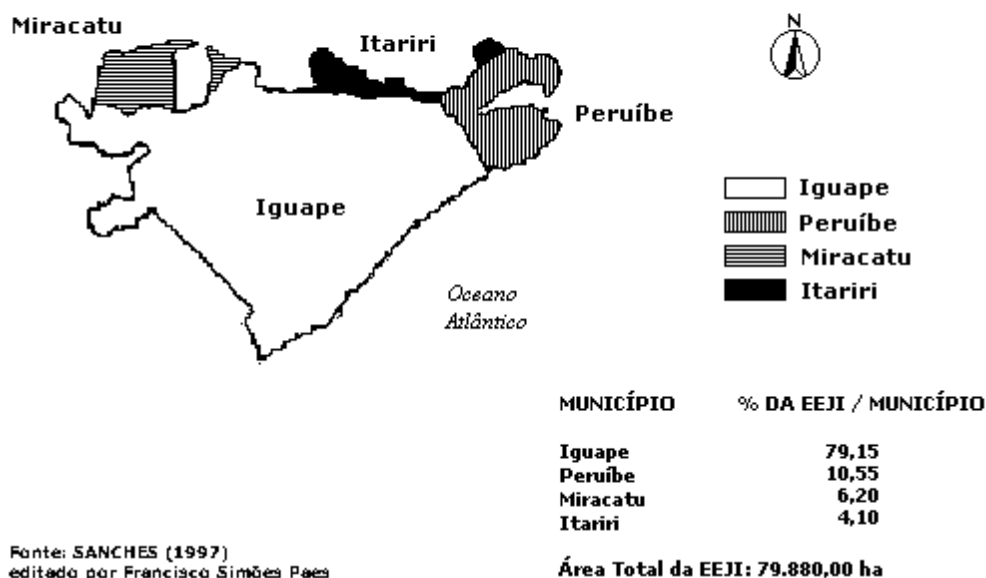
2.2. Contexto Biogeofísico

Dados Físicos

A Estação Ecológica de Juréia-Itatins, como já mencionado, localiza-se no litoral sul do Estado de São Paulo, entre as coordenadas geográficas 24º17' e 24º40' latitude sul e 47º00' e 47º 30' longitude oeste. Distante aproximadamente 150 km da cidade de São Paulo, seu acesso a partir dessa capital faz-se pela rodovia dos Imigrantes (SP160) ou Anchieta (SP150), seguindo pela rodovia Pedro Taques (SP055) até Peruíbe; ou também pela rodovia Régis Bittencourt (BR116) e rodovia SP222 que vai de Biguá a Iguape.

A área da EEJI compreende quatro municípios da região do Vale do Rio Ribeira de Iguape. A maior parte (79,15%) está localizada no município de Iguape, 10,55% no município de Peruíbe, 6,20% no município de Miracatu e 4,10% no município de Itariri (Sanches, 1997).

MAPA nº 2. Representação dos municípios na EEJI.



Geologia e Geomorfologia

As grandes feições geomorfológicas do Estado de São Paulo são cinco (Almeida, 1964; IPT, 1981): Província Costeira, Planalto Atlântico, Depressão Periférica, Cuestas Basálticas e Planalto Ocidental. A área de estudo insere-se na subzona da Província Costeira denominada Baixada Litorânea.

A geomorfologia do litoral paulista caracteriza-se por apresentar, ao Norte, o embasamento cristalino da Serra do Mar em constante contato com o Oceano Atlântico, configurando-se em um recortado de pequenas planícies oriundas de deposição marinha e continental localizadas nas pequenas baías. Ao Sul, há um recuo da Serra do Mar e um aumento da superfície das planícies - constituídas de sedimentos continentais, quando próximas à Serra, e de sedimentos flúvio-lagunares e marinhos, quando cerca da linha de costa (Suguo & Martin, 1978 apud São Paulo, 1996b).

O quadro morfológico da região é complexo, abarcando genericamente trechos de planaltos soerguidos, planícies flúvio-marinhas e maciços rochosos (Serra da Juréia ou Maciço da Juréia, com 870m, e o Maciço de Parnapuã, com altitude média de 500m). Coimbra (1990) apresenta três principais províncias morfológicas da região: a zona de capeamento basáltico-arenítico da bacia do Paraná; a zona de circundesnudação periférica, que representa a transição entre a bacia do Paraná e o escudo atlântico; e a zona cristalina atlântica (datada do pré-Cambriano), na qual insere-se, entre outras unidades morfológicas próprias do litoral sul, a baixada litorânea (Ramalho & Hausen, 1975), constituída pela planície fluvial do baixo Ribeira, pela planície flúvio-marinha da Juréia, e pela região estuarina-lagunar de Iguape/Cananéia.

Hidrografia

Uma das características importantes das "águas continentais" na Juréia é o fato de apresentarem diferentes tipologias de rios, denominadas de rios de "águas claras" e rios de "águas pretas" (Por, 1986).

Segundo Por (op. cit.), os rios de "águas claras" são rios transparentes devido à sua proveniência do alto das Serras e conseqüentemente da baixa quantidade de sedimentos transportados em seu trajeto. Já os rios de "águas pretas", adquirem um coloração mais escura devida à sua distribuição por terrenos podzólicos da planície flúvio-marinha que apresentam maior quantidade de sedimentos minerais.

Compõem a hidrologia da região principalmente as bacias dos Rios Branco, Verde, Guaraú (rios de "águas claras"), Descalvado, Una do Prelado (ou Comprido), Grajaúna (rios de "águas pretas") e Despraiado. O Rio Una do Prelado, cuja foz encontra-se na Praia do Una, detém a maior rede de drenagem da região, tendo aproximadamente 70 km de extensão, margeado por manguezais e caxetais. É o principal rio de captação dos afluentes que descem a vertente atlântica da Serra dos Itatins (entre eles o Rio Guaraú que limita a NE a Estação) e dos rios provenientes da vertente norte da Serra da Juréia (Rio Verde e Rio Grajaúna). Ao norte, tem-se o Rio Despraiado, situado no vale entre as Serras do Bananal e dos Itatins (Sanches, 1997).

Clima

Segundo Nimer (1989), o Estado de São Paulo encontra-se em uma zona de transição entre os climas temperados (latitudes médias) e os climas quentes (latitudes baixas). No caso do litoral sul do Estado, são duas as principais massas de ar incidentes: a Polar Atlântica, que acarreta oscilações de temperatura, e a Tropical Atlântica, responsável pela ocorrência das chuvas orográficas.

A região litorânea paulista possui, seguindo a classificação de Koppén, clima úmido tipo Cfa, ou seja, a temperatura no período anual mantém-se superior a 18°C em todos os meses do ano e, portanto, não há inverno pois faz-se ausente a estação fria.

As precipitações médias anuais nunca são inferiores a 60mm/mês, ficando geralmente na faixa de 2000mm (Coimbra, 1990), o que possibilita considerar-se ausência de estação seca na região. O período de maior intensidade de chuvas estende-se de janeiro a março e o de menor intensidade de julho a agosto. A proximidade do oceano, assim como a topografia, são fatores determinantes desse clima na medida em que funcionam, respectivamente, como mecanismo supridor de umidade e como barreira aos deslocamentos das massas de ar, originando precipitações orográficas.

Solo

A planície do litoral sul, na qual parte da EEJl está inserida, é a mais extensa do Estado de São Paulo, alcançando até 50 Km de largura.

No estudo de Queiroz & Oliveira (1964) sobre os solos do litoral paulista, são apresentadas as seguintes ocorrências de solos (sentido mar-continente):

Na faixa mais próxima ao mar a planície é constituída principalmente de sedimentos marinhos que são essencialmente arenosos. Aí são encontradas duas unidades de solo: os regossolos e os podzóis hidromórficos. Os regossolos possuem um perfil pouco desenvolvido e ocupam a faixa imediatamente posterior às praias, onde a vegetação começa a se fixar. Os podzóis hidromórficos surgem sequencialmente ao anterior no sentido do interior e apresentam um horizonte B concentrado de óxidos de ferro e húmus (proveniente da lixiviação dos restos orgânicos do primeiro horizonte). A umidade e a arenosidade contribuem para essa dinâmica.

Associados aos podzóis hidromórficos estão os solos orgânicos que são depósitos de matéria orgânica que não se decompõem, localizados entre os cordões litorâneos.

Ainda na planície, adentrando o continente, surge o solo de aluvião e o latossolo de terraço, compostos por sedimentos fluviais. O primeiro é jovem, pouco desenvolvido mas ótimo para as atividades agrícolas (Lepsch, 1993). O latossolo de terraço é predominantemente composto pelo latossolo vermelho-amarelo e já possui textura mais argilosa. São formados em ambientes de intenso calor e umidade, lhes conferindo as características de serem estáveis, intemperizados e bastante envelhecidos (e por isso mesmo grande parte é pobre em nutrientes).

Enfim, nos morros e maciços (isolados na planície ou não) e nas escarpas da serra foram identificados, por Queiroz & Oliveira (1964), os latossolos (bem drenados), podzólicos vermelho-amarelo (moderadamente drenados) e os litossolos, que se associam independentemente do tipo de rocha do embasamento cristalino. O podzólico vermelho-amarelo, que pode apresentar características comuns ao latossolo de mesma cor (Lepsch, op. cit.), tem profundidade menor, apresenta maior fertilidade natural. O litossolo, encontrado com mais freqüência nas áreas de relevo mais acidentado, é um solo pouco desenvolvido (assentado diretamente sobre a rocha) de espessura inferior a 50 cm (Lepsch, op. cit.).

Fauna e Flora

A EEJI compreende ecossistemas naturais representativos da região Sudeste (SE) do Brasil, tais como, praias, dunas, matas de restingas, mata ciliar, banhados, manguezais, campos de altitude e mata pluvial tropical de planície e de encosta, comumente conhecida como Mata Atlântica.

No inventário etnobiológico de madeiras nativas utilizadas na Estação, elaborado por Sanches (1997), foram catalogadas 127 espécies de árvores. Segundo a autora, a região é intensamente povoada por espécies de quaresmeiras (*Tibouchina sp.*), canelas (*Nectandra sp.* e *Ocotea sp.*), jacarandás (*Machaerium sp.*), jatobás (*Hymenae sp.*), cedros (*Cedrela fissilis*), angicos (*Piptadenia sp.*), palmitos (*Euterpe edulis*), guapuruvus (*Schizolobium sp.*), maçarandubas (*Persea sp.*), figueiras (*Ficus sp.*), guanandis (*Callophylum brasiliense*) e caxetas (*Tabebuia cassinoides*), essas duas últimas mais frequentes em ambientes de alagamento sazonal, nas margens dos rios.

A fauna da Estação é riquíssima, compreendendo uma série de animais ameaçados de extinção, como o macaco-prego (*Cebus apella*), o mono-carvoeiro (*Brachyteles arachnoides*), o bugio (*Alouatta fusca*), a anta (*Tapirus terrestris*), a onça pintada (*Panthera onça*) e o tucano-de-bico-preto (*Ramphastos vittelinus ariel*) (São Paulo, 1991b). Sanches (1997) apresenta extenso inventário etnobiológico de mamíferos (39 espécies) e avifauna (mais de 200). Cita a ocorrência da sussuarana (*Felis concolor*), o quati (*Nasua nasua*), a paca (*Agouti paca*), o veado (*Mazama americana* e *Mazama gouazubira*), o cateto (*Tavassu tajacu*), a queixada (*Tavassu pecari*), o cachorro-do-mato (*Cerdodyon thous*), a preguiça (*Bradypus torquatus*), a lontra (*Lutra sp.*) (todos mamíferos), e de aves como a jacutinga (*Pipile jacutinga*), o jacú (*Penelope sp.*), o jaó (*Crypturellos noctivagus*), o macuco (*Tinamus solitarius*), o sabiacica (*Trichlaria malachitaceae*), o gavião-pombo (*Leucopternis polionota* e *Leucopternis lacernulata*), além dos répteis composto pelo jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*), jabutis (*Geochelone*), tartarugas-marinhas (*Caretta caretta*) e por variadas espécies de cobras (jararacas, corais – *Bothrops sp.* e *Micrurus sp.*, respectivamente).

Segundo Sanches (1997) estima-se que a Floresta Atlântica apresenta endemismos em 53% das espécies arbóreas, 37% das espécies não arbóreas, em cerca de 160 gêneros da avifauna e algumas espécies de primatas. Cita também o estudo de Bockerman (1991), o qual demonstra que 50% dos anfíbios conhecidos na América do Sul encontram-se na Mata Atlântica, sendo, metade deles, exclusivo desse ecossistema. Uma das explicações para tal característica é desenvolvida pela teoria dos refúgios, a qual declara que a existência de endemismos está relacionada com as glaciações e flutuações climáticas que no Brasil variavam entre os climas frio e seco e o quente e úmido. Nessas oscilações climáticas ocorridas no globo durante o atual período geológico (Quaternário), mais intensamente na época Pleistocênica, as chamadas "zonas de refúgios" são as áreas que permaneceram isoladas no período da última glaciação e de retração das florestas, e que desenvolveram uma singular evolução e distribuição geográfica das espécies nas épocas secas, em locais úmidos (Brown Jr. & Ab'Saber, 1979 apud Mantovani, 1993).

2.3. Contexto Social

Moradores

Com base no Cadastro Geral dos Ocupantes da EEJI (São Paulo, 1991a), as populações residentes na Estação estavam distribuídas em 22 comunidades, situadas nos municípios de Peruíbe (10), Iguape (9) e Miracatu (3). Na data do levantamento, viviam nessa área 1531 pessoas, correspondendo a 356 famílias dedicadas, na maior parte dos núcleos, à agricultura de subsistência, ainda que combinada, em algumas comunidades, com a pesca artesanal ou a bananicultura, conforme o caso.

O referido cadastro teve como objetivo identificar as comunidades residentes na EEJI classificando-as como tradicionais, assim consideradas aquelas com presença antiga na área, dedicadas à economia de subsistência, com fortes vínculos de parentesco e conhecimento específico do meio (caiçaras, descendentes de portugueses, índios e negros africanos) e como adventícios, aqueles que, mesmo quando moradores no local em época anterior à da criação da EEJI, têm origem fora da região, principalmente mineiros e nordestinos (Sanches, 1997). Dentre a classificação de adventícios, o cadastro fez distinção entre antigos e recentes, tomando por referência de tempo, a data da criação da EEJI na forma de lei, ou seja, antigos são os moradores que lá já estavam antes de abril de 1987.

No cadastramento de 1991 não foram encontrados residentes na condição de proprietários²¹, no sentido estrito do termo, uma vez que nenhuma das famílias cadastradas possuía documentação de propriedade da área que ocupava. Mas 68% delas lá estavam na condição de posseiros, assim identificados os que, por si ou por seus antepassados, desbravaram área para moradia e plantio, ou ainda os que adquiriram direitos de outros posseiros. Os 32% restantes lá estavam na condição de caseiros, assim definidos os que estavam trabalhando para outro posseiro, como empregado ou meeiro, normalmente sem vínculo empregatício algum. Nessa condição, encontram-se, também, algumas famílias que ocupam áreas cujos pretensos donos estão movendo ações indenizatórias contra o Estado, motivadas pela própria criação da EEJI.

Há também um grupo de população indígena guarani na EEJI. As informações são desconhecidas e esta pesquisa não abrangeu esses residentes na análise. Segundo relatório feito por uma equipe de trabalho da Estação em 1998 (São Paulo, 1998b), na

²¹ Consta no cadastro uma família tradicional como proprietária; tal informação, porém, não coincide com os levantamentos fundiários efetuados pelo governo do Estado (cf. Sanches, 1997: 60).

época eles estavam situados nas proximidades do Maciço da Juréia, mas, atualmente, conforme comunicação pessoal, estão localizados nas cercanias do bairro do Itinguçu. Cabe lembrar que esse grupo não possui representantes no Conselho Consultivo da EEJI e que, nas várias reuniões ordinárias realizadas, quase nunca tocou-se nesse assunto, entendendo ser esse da alçada da FUNAI²².

Em 1986 como consequência da criação da Estação Ecológica, passaram a existir restrições legais de uso da área, não apenas em relação às atividades econômicas de subsistência praticadas no interior da EEJI, mas até mesmo à própria presença física dos moradores. O cadastramento, realizado cinco anos depois, trazia consigo uma proposta de racionalidade ao pretender distinguir, dentre os então ocupantes da área, os que tinham um certo “direito adquirido”, por presença anterior a 1987, e, ademais, por serem detentores, presumidamente, de uma certa cultura compatível com a preservação do ecossistema. Contudo, muito do que se definiu para a EEJI, sempre partiu de um olhar de fora, muitas vezes impregnado de visões urbanas pré-conceituosas.

Não obstante, a evolução dos textos legais que versam sobre as áreas de preservação, após 1986, mostra uma tendência mais e mais restritiva, que coincide também com a multiplicação, em número, das áreas de preservação no Estado de São Paulo. Visto sob outra perspectiva, cresceu a população atingida por restrições legais, porque a área preservada aumentou. Assim, ganha amplitude os estudos sobre etnoconhecimento e etnoconservação.

Na EEJI existem concomitantemente riquezas de bio e sociodiversidade. Parte dos 7% restantes de Mata Atlântica encontram-se aí, oferecendo uma diversidade de espécies (conhecidas e desconhecidas) de inestimável importância para toda a humanidade. Essa paisagem teve reconhecimento mundial quando da classificação da área (iniciada em 1991 e concluída em 1993 pelo programa "O Homem e a Biosfera" UNESCO²³) como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica que tem como princípios a preservação da biodiversidade, o desenvolvimento sustentável e o conhecimento científico.

A União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN) põe no mesmo nível de importância as diversidades biológica e cultural:

²² Há um clima de tensão entre os moradores e os índios e entre os guarda-parques e os índios pois alguns deles vêm retirando palmito para comercialização mas não sofrem nenhum tipo de autuação por terem proteção especial pela Constituição Federal, o que causa indignação aos moradores por entenderem que há uma desigualdade de direitos, e pelos guarda-parques que não podem coibir esta prática sob o risco de serem processados pelo Ministério Público.

²³ United Nations for Education, Science, Culture Organization.

A UICN há muito tempo vem se preocupando com a perda da diversidade das culturas humanas, consciente de que parte da riqueza da vida humana no globo se deve às inter-relações entre os povos e seus habitats locais. A perda de culturas ou do conhecimento tradicional das culturas que sofrem mudança social rápida é um problema pelo menos tão grave quanto a perda das espécies (UICN, 1988:25).

Os hábitos culturais e sociais dos moradores da Estação Ecológica une as práticas das antigas gerações (das chamadas populações tradicionais) a outras provenientes dos moradores mais recentes. Aqui serão relatadas genericamente as formas de sociabilidade, mas desde já faço ressalva quanto à existência da diversidade cultural e religiosa entre eles.

Diegues (1994), Cândido (1964), Queiroz (1973) e Mussolini (1980) falam de características das populações e culturas tradicionais que se complementam.

Para Diegues (1994: 140) o que caracteriza essas populações é seu modo de vida tradicional baseado na “fraca acumulação de capital, dependência limitada da economia de mercado, importância das relações de parentesco, tecnologias manuais de pouco impacto sobre a natureza”. O conhecimento tradicional dessas populações, passado de geração em geração, é um importante instrumento para a conservação da biodiversidade, inclusive porque a sustentabilidade dos recursos naturais para essas populações é deveras importante, já que sua sobrevivência pauta-se muito na relação que estabelecem com o meio.

Ainda que a sociedade analisada por Antonio Candido (1964) seja a do interior paulista, na caracterização do modo de vida dessa população, por ele chamada de caipira paulista, encontram-se aspectos semelhantes aos dos caiçaras, moradores do litoral. Ele também cita o isolamento, a subsistência, o trabalho doméstico, o auxílio vicinal como aspectos culturais do “modo-de-ser” do “tipo de vida” desses grupos, ressaltando ainda a relação deles com o meio:

A sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio (embora em nível que reputaríamos hoje precário), mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma dieta compatível com o mínimo vital – tudo relacionado a uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência (Candido, 1964:19).

O conhecimento estreito do ambiente em que vivem os caiçaras também é notado por Mussolini (1980:226):

Conhece o homem muito bem as propriedades das plantas ao seu redor – para remédios, para construções, para canoas, para jangadas – bem como os fenômenos naturais presos à terra e ao mar e que os norteia no sistema de vida anfíbia que levam, dividindo suas atividades entre a pesca e a agricultura de pequeno vulto, com pouco excedentes para troca ou para venda: os ventos, os movimentos das águas, os hábitos dos peixes, seu periodismo, a época e a lua adequadas para pôr abaixo uma árvore ou lançar à terra uma semente ou u’a muda ou colher o que plantou.

Queiroz (1973), ao estudar os caipiras, sitiantes e caiçaras, acresce a essas informações outras como a da auto suficiência e independência dessas comunidades em relação à economia urbana (numa época anterior à expansão desses centros). Também fala da ausência de distinção entre as atividades da vida cotidiana e as de produção (caça, pesca, plantio).

Essa independência do meio urbano já não faz parte do cotidiano dos moradores da EEJI. Durante o trabalho de campo, observei o vínculo já estabelecido entre eles em relação à infra-estrutura urbana, tanto quanto à educação como à alimentação e à saúde, ainda que continuem roçando e utilizando-se da medicina popular. Candido também denotou mudanças na organização econômica do caipira que já vinha sofrendo influências do meio social e econômico circundante decorrentes da expansão capitalista. Para o autor, essa crise “condiciona a alteração dos padrões tradicionais, o seu desaparecimento ou a sua persistência” (1964:128). De fato, na região em estudo, os mais velhos, oriundos do período anterior, dão continuidade a seus hábitos enquanto seus filhos vão à cidade em busca de educação e emprego. Do contato com o “moderno” resultam novos valores e necessidades que contribuem para a crescente dependência da cidade, interferindo na sua autonomia.

É importante ressaltar que as “sociedades tradicionais”, assim como qualquer outra sociedade, são dinâmicas e, portanto, não estão estáticas no tempo e no espaço. Querer manter impositivamente suas características a fim de se preservar uma imagem de *bom selvagem* é uma atitude autoritária e tão violenta quanto a sua exterminação, na medida em que cerceia o indivíduo impondo-lhes limites. O reconhecimento e a possibilidade de existência dessas sociedades devem ser respeitados assim como sua vontade de mudança. O mesmo vale para os moradores da EEJI que hoje, por intermédio do Conselho Consultivo, têm uma participação garantida na gestão da unidade de conservação, até pelo menos o dia em que forem indenizados e “convidados” a se retirarem, como prevê o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

As conseqüências da relação do modo de produção capitalista com a pequena produção mercantil (que ocorre em alguns bairros da Estação) não são necessariamente prejudiciais. Diegues (1994) cita o caso de pescadores artesanais que repassam a mercadoria a grandes fornecedores sem no entanto abdicarem de seu modo de produção e reprodução social. É lógico que essa relação nem sempre se dá dessa forma “mais equilibrada” e que geralmente o que ocorre é a marginalização desses pequenos grupos que andam na contramão do sistema vigente lutando (quando organizados) por seus direitos de reconhecimento econômico, social e político (os seringueiros e o movimento do trabalhadores rurais sem terra são exemplos disso).

O uso do espaço por essas populações tradicionais, assim como os limites territoriais estabelecidos, têm como base uma relação social de respeito e reconhecimento comum de propriedade (não só o local de morada mas o de produção; as áreas em pousio da atividade agrícola itinerante também seguem esse preceito). A terra tem um valor de uso e é sob esse aspecto que se dá o “direito de propriedade” e não necessariamente no domínio jurídico. “A terra é do trabalho, e não de exploração. Ela pouco valor tem em si, apenas enquanto pode produzir alimentos, nutrir o camponês” (Marcílio, 1986:37).

A ausência de cercas revela um ambiente aparentemente sem dono. A noção espacial para essas populações difere das estabelecidas pelas sociedades urbanas e são calcadas no respeito e na memória. As referências espaciais estão na natureza (morros, árvores...) e muitas vezes não são visíveis, caso por exemplo da identificação por parte dos pescadores artesanais das áreas mais abundantes em peixes.

Essa leitura diferente do ambiente tem ocasionado, segundo Diegues (op. cit.), conflitos entre as populações tradicionais e as autoridades conservacionistas que estabelecem unidades de conservação em áreas “sem uso”. Outro fator que, imagino, deve ser desconsiderado pelo órgão público é a distribuição espacial das moradias nessas sociedades, que nem sempre são concentradas. Pelo contrário, a casa mais próxima (que no caso da Praia do Una e do Rio Verde são de parentes) pode estar a dois ou mais quilômetros de distância, o que não quer dizer que não haja uma sociabilidade.

Para Candido (op. cit.), os bairros, mesmo que esparsos, são

a estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas (:44).

A prática do mutirão e do ajuntório, cada vez menos freqüentes em toda a EEJI (Sanches, 1997; Freixêdas, 1995; Canelada & Jovchelevich, 1992), bem como as festividades religiosas (hoje em menor número), são atividades onde esse sentimento de solidariedade e respeitabilidade entre eles é cultivado²⁴.

O mutirão e o ajuntório têm a função primeira de solucionar coletivamente trabalhos que geralmente seguem um calendário (por exemplo, os trabalhos agrícolas: derrubada, limpa, plantio, colheita) e que necessitam de uma mão-de-obra maior que a doméstica. Em geral, ao final dos trabalhos, é oferecida pelo dono da casa refeição. É nesse momento que realizam o fandango, uma festa com músicas e danças típicas. “(...) o muchirão não é

²⁴ Também houve um declínio do emprego do mutirão pelos moradores da Vila do Aventureiro (Ilha Grande-RJ) (Toffoli, 1996).

propriamente um socorro, um ato de salvação ou um movimento piedoso; é antes um gesto de amizade, um motivo para folgança, uma forma sedutora de cooperação para executar rapidamente um trabalho agrícola” (Ayrosa, 1934 apud Candido, op. cit.:49).

Não existe remuneração (em dinheiro) porque a relação é mediada pela cooperação mútua e pela obrigação moral que cada um tem de responder a eventuais pedidos de ajuda daqueles que o auxiliaram. “A obrigação bilateral é aí elemento integrante da sociabilidade do grupo que dessa forma adquire consciência de unidade e funcionamento” (Candido, op. cit. :47).

A agricultura sempre foi a atividade que demandou (e demanda) maior dedicação por parte dos moradores, só tendo sido reduzida a sua prática na época da exploração da caxeta e do palmito, que ocorreu na região entre 1950 e 1970 (Sanchez, op. cit.).

Na roça, a divisão de tarefa entre homens, mulheres e crianças respeita a capacidade física de cada um:

Na divisão de tarefas, os homens fazem o trabalho de demarcação da área roçada e derrubada. Após a queimada, o trabalho de “coivarear” – retirada de troncos e acabamento para o preparo da roça – e o plantio, podem ser feitos com a participação das mulheres e das crianças pequenas (Mendonça et alli, 1993:18).

A fabricação da farinha de mandioca exige, assim como seu cultivo, várias etapas, nas quais a divisão de tarefas também ocorre, sendo porém mais flexível que as percorridas na roça.

Geralmente é o homem quem corta a raiz (deixando a rama para o próximo plantio ou para adubação) e a transporta para a casa de farinha que fica perto de sua moradia. A mandioca é descascada ou raspada (até ficar branca), lavada e ralada na roda da onde se extrai uma massa úmida que é colocada no “tipiti” (cesto de palha) para que a água excedente (venenosa, pois a farinha é feita da mandioca brava) seja retirada. Depois de peneirada, levam-na ao forno (de barro/bronze) para secar e torrar.

A dieta, composta pela associação da farinha de mandioca com o peixe, é, segundo Mussolini (1980), um dos aspectos mais gerais da cultura litorânea, cujo convívio com os índios e portugueses teve respectivamente forte influência na agricultura (mandioca) e na alimentação (peixe) das pequenas comunidades da costa brasileira. Essa associação é indispensável para uma efetiva alimentação, pois a mandioca, embora rica em amido, vitamina A, calorias e aminoácidos, é pobre em proteínas, que é fornecida pelo pescado, que para ser conservado é salgado e defumado. É também muito comum a mistura do café

com a farinha de mandioca que aí faz o papel do pãozinho. Fazem também com a mandioca o chamado por eles “bolo caipira”.

Os moradores complementam sua alimentação com os frutos colhidos nos pomares e com os produtos da horta geralmente localizada nas proximidades das casas, na qual são cultivadas as ervas medicinais, temperos e uma pequena quantidade de hortaliças e legumes.

Ainda com relação aos mutirões, conversando com os moradores, notei que a redução dessa prática ocorre não só como consequência do crescente vínculo com o mercado urbano mas também devido à proibição religiosa de participar da festa que é oferecida depois do dia de trabalho. Com o advento das religiões evangélicas, as atividades lúdicas relacionadas ao trabalho ou à religião foram sendo descartadas, característica que parece ter se acentuado, conforme os relatos obtidos, depois do falecimento do líder espiritual da comunidade da Cachoeira do Guilherme (em agosto de 1995), Sr. Sátiro da Silva Tavares, muito procurado pelos moradores da Estação para a cura de enfermidades e/ou para conselhos²⁵.

A religião praticada por “Seu Sátiro” é denominada entre eles “espírita” e combina elementos da cultura indígena com o catolicismo o que, segundo Silva (1993) é também característico da cultura cabocla, jangadeira e caipira.

Segundo Sanches (1997), era na casa do “Seu Sátiro” que se organizavam as festas, os batizados comunitários e as rezas, reunindo até pessoas do município de Santos²⁶. Todavia, são festejadas em janeiro as Festas de Reis, em junho a Festa de Santo Antônio, São João e São Pedro, em agosto a Festa de Bom Jesus de Iguape (da qual participamromeiros e turistas de várias localidades), a Festa de São Miguel do Arcanjo em setembro e em novembro Finados²⁷.

Outro aspecto importante a ser ressaltado, que inclusive já foi tratado em outros estudos (Freixêdas, 1995; Oliveira, 1993; Sanches, 1997), são os conflitos gerados pela remuneração de alguns moradores, iniciada já na época da Nuclebrás e atualmente praticada pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente ou por particulares. Criaram-se novas

²⁵ Freixêdas (1995) também indica outros fatores que incidiram no progressivo desaparecimento dos mutirões: a diminuição da população (causada sobretudo pela migração dos jovens para as cidades) e a redução das áreas de cultivo.

²⁶ No primeiro sábado do mês eram realizadas na “Vila do Guilherme” cerimoniais em que se fabricavam remédios à base de plantas medicinais, o que atraía muitas pessoas.

²⁷ A dissertação de mestrado *A floresta, a mesa e as leis: espaços, comunicação e mudança cultural em comunidade tradicional da Estação Ecológica Juréia-Itatins* de Teresa Melo, defendida em 2000 na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, detalha o universo religioso da comunidade da Cachoeira do Guilherme. Conferir também (Mahfoud, 1996) e Nunes (2003).

relações de poder entre os moradores/parentes, - “as famílias que são parentes dos guardas sentem-se protegidas e informadas quanto às possibilidades de alternativas favorecidas pela Estação. Porém, o restante dos moradores sente-se ameaçado pelos guarda-parques, pois alguns os vêem como delatores (...)” (Oliveira, op. cit.) e a presença do dinheiro leva ao abandono das práticas de cultivo enfraquecendo os vínculos de solidariedade entre eles, além de intensificar a dependência em relação ao centro urbano.

Atualmente, podemos considerar que os dados fornecidos pelo Cadastro Geral dos Ocupantes, feito em 1991 está desatualizado, mas ele tem sua importância administrativa, uma vez que é com referência nesse documento que os processos e procedimentos relativos à questão fundiária da Estação são embasados. Uma das atividades previstas pelo Conselho Consultivo da EEJI no final de 2004 é a atualização desses dados, imprescindível para o planejamento e gestão da unidade de conservação.

Pesquisadores

O quadro geral obtido sobre os pesquisadores que atuam na EEJI provém da análise feita da lista da coordenadoria responsável pela avaliação dos projetos a serem desenvolvidos nas unidades de conservação paulistas, a Coordenadoria de Informações Técnicas, Documentação e Pesquisa Ambiental (Cotec) do Instituto Florestal (IF).

Nessa lista, são elencados 81 processos deferidos pelo Cotec, citando pesquisas de 1993 até 2003. Pelo menos 30 já foram finalizados ou foram cancelados, restando então uma amostra possível de 51 pesquisadores atualmente trabalhando na EEJI. Desconsiderando o processo referente a esta pesquisa, sobram 50. Dentre esses 50 processos supostamente em andamento, somado a mais três iniciados recentemente, segundo informação passada por uma funcionária da administração da unidade, 38 (72%) são da área das ciências biológicas, 2 (4%) das geociências e apenas 13 (24%) da área de conhecimento das ciências humanas.

Das 53 pesquisas supostamente sendo realizadas, apenas 18 (34%) referem-se a estudos sobre os temas: desenvolvimento sustentável (3), etnobiologia (2), ecoturismo (2), impacto ambiental – lixo e turismo (2), conflitos populações x parques (2), etnoconhecimento (2), etnoconservação (1), manejo florestal (1), agricultura (1), sambaquis (1) e biomedicina/fármacos (1). As 35 pesquisas restantes (66%) são quase em sua totalidade estudos sobre fauna (incluindo insetos e mariscos) (23) e botânica (13), sendo apenas dois sobre geociências (geologia e climatologia).

Entidades da Sociedade Civil Organizada

É importante ressaltar que as caracterizações das entidades da sociedade civil organizada, expostas a seguir, estão pautadas no que os entrevistados responderam, em especial atenção ao referente às suas áreas de atuação. No entanto, não há intenção, nesta pesquisa, em julgar se as ações desempenhadas por elas são coerentes com o seu discurso, mesmo porque, teria que fazer esta correlação com todos os quarenta e seis entrevistados e, além do que, daria um caráter um tanto "policialesco" à este estudo, o que, definitivamente, creio, apenas aumentaria o contexto de conflito da EEJI, já tão complexo.

Foram cinco as entidades da sociedade civil organizada contatadas nesta pesquisa: (i) A União dos Moradores da Juréia (UMJ), (ii) a Associação dos Monitores Ambientais de Peruíbe (AMAP), (iii) o Centro de Orientação Ambiental Terra Integrada Núcleo Estação Ecológica Juréia-Itatins (Coati-Juréia), (iv) a Mongue – Proteção ao Sistema Costeiro – e (v) a Associação Eco Juréia (AEJ). Apenas esta última não compõe o quadro de representantes das entidades da sociedade civil organizada no Conselho Consultivo pois recusou o convite para o cargo de suplente da Coati-Juréia²⁸.

A União dos Moradores da Juréia (UMJ) foi criada em 1990 e tem como propósito atuar na organização comunitária dos moradores. Surge como reação às imposições restritivas da lei às atividades desenvolvidas pelos residentes; configura-se como uma entidade de resistência da luta dos moradores pelo reconhecimento de seus direitos.

A Associação dos Monitores Ambientais de Peruíbe, a AMAP, trabalha com ecoturismo não apenas na área da Estação compreendida nessa cidade mas também na região envolvente. Sua data de fundação é do ano de 1999.

A Coati-Juréia trabalha na EEJI desde 1992 com projetos concernentes à educação ambiental vivenciada, sustentabilidade, campanhas e aos aspectos jurídicos desta unidade de conservação. Defende a participação dos setores envolvidos na Estação de forma transparente com abertura às discussões das questões sociais e ambientais.

A Mongue tem como objetivo incitar a cidadania por intermédio da divulgação e da disponibilização de trabalhos que possam trazer algum benefício aos moradores e à unidade de conservação. Como entidade da sociedade civil organizada, funciona há apenas um ano, mas o representante que respondeu ao questionário direcionado a essa entidade, desenvolve atividades de cunho socioambiental há sete anos na EEJI.

²⁸ O Cadastro de Representantes do Conselho Consultivo da EEJI encontra-se nos anexos desta pesquisa (anexo 1).

A Associação Eco Juréia (AEJ), criada em 2000, é uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) sem fins lucrativos. Quer preservar (este é o termo adotado, que é diferente do termo conservar, embora citem o desenvolvimento sustentável como ferramenta de ação) (...)”os rios, o mangue, a fauna e a flora da Juréia (...); defender as populações caiçaras tradicionais e desenvolver projetos de educação ambiental (...)”²⁹. A Associação em questão entende que as Estações Ecológicas não devem promover turismo de qualquer ordem (como já prediz a lei) e conseguiu paralisar o trabalho de monitoria ambiental desenvolvido pela Associação de Monitores Ambientais de Iguape (AMAI), que tinha conseguido acordar com a administração da EEJI uma parceria de trabalho na Trilha do Imperador (trilha situada no Maciço da Juréia que possibilita o acesso entre as Praias da Juréia e do Rio Verde³⁰).

Com o intuito de situar o leitor quanto à linha de pensamento dessas entidades da sociedade civil organizada, questionei a elas: "Você julga que as pessoas devem usar a EEJI de diferentes maneiras?". O representante da Associação Eco Juréia respondeu que não: "O uso da EEJI deve ficar restrito à comunidade científica e ao desenvolvimento da educação ambiental, com parte da formação integral do indivíduo". O representante da União dos Moradores da Juréia ressalta: "Usar não, mas envolver-se com a área". A mesma ressalva é feita pela representante da Coati-Juréia: "'Usar' não seria o termo adequado, e sim, o manejo discutido e planejado entre os setores envolvidos para as diferentes áreas e realidades que englobam a EEJI". O representante da Associação dos Monitores Ambientais de Peruíbe respondeu que sim e o representante da Mongue acha que sim:

os moradores devem continuar exercendo as mesmas atividades que exerciam anteriormente. Isto é, cultivando pequenas roças, fazendo farinha, doce, defumando peixe, com uma pequena diferença, ao final das colheitas, ao invés de trocar seus produtos no comércio, como antigamente, eles receberiam visitantes em suas casas, acompanhados de Monitores, onde poderiam vender seus produtos, servir comidas típicas e contar histórias, muitas histórias. Temos certeza que em pouco tempo não seria necessária a presença de guarda-parque, os próprios moradores exerceriam a fiscalização e os visitantes, com as lições aprendidas, tornariam, quando voltassem, seus habitats urbanos mais respiráveis.

²⁹ Retirado de periódico escrito e distribuído pela AEJ: Jornal da Juréia, Ano III – nº 10, 2003 (Janeiro, Fevereiro, Março).

³⁰ Para maiores informações a respeito desse embate entre a Associação Eco Juréia e a AMAI vide o artigo de denúncia da Eco Juréia (intitulado "Turismo clandestino chega ao Rio Verde"), escrito por sua economista, Cybele da Silva, em 25.04.03, e disponível em <<http://www.ruralnet.com.br/meioambiente/default.asp?noticia=1517>> (acesso em 28.01.05), bem como a resposta a essa denúncia, com artigos da AMAI e de pesquisadoras universitárias que acompanharam o desenvolvimento do trabalho de monitoria na trilha, escritos em 15.05.03 e intitulados "Trilha do Imperador e Grupo de Intervenções e Educação Ambiental" (disponível em <<http://www.ruralnet.com.br/meioambiente/default.asp?noticia=1552>>, acessado em 28.01.05). Há também a matéria do jornal "O Estado de São Paulo" assinada pela jornalista Maura Campanili, disponível em <<http://www.peruibe.tur.br/ecoturismo/estadao.html>> (acesso em 28.01.05) que aborda o assunto.

Considerando-se a existência de pelo menos dois caminhos teórico/práticos mais comuns dentre as entidades ambientalistas, um, pontuado na valoração da natureza enquanto ambiente a ser preservado e, portanto, a ser mantido intocadamente (linha preservacionista) e, o outro, pautado na valoração da natureza enquanto ambiente a ser conservado, ou seja, que pode ser manejado pelo homem de forma sustentável (linha conservacionista), pelas respostas acima expostas podemos perceber que, ao menos a Associação Eco Juréia tem posição mais espelhada no preservacionismo, estando as demais mais voltadas para o conservacionismo.

No entanto, é perigoso generalizar, uma vez que os questionários foram respondidos apenas por um representante de cada entidade da sociedade civil, não abarcando as opiniões de seus outros integrantes.

Funcionários/Administradores e Guarda-parques

Segundo o quadro de evolução de recursos humanos da EEJI, elaborado em junho de 2003 por uma funcionária da administração da Estação (documento interno), dos 89 funcionários trabalhando nesta unidade de conservação em 1992, restaram 43³¹, sendo 7 da equipe administrativa, 30 guarda-parques e 6 operacionais (responsáveis pela manutenção de trilhas e mecânica dos meios de transportes da UC), conforme ilustra a tabela a seguir:

TABELA 2. Evolução do quadro de recursos humanos da EEJI

FUNCIONÁRIOS	92	93	94	95	96	97	98	99	00	01	02	03
Estatutários	1	3	8	8	9	9	8	8	8	8	8	8
Autônomos	43	43	34	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CLT - Fundação Florestal	45	44	46	42	42	43	39	35	33	30	27	35
TOTAL	89	90	88	50	51	52	47	43	41	38	35	43

Observando-se a faixa etária das 43 pessoas que trabalham na EEJI, verificamos que pelo menos sete estão em vias de se aposentar, agravando ainda mais o quadro de falta de pessoal na Estação:

³¹ Já considerando o recente concurso público realizado pelo Instituto Florestal de São Paulo.

TABELA 3. Quadro de recursos humanos da EEJI em junho de 2003

FAIXA ETÁRIA	Nº FUNCIONÁRIOS
26 a 30 anos	1
31 a 35 anos	12
36 a 40 anos	7
41 a 45 anos	4
46 a 50 anos	10
51 a 55 anos	2
56 a 60 anos	4
61 a 65 anos	3

Com relação à escolaridade, desses 43 funcionários da Estação, três possuem ensino superior, nove o ensino médio e trinta e um o ensino fundamental.

CAPÍTULO 3. PERCEPÇÃO AMBIENTAL

3.1. Percepção Ambiental para a Filosofia: a contribuição da fenomenologia

O mundo é não aquilo que eu penso, mas aquilo que eu vivo; eu estou aberto ao mundo, comunico-me indubitavelmente com ele, mas não o possuo, ele é inesgotável.

Merleau-Ponty (1994:14)

A forma mais elementar de interação do homem com o mundo provém das sensações e percepções. Por meio de nossos órgãos sensitivos de visão, tato, audição, paladar e olfato estabelecemos um conhecimento e uma experiência sensível com o que nos rodeia.

Até o século XX, pode-se dizer que foram dois os movimentos de maior expoente acerca da sensação e da percepção: a concepção empirista e a concepção intelectualista (Chauí, 1995). Para os empiristas, as sensações são respostas físico-fisiológicas a estímulos externos que agem sobre nossos órgãos dos sentidos, sistema nervoso, e cérebro, de forma pontual. Cada sensação é independente das outras, cabendo à percepção ordená-las. Ambas são agentes passivos diante das atividades do campo exterior sobre o nosso corpo. Já para os intelectualistas, sensação e percepção são fenômenos que estão diretamente relacionados com a capacidade intelectual do sujeito do conhecimento. Nesse caso, o sujeito é ativo diante dos acontecimentos externos a ele. A sensação só é processada e conduzida a uma percepção quando ocorre uma atividade de entendimento do que se sente, quando se processa racionalmente (pelo pensamento) as sensações. Salvaguardadas as diferenças, tanto os empiristas como os intelectualistas acreditavam na relação de causa e efeito como mediadora entre as coisas exteriores e o sujeito. Somatórias de sensações, organizadas em percepções, sintetizam o objeto percebido.

A concepção do conhecimento sensível recebe uma nova roupagem, diferente das linhas empirista e intelectualista, quando da formulação da fenomenologia na filosofia. Edmund Husserl (1859-1938), filósofo alemão, traz a abordagem fenomenológica na Europa

do início do século XX³². Etmologicamente, fenomenologia é o estudo do fenômeno. Para o filósofo francês Merleau-Ponty (1908-1961), ela é o estudo das essências, “(...) é também uma filosofia que repõe as essências na existência, e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra maneira senão a partir de sua ‘facticidade’” (1994: 1).

Também na sociologia, com Alfred Schultz (1899-1959), trabalha-se sob uma perspectiva da fenomenologia social, pesquisando-se os “(...) modos como as pessoas vivenciam diretamente o cotidiano e imbuem de significação suas atividades” (Outhwaite & Bottomore, 1996: 307).

E na psicologia da forma ou teoria da gestalt, bem distante do que queriam os empiristas e os intelectualistas, “(...) o sistema de percepção registra as formas inteiras [‘gestalt’] dos objetos, em vez de seus elementos” (Outhwaite & Bottomore, op. cit.: 339). O termo “gestalt” foi explicado pelo psicólogo alemão Wolfgang Köhler (1887-1967): entidade concreta *per se*, atributo das coisas enquanto forma.

São vários os aspectos que conferem coerência a essas três visões científicas de(o) mundo (filosofia, sociologia e psicologia) envoltas fenomenologicamente. Uma delas é que não há diferença entre sensação e percepção, elas são a mesma coisa (Chauí, 1995). Elas ocorrem concomitantemente. A fenomenologia “é a tentativa de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é (...)” (Merleau-Ponty, 1994: 1). Para Husserl, consciência e fenômeno não existem separados um do outro (Dartigues, 1971). A percepção é uma experiência dotada de significação. Nós temos percepções globais de uma estrutura ou formato; o real é descrito no ato do sentido e da significação. Um ato de comunicação que opera pelo pensamento e pela percepção estabelecendo uma interação entre aquilo que é percebido e aquele que percebe.

Trata-se de reencontrar o mundo na experiência, de “(...) nos deixarmos seduzir pela camada do sensível e a criticar tudo o que obriga o corpo a viver à distância de si mesmo, do mundo e do pensamento(...)” (Novaes, 1988: 15). Trata-se de desvendar o que está por detrás da aparência, clarear o oculto que também compõe a estrutura profunda das coisas por meio de (...)”um esforço sistemático e crítico tendente a captar a própria coisa, a sua

³² O termo foi usado pela primeira vez, ao que parece, por Jean Henri Lambert (1728-1777), matemático e filósofo alsaciano que intitulou a quarta parte de sua obra *Nova Lógica* (escrita entre 1763 e 1764) de *Fenomenologia ou Teoria da Aparência*. Posteriormente, em 1786, Kant emprega o vocábulo nos *Primeiros princípios metafísicos da ciência da natureza*, comentando que os caracteres gerais dos fenômenos relativos à representação conformam-se na oscilação movimento e repouso. Hegel também trabalhou com o termo em seu livro *Fenomenologia do Espírito*, de 1807, no qual tratava da relação entre o Espírito e a Razão universal por meio da história das fases de aproximações e distanciamentos que levariam o Espírito a se elevar da sensação individual em direção à Razão universal (Enciclopédia Mirador Internacional, 1982 – vol. 9: verbete Fenomenologia).

estrutura oculta, e descobrir a forma de ser do que existe” (Karel Kosic, 1967: 30 apud Santos, 1988: 17).

A realidade revela-se não apenas com as medições que nela e dela fazemos, mas também pela intermediação e pela análise das nuances subjetivas que a compõem e perpassam a relação integradora do sujeito no mundo e do mundo no sujeito. Uma filosofia fenomenológica não deixa de ser “(...) uma ‘ciência exata’, mas é também um relato do espaço, do tempo, do mundo ‘vividoss’” (Merleau-Ponty, 1994: 1). Há que se reencontrar a experiência que está por detrás do pensamento, mergulhar no sensível e achar o invisível por detrás do visível, uma vez que um é condição existencial do outro (Merleau-Ponty, 2000).

Visíveis tecidas de invisibilidade: a profundidade não é terceira dimensão do espaço, é o invisível da visibilidade, aquilo sem o que não vemos e sem o que nada seria visível; as faces do cubo que não vemos soa o invisível do cubo, aquilo pelo que ele se faz uma coisa visível. O invisível não é um negativo positivo que dublaria a positividade do visível, mas aquilo pelo que o visível é visível, seu avesso e estofo, uma de suas dimensões, uma ausência que conta no mundo (Chauí, 1988: 58).

Ao refletir sobre os aspectos inerentes a uma fenomenologia do espaço, o geógrafo brasileiro Milton Santos (1926-2001) evidencia os perigos expostos a uma ciência espacial desamparada de uma filosofia adequada. No artigo intitulado "O espaço geográfico como categoria filosófica", o autor (1988) esmiuça o movimento dialético, portanto, contraditório e integrador, entre a essência do existir humano (essência ainda sem forma, o real-abstrato) e a corporificação de tal ato revelado pela sociedade que se tornou espaço (a forma povoada por uma essência, o real-concreto). O mundo percebido possui formas e sentidos inseparáveis do sujeito da percepção.

A percepção é uma comunicação entre o “(...) nosso corpo, o corpo dos outros sujeitos e os corpos das coisas (...)” (Chauí, 1995: 123).

A relação dialética entre forma e essência, objetivo e subjetivo e (por que não?), consciência e inconsciência é a relação própria do movimento do conhecimento. É uma compreensão holística da relação homem-ambiente onde “(...) todo o ambiente que envolve o homem, seja físico, social, psicológico ou até mesmo imaginário, influencia a percepção e a conduta” (Del Rio & Oliveira, 1996: XIII), o mesmo ocorrendo no sentido inverso. Na teoria fenomenológica do conhecimento considera-se a percepção como parte e origem primordial do conhecimento humano (Chauí, 1995).

Estamos no mundo como sujeitos ativos, conferindo sentidos, valores e interpretações novas às coisas percebidas, uma vez que elas fazem parte de nossas vidas e

interagimos com o mundo percebido qualitativa, significativa e estruturalmente. A percepção é também o pensamento de perceber o mundo (Merleau-Ponty, 1994).

A nossa comunicação/percepção com os corpos dos sujeitos outros e os corpos das coisas alicerça-se sempre nos aspectos concernentes a nossa historia de vida pessoal. Nossas expectativas e nossas frustrações, nossas paixões e nossas desilusões, nossas afetividades e nossas agressividades.

Percebemos [e definimos nosso modo de relação com] as coisas e os outros de modo positivo ou negativo, percebemos as coisas como instrumentos ou como valores, reagimos positiva ou negativamente a cores, odores, sabores, texturas, distâncias, tamanhos (Chauí, 1995: 123).

Detalhes são abarcados mental e sensitivamente (não apenas, mas de igual tamanho às demais percepções que não apresentam aparentemente importância) à medida do teor de significado valorativo ou "(...) à medida em que ela se remete a uma experiência passada, mesmo que esta tenha sido esquecida" (Rodrigues, 2001b: 35).

Tamanha é a complexidade dessas relações que se estabelecem entre nossos sentidos e o mundo, entre nosso corpo e os corpos dos outros e/ou das coisas, entre o exterior e o interior que se convém falar em um campo perceptivo (Chauí, 1995) de esferas interseccionadas da razão, emoção, pensamento, imaginário (significação, interpretação), individualização, socialização, sensação e aprendizado. A percepção está no ato.

Para Merleau-Ponty (1994: 18), "a aquisição mais importante da fenomenologia foi sem dúvida ter unido o extremo subjetivismo ao extremo objetivismo em sua noção do mundo ou da racionalidade." Não há deformação ou inferioridade no ato de perceber. Percebemos não apenas com o nosso raciocínio, mas também com todos os nossos sentidos. A percepção não é falaciosa, ela é o que é, a nossa interpretação do mundo. "O 'sentido' do real transborda sempre aos 'dados' e aos 'conceitos'" (Chauí, 1984: XII). É do encontro subjetivo entre as coisas e os sujeitos que o ato perceptivo revela o invisível componente do visível dos conceitos, significando-os, ou fazendo com que estes possam significar.

O mundo fenomenológico não é a explicitação de um ser prévio, mas a fundação do ser; a filosofia não é o reflexo de uma verdade prévia mas, assim como a arte, é a realização de uma verdade (Merleau-Ponty, 1994: 19).

A ciência se faz sobre o mundo vivido. A ciência cheia, integrada, rigorosa e extensiva é aquela que reconhece e trafega pela experiência do mundo, da qual ela é segunda expressão (Merleau-Ponty, 1994).

3.2. Percepção para a Percepção Ambiental

A percepção ambiental é um fenômeno psicossocial. É como o sujeito incorpora as suas experiências. Não há leitura da objetividade que não seja ou não tenha sido compartilhada; o sujeito sempre interpreta culturalmente e, a partir daí, constitui-se como identidade. Sua identidade será como se espacializa, como se temporaliza, como constrói as narrativas de si próprio a partir desta espacialização e desta temporalização.

(Tassara & Rabinovich, 2003: 340)

O termo percepção, para a maioria dos estudos de percepção ambiental, tem uma conotação ampla e popular, muito próxima à que acabamos de ver sob o olhar da fenomenologia. Inclui não apenas as percepções bio-fisiológicas (que compreende as atividades vitais ao ser humano), mas também as imagens que formamos mentalmente sobre o mundo vivido (realidade), nossas memórias, experiências (o que conhecemos), predileções (o que valoramos), interpretações, atitudes e expectativas (o que aspiramos) (Del Rio, 1991). Portanto, a percepção para a percepção ambiental está atrelada ao ato do contato com os elementos externos (objetivo e coletivo) e internos (subjetivo e individual) da experiência.

Os processos perceptivos, cognitivos, avaliadores de conduta fazem parte desse contínuo comunicativo que é a percepção ambiental. Tal acepção compreende, em um só termo, o que na psicologia são dois conceitos: a percepção sensorial direta (função psicológica baseada principalmente na visão e na audição que possibilita ao ser humano traduzir organizada e coerentemente sensações em experiências) e a cognição propriamente dita, ou seja, o processo mental com o qual intermediamos nossa relação com o mundo conferindo significados às informações que são estruturadas e selecionadas conforme nossos interesses e necessidades (Del Rio & Oliveira, 1996; Whyte, 1977).

É sob esse enfoque que este trabalho se desenvolve: percepção ambiental como compreensão, conscientização, avaliação e valoração humana do meio ambiente; como expressão humana sobre sua realidade ambiental por intermédio de suas experiências e expectativas.

O processo de interiorização e expressão da realidade é absolutamente ativo (e condizente às condições físico-biológicas e psicológicas de cada um) pois possuímos filtros individuais e culturais que entremeiam todo o processo de percepção ambiental, desde as sensações até as tomadas de decisões. Do real, construímos realidades subjetivas que

compõem nossas visões de mundo. A percepção ambiental é construída a todo instante, particular e socialmente, e por isso mesmo conferimos à realidade dependência e complexidade, mas também, fragilidade e condições de manipulá-la.

3.2.1. Os estudos de Percepção Ambiental

A origem dos estudos de percepção ambiental na história do pensamento geográfico, segundo Amorim Filho (1996), nos remete às reflexões do geógrafo Carl Sauer, feitas em 1925. O autor apontava como um dos principais temas da atividade geográfica o estudo diferenciado das áreas e das paisagens percebidas e vividas pelos homens.

De Sauer até a década de 1960, tempo primeiro de maior intensidade dos estudos sobre percepção ambiental, variados autores adotaram a análise dos sentimentos e valores das pessoas para com o mundo como instrumental para uma melhor compreensão das ações humanas sobre o espaço. Na Geografia, Kirk (1951) ressalta o vínculo das percepções ambientais às tomadas de decisões; Dardel (1952) e, posteriormente, Lowenthal (1961) expressam a importância em se considerar as experiências vividas como forte elo de ligação do homem com a Terra (Amorim Filho, 1996; Holzer, 1999). No ano de 1960 o arquiteto Lynch (1980) oferta enfim uma metodologia para a pesquisa em percepção ambiental promovendo, via trabalho de campo, o encontro da percepção com a prática do urbanismo (Del Rio, 1991; Oliveira, 2001).

No final dos anos 60 do século XX, estudos de percepção ambiental são incorporados no movimento denominado Geografia Humanística (ou Geografia Humanista). Noções de mundo vivido e de intencionalidade passam a fazer parte de uma nova forma de se pensar a Geografia, sob forte influência fenomenológica e existencialista. Estudiosos da área geográfica e também de outras ciências irão considerar, em suas pesquisas, aspectos referentes à percepção, valores e representações humanas no contato com o espaço, contrapondo-se à quantificação, racionalização e sistematização da corrente neopositivista (Amorim Filho, 1996).

Durante a década de 70, uma série de estudos do ambiente humano consolidam-se quando da criação do Grupo de Trabalho sobre a Percepção do Meio Ambiente, pela União Geográfica Internacional (UGI), e do Projeto 13: Percepção da Qualidade Ambiental, no Programa Homem e Biosfera, da UNESCO (Oliveira, 2001). Desde então, vários autores, em diversos países, têm se dedicado a estudos sobre percepção ambiental, destacando-se os trabalhos de Cerasi (1970), Lynch (1980), Tuan (1980; 1983). No Brasil, destacam-se Oliveira (1977; 1996; 2001), Oliveira & Machado (1998), Bley (1982; 1990; 1996), Amorim

Filho (1996), Del Rio (1991; 1996), Ferreira (1990), Jesus (1993), Lima (1996), Machado (1988; 1996), Neri (2004) , Santos et alli (1996), entre outros, que têm pesquisado e orientado dissertações e teses acerca desse tema.

O ambiente pesquisado por esses autores compreende tanto o ambiente natural como o ambiente culturalmente construído. É interessante notar que as colocações obtidas pelos distintos campos de trabalho de pesquisa acabam por se entrelaçar, auxiliando na estruturação de um pensamento complexo sobre a percepção ambiental.

Ao abordar aspectos do ambiente urbano, Cerasi (1970) distingue os espaços psicológico e topológico. O primeiro revela aspectos comportamentais oriundos do uso dos espaços urbanos, enquanto o segundo diz respeito à percepção das formações físicas da cidade. Os códigos de leitura de valores contidos no ambiente são identificados na experiência e uso destes espaços urbanos.

Lineu Castello (1996) pesquisou e coordenou o projeto sobre percepção do Rio Guaíba pela população de Porto Alegre/RS. O estudo, inserido no programa da UNESCO, Man and Biosphere (MAB), interessava-se pelas expectativas dos moradores frente à recuperação e acessibilidade de uso do rio, bem como de sua importância na construção do imaginário da cidade (Del Rio & Oliveira, 1996).

Para Lynch (1980), as percepções do processo cognitivo do ambiente são representações de categorias espaciais, sejam elas sociais, naturais e físico-culturais, que refletem as dimensões do cotidiano social e das geografias natural e construída. Essas constatações conformam-se no que o autor chamou de “senso do lugar”. Piaget (1969) sustenta que os aspectos cognitivos estão intimamente atrelados aos aspectos perceptivos de intercâmbio com o espaço e que a percepção é parte integrante da vida humana e intrínseca a seu desenvolvimento.

Na relação entre a percepção humana e o meio ambiente, os elementos físicos, sociais, psicológicos e imaginários fazem parte da construção do espaço. Nas obras de Tuan, *Topofilia* (1980) e *Espaço e Lugar* (1983), por exemplo, o autor reconhece a influência desses elementos nas percepções ambientais de habitantes oriundos de diversas regiões e culturas, denotando as peculiaridades dessas diferenças.

No campo da sociologia, Durkheim (1968) demonstra que as culturas apresentam diferenças nos significados básicos das categorias do entendimento. Argumenta que é no processo de socialização do indivíduo em seus variados grupos sociais que são construídas as concepções de gênero e espaço, entre outras. Podemos, além disso, sugerir que

diferentes percepções são possíveis num mesmo espaço. Nesse sentido, Leonel (1998) coloca que a diversidade, reafirmada por essas diferenças, pode, num amplo sentido, elevar as possibilidades de modos de vida mais harmoniosos com o meio, visto que as diferenças podem ser organizadas de modo a se complementarem, e não a se contradizerem. É importante ressaltar a dinâmica presente nessas diversas percepções humanas que são passíveis de mudanças de atitude para com o ambiente, podendo até mesmo vir a inverter-se.

Os conceitos (de ordem qualitativa e valorativa) desenvolvidos e denominados por Tuan (1980), topofilia e topofobia, significam, respectivamente, a afetividade e a aversão ao ambiente por parte dos seres humanos. Relph (1979) esclarece que quando as experiências com espaços ou lugares são positivas e agradáveis podem ser consideradas experiências de topofilia, quando são repulsivas, desagradáveis e negativas, elas são experiências topofóbicas³³.

Tuan (1980) aponta a dificuldade de se avaliar com precisão e eficácia os fatores responsáveis pela percepção humana:

Para compreender a preferência ambiental de uma pessoa, necessitaríamos examinar sua herança biológica, criação, educação, trabalho e os arredores físicos. No nível de atitudes e preferências de grupo, é necessário conhecer a história cultural e a experiência de um grupo no contexto do ambiente físico. Em nenhum dos casos é possível distinguir nitidamente entre os fatores culturais e o papel do meio ambiente físico. Os conceitos "cultura" e "meio ambiente" se superpõem do mesmo modo que os conceitos "homem" e "natureza" (:67).

Em seus estudos envolvendo as percepções de diferentes grupos sobre a Serra do Mar, Machado (1996), atenta às manifestações topofílicas, nota que enquanto para os técnicos ambientais e pesquisadores as representações são de ordens conceituais e comprometidas com a objetividade científica (paisagem não vivida), na fala dos moradores, o mesmo ambiente é carregado de valores afetivos ("melhor lugar do mundo, um paraíso":119) e é associado a seu cotidiano conferindo-lhe familiaridade (paisagem vivida). Segundo a autora, ao se tornar inteiramente familiar, o espaço torna-se lugar.

³³ É importante frisar que o termo topofilia foi originalmente cunhado pelo filósofo Gaston Bachelard na introdução de seu livro *A Poética do Espaço* no ano de 1957. O propósito desse seu estudo, segundo ele é "(...) examinar imagens bem simples, as imagens do espaço feliz. Nessa perspectiva, nossas investigações mereceriam o nome de topofilia. Visam determinar o valor humano dos espaços de posse, dos espaços defendidos contra forças adversas, dos espaços amados" (Bachelard, 2000:19).

3.2.2 Conceitos relacionados aos estudos de Percepção Ambiental

No contexto deste trabalho, os conceitos espaço, paisagem, lugar, território e gestão são tidos como fundamentais aos estudos socioambientais.

Considera-se o espaço como produto histórico e dinâmico da interação dos fatores naturais, sociais, culturais, econômicos e políticos (Furlan, 2000).

Dessa maneira, estão atreladas às paisagens não só os aspectos físicos e culturais, mas também, e igualmente, a vivência e experiência das pessoas com o mundo-vivido (Relph, 1979). A paisagem é delineada em função do ponto de vista de quem a observa, revelando uma experiência onde o sujeito e o objeto são inseparáveis, uma vez que o sujeito faz parte da paisagem e esta é, ao mesmo tempo, constituída por ele (Collot, 1986). O homem percebe e vivencia a paisagem, atribuindo a ela significados, valores, símbolos e mitos. Ele apreende seu conteúdo racional, subjetiva e afetivamente. A experiência de paisagem é, em algum sentido e grau, uma experiência ambiental (Relph, op. cit.).

Para o poeta Fernando Pessoa (1971: 73-74) criamos paisagens interiores atreladas às paisagens exteriores, e uma se alimenta da outra:

Em todo o momento de atividade mental acontece em nós um duplo fenômeno de percepção: ao mesmo tempo que temos consciência dum estado de alma, temos diante de nós, impressionando-nos os sentidos que estão virados para o exterior, uma paisagem qualquer, entendendo por paisagem, para conveniência de frases, tudo o que forma o mundo exterior num determinado momento da nossa percepção. Todo o estado de alma é uma paisagem. Isto é, todo o estado de alma é não só representável por uma paisagem, mas verdadeiramente uma paisagem. Há em nós um espaço interior onde a matéria da nossa vida física se agita. Assim uma tristeza é um lago morto dentro de nós, uma alegria um dia de sol no nosso espírito. E - mesmo que se não queira admitir que todo o estado de alma é uma paisagem - pode ao menos admitir-se que todo o estado de alma se pode representar por uma paisagem. Se eu disser "Há sol nos meus pensamentos", ninguém compreenderá que os meus pensamentos estão tristes. Assim, tendo nós, ao mesmo tempo, consciência do exterior e do nosso espírito, e sendo o nosso espírito uma paisagem, temos ao mesmo tempo consciência de duas paisagens. Ora, essas paisagens fundem-se, interpenetram-se, de modo que o nosso estado de alma, seja ele qual for, sofre um pouco da paisagem que estamos vendo - num dia de sol uma alma triste não pode estar tão triste como num dia de chuva - e, também, a paisagem exterior sofre do nosso estado de alma - é de todos os tempos dizer-se, sobretudo em verso, coisas como que "na ausência da amada o sol não brilha", e outras coisas assim.

O lugar é consequência de uma profunda experiência do homem com a paisagem. É onde o homem expressa suas identidades, intenções, necessidades, responsabilidades, preferências e interações (Relph, op. cit.); é o espaço de existência e da coexistência (Santos, 1996). Os lugares podem ser símbolos públicos (conhecidos visualmente) ou

campos de preferência (conhecidos pelos contatos e experiências prolongados) (Tuan,1983).

Território e lugar são conceitos intrínsecos ao espaço, pois tratam respectivamente das ligações políticas e de identidades do homem com esse. Para Souza (1995) o território está fundamentado e definido pelas forças de poder. Se um dos objetivos apresentado no início deste projeto refere-se ao planejamento e gestão ambiental de um território, é porque acreditamos que ocorram domínios e relações de poder históricas no local de estudo e, indo um pouco além, que existam campos de ação política.

Na opinião de Furlan,

ao conceber o lugar (o espaço vivido por essas sociedades rústicas) como patrimônio de todos, as políticas ambientais excluíram por lei o direito de domínio sobre esses territórios. (Furlan, op. cit.:45).

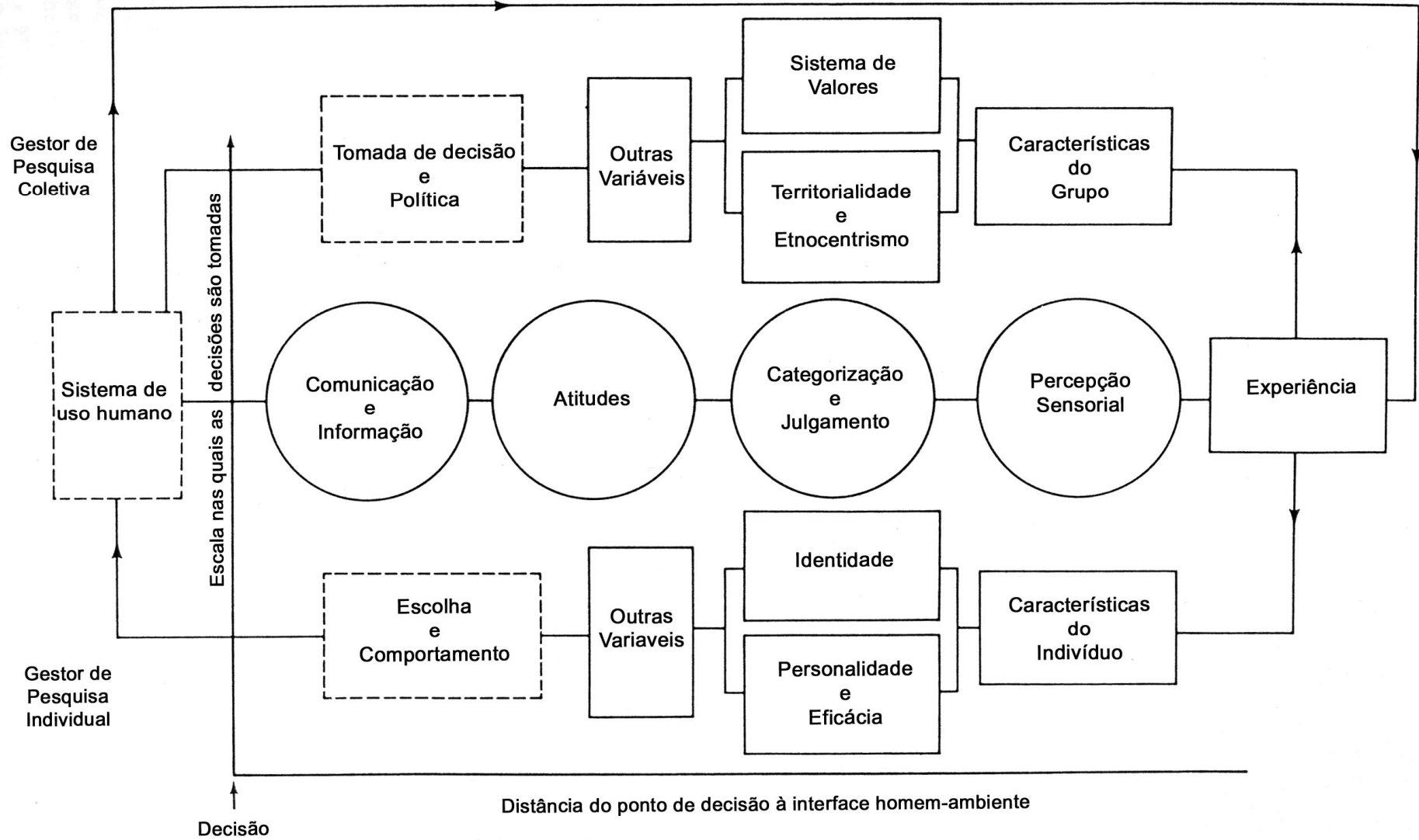
Faz-se importante mencionar uma das conclusões alcançadas por Rodrigues (2001a) em seu estudo empírico sobre a gestão ambiental participativa no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (situado no litoral sul de São Paulo) à luz do que se espera refletir com esta pesquisa:

(...) foi através de um diálogo intercultural e, principalmente, num diálogo intersubjetivo entre os membros que compõem o Comitê³⁴ da Ilha do Cardoso que se deu o passo inicial e determinante na superação do modelo clássico de conservação ambiental, sobretudo, por aproximar os agentes externos à realidade cotidiana dos moradores locais - a maioria caiçara. Na verdade, não se está preocupado, somente, com a conservação ambiental, mas com a conservação dos laços entre os diferentes agentes envolvidos na conservação ambiental, de uma determinada área. Creio que são estes laços, em última instância, que irão assegurar a conservação (:186).

A idéia de gestão aqui trabalhada ampara-se nas considerações de Olivier Godard (1997) sobre gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente, a qual envolve decisões negociadas e ação conjunta de gestores e atores sociais de interesses diversificados.

³⁴ Comitê de Apoio à Gestão do Parque Estadual (nota minha).

FIGURA 1. Modelo simplificado de Percepção Ambiental



Fonte: Whyte (1977:87 – tradução minha)

CAPÍTULO 4. PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA EEJI: VALORES, ATITUDES E EXPECTATIVAS DOS DIFERENTES GRUPOS SÓCIO-CULTURAIS ENVOLVIDOS

Neste capítulo, apresento as análises das informações referentes aos significados, às atitudes, aos valores e, indiretamente, às expectativas dos cinco grupos sócio-culturais de interação na EEJI (moradores, pesquisadores, entidades da sociedade civil e funcionários -guarda-parques e administração), adquiridas por intermédio de questionários de perguntas abertas. Quais são as relações estabelecidas por esses atores com o ambiente natural e construído da Estação Ecológica? Ela é um espaço de memórias, vivências, trabalho, de sonhos a serem realizados? É o território dos conflitos, do êxodo, da luta por direitos sociais? Quantas e quais são as paisagens que constituem a Juréia? Esse nome faz sentido aos que lá moram ou é a concepção adotada por um só olhar, o do ambientalista, quando da criação da Estação? É neste momento da dissertação que intento clarear e identificar as semelhanças e as diferenças das percepções ambientais estudadas; mapeá-las, transformá-las em informações discerníveis e passíveis de ações; fazer emergir o invisível dessas relações com o mundo e entre os mundos sociais.

A pesquisa de campo foi realizada entre os dias 15 e 26 de julho de 2003 na Estação Ecológica de Juréia-Itatins. Durante esses doze dias de trabalho, foram aplicados um total de vinte e um questionários a moradores, seis nas comunidades da praia do Una e praia do Rio Verde (Núcleo Grajaúna), cinco com os moradores do Núcleo Guaraú (formado pelas praias do Guaraúzinho, Arpoador, Brava e Juquiazinho) e dez questionários respondidos no Bairro do Despraiado. Todos os três núcleos são habitados por moradores tradicionais, sendo apenas o Despraiado um caso à parte, por ter residido também em sua área migrantes provenientes de outros Estados. No Despraiado, a população de moradores compreende as três classificações adotadas no Cadastro Geral dos Ocupantes (São Paulo, 1991a): tradicional, adventício antigo, adventício recente.

Já entre os funcionários da EEJI, foram efetivados onze questionários, seis com os guarda-parques e cinco com os funcionários da administração.

Dentre as entidades da sociedade civil organizada que atuam na EEJI, foram totalizados cinco questionários respondidos. A maior parte, proveniente de entidades que compõem o Conselho Consultivo da EEJI.

Nove foram os pesquisadores que responderam os questionários enviados por correio eletrônico.

4.1. Características dos Sujeitos e dos Grupos

Para todos os cinco grupos pesquisados, traçou-se o perfil do sujeito entrevistado com informações pessoais sobre sexo, idade, escolaridade, naturalidade e tempo de EEJI, ou seja, há quanto tempo os funcionários trabalham na Estação, as entidades da sociedade civil organizada atuam (tempo separado pelo sujeito e pela entidade) e os moradores residem. O tempo de interação dos pesquisadores com a Estação não foi considerado, tendo em vista que os sujeitos entrevistados possuíam um vínculo breve com a UC, apenas o tempo de seus estudos ficarem prontos.

TABELA 4: Dados de características pessoais de sexo, idade, escolaridade, naturalidade e tempo de EEJI dos sujeitos entrevistados

				SUJEITO	ENTIDADE
GRUPOS DE INTERAÇÃO	SEXO	IDADE (anos)	ESCOLARIDADE	TEMPO DE EEJI (anos)	
ADMINISTRAÇÃO					
1	M	31	Graduação: Ciências Biológicas	12	
2	F	46	Graduação: Administração de Empresas	11	
3	M	44	Graduação: Engenharia Florestal	17	
4	M	39	Ensino Médio Completo	14	
5	F	34	Ensino Médio Completo	5	
GUARDA-PARQUES					
1	M	34	Ensino Médio Incompleto	15	
2	M	59	Ensino Médio Incompleto	1	
3	M	38	Ensino Médio Incompleto	5	
4	M	43	Ensino Médio Incompleto	15	
5	M	58	Ensino Fundamental Incompleto	14	
6	M	51	Ensino Fundamental Incompleto	14	
ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA					
1	M	59	Pós-graduação: História	5	3
2	M	48	Graduação: Matemática	28	13
3	M	51	Curso Técnico: Mecânica	7	1
4	M	47	Graduação: Administração de Materiais	4	4
5	F	39	Superior Completo	11	11
PESQUISADORES					
1	F	21	Graduação: Turismo		
2	F	26	Graduação: Relações Públicas		
3	M	43	Mestrado: Botânica		
4	M	25	Mestrado: Zoologia		
5	M	32	Superior Completo		
6	F	45	Graduação:		
7	M	45	Engenharia Agrônômica		

continua...

8	F	24	Graduação: Geologia		
9	F	28	Doutorado: Filosofia		
MORADORES					
1	M	47	Ensino Fundamental Completo	Nativo	
2	M	86	Não foi à escola	Nativo	
3	M	85	Não foi à escola	Nativo	
4	F	46	Ensino Fundamental Incompleto	Nativa	
5	F	58	Ensino Fundamental Incompleto	Nativa	
6	M	50	Ensino Fundamental Incompleto	Nativo	
7	M	75	Ensino Fundamental Incompleto	Nativo	
8	M	49	Ensino Fundamental Incompleto	Nativo	
9	M	42	Ensino Fundamental Incompleto	Nativo	
10	F	47	Não foi à escola	Nativa	
11	M	50	3° Científico Completo	10; Natural de São Paulo	
12	F	70	Não foi à escola	34; Natural da Paraíba	
13	M	76	Não foi à escola	30; Natural da Bahia	
14	M	28	Ensino Fundamental Incompleto	28; Natural de São Paulo	
15	M	72	Não foi à escola	50; Natural de Pedro de Toledo/SP	
16	M	74	Não foi à escola	40; Natural de Amoreiras/SP	
17	F	36	Não foi à escola	Nativa	
18	M	53	Ensino Fundamental Incompleto	30; Natural de Santos/SP	
19	M	40	Ensino Fundamental Incompleto	34; Natural da Paraíba	
20	F	43	Ensino Fundamental Incompleto	Nativa	
21	M	42	Ensino Médio Completo	Nativo	

Nota-se que, com exceção do grupo de pesquisadores que apresentam cinco sujeitos do sexo feminino e quatro do sexo masculino, os grupos são constituídos em sua maioria de sujeitos do sexo masculino, sendo plena essa característica no grupo de guarda-parques.

Com relação à idade, grande parte dos sujeitos inserem-se na faixa etária entre 30 e 60 anos. O grupo dos moradores apresenta a maior amplitude de idade entre os sujeitos (entre 28 e 86 anos) sendo que a menor amplitude está no grupo dos funcionários da administração da EEJI (entre 31 e 46 anos de idade). No grupo de guarda-parques, é interessante constatar que ao menos dois dos seis sujeitos entrevistados estão relativamente próximo de se aposentarem (58 e 59 anos), realidade visível no quadro de recursos humanos da EEJI elaborado em junho de 2003³⁵ que expõe que aproximadamente 20% de seu corpo funcional está na faixa etária entre os 56 e 65 anos de idade, o que num futuro próximo poderá comprometer a gestão da unidade de conservação, uma vez que os concursos públicos para o provimento de cargos não são freqüentes. Os pesquisadores

³⁵ Documento interno da administração da EEJI.

estão na faixa etária entre 21 e 45 anos e os sujeitos das entidades da sociedade civil organizada entre 39 e 59 anos de idade.

O grupo dos moradores é o de menor escolaridade, com oito sujeitos que não freqüentaram a escola, dez com ensino fundamental incompleto, um com ensino fundamental e apenas dois com ensino médio. Em seguida, vem o grupo dos guarda-parques, com dois sujeitos com ensino fundamental incompleto e quatro com ensino médio incompleto. A formação escolar dos funcionários da administração da EEJI é mais completa que a dos guarda-parques, apresentando dois sujeitos com ensino médio e três com ensino superior (dois da área de biológicas e um da área de humanas). O quadro de recursos humanos supracitado revela que dos quarenta e três funcionários da unidade de conservação, apenas três possuem ensino superior, nove ensino médio e trinta e um ensino fundamental. O grupo das entidades da sociedade civil organizada tem sujeitos com educação escolar variada: desde técnicos até pós-graduados. Os pesquisadores têm a maior escolaridade dentre os grupos, com cinco alunos graduados, três mestres e um doutor.

A formação dos pesquisadores é predominantemente da área das ciências biológicas (botânica, zoologia, engenharia agrônômica, biologia) sendo apenas três, dos nove entrevistados, da área das ciências humanas (turismo, relações públicas e filosofia). Esperava-se que os pesquisadores com formações nas áreas de biológicas expressassem percepções ambientais de conotação mais preservacionista, ou seja, com idéias sobre conservação da natureza apoiadas na separação da presença e atividades humanas do ambiente natural. No entanto, esse "pré-conceito" não se comprovou. Uma linha de pensamento que associa, à conservação da natureza, a união do homem a ela, desenvolvendo-se com ações sustentadas, foi a linha presente nas falas de seis pesquisadoras, num total de nove entrevistados, sendo que suas formações são da área das ciências humanas e das ciências biológicas. O que se notou é que os três homens entrevistados nesse grupo, aí sim, dois com graduação em biologia e um com graduação em geologia, tinham respostas que se aproximavam de uma corrente preservacionista, o que pode ser apenas uma coincidência, considerando o reduzido número de entrevistados.

4.2. Sobre o tempo de interação

Os sujeitos dos grupos da administração, guarda-parques e entidades da sociedade civil organizada têm, cada qual, pessoas com pelo menos dez ou mais anos de vínculo com a EEJI, um alto período de interação, considerando que a Estação tinha dezessete anos de criação na data em que os dados foram levantados (2003).

Desconsiderando os moradores que, ou são nativos (treze deles), ou estão residindo na área em um período que varia entre 10 e 50 anos (oito entrevistados, dando uma média de trinta e dois anos entre os migrantes), o grupo que há mais tempo tem contato com a UC é o grupo da administração (média de 11,8 anos). Os guarda-parques e os representantes das entidades da sociedade civil organizada apresentam uma média de 10,6 e 11 anos, respectivamente, configurando um quadro de tempo de interação com a EEJI por esses três últimos grupos citados bem homogêneo .

Já as entidades da sociedade civil organizada apresentam um período de atuação na EEJI mais diferenciado entre elas. Três delas exercem atividades relacionadas à Estação há menos de cinco anos e duas delas há mais de dez.

Dos vinte e um moradores entrevistados, dois vieram de localidades bem próximas à Estação, um residindo nela há quarenta e o outro há cinqüenta anos. Provenientes de outros Estados (Paraíba e Bahia) são três, que já residem na área há mais de trinta anos. De um total de três moradores nascidos no Estado de São Paulo um veio há trinta anos de Santos, outro chegou ainda pequeno da capital e o terceiro paulistano lá está há dez anos.

4.3. CONVERSA: A análise da percepção ambiental dos sujeitos e dos grupos

Foram feitas três análises que, em conjunto, compõem a análise da percepção ambiental da EEJI pelos cinco grupos: (1) análise dos significados, (2) análise das atitudes e (3) análise da valoração ambiental. Essas análises expressam experiências, interpretações e expectativas oriundas das relações dos grupos estudados com o ambiente natural e construído da Estação.

É bom ressaltar que as análises efetuadas são de ordem qualitativa e que, portanto, não possuem proporcionalidade comparativa entre os grupos pesquisados. A partir das respostas, foram delimitados temas para cada pergunta realizada. Nas tabelas que ilustram, por questão, os resultados, esses temas receberam números indicativos da quantidade de citações feitas a eles por cada grupo. Relembrando: foram cinco pessoas entrevistadas no grupo da administração, seis no grupo dos guarda-parques, cinco no grupo das entidades da sociedade civil organizada, nove no grupo dos pesquisadores e vinte e um no grupo dos moradores, somando um total de quarenta e seis sujeitos.

4.3.1. Análise dos significados

Para discorrer sobre os significados que são dados à EEJI pelos administradores, guarda-parques, entidades da sociedade civil organizada, pesquisadores e moradores, foram realizadas quatro questões aos entrevistados: (i) o que é a EEJI para você, que objetiva verificar como a identificam, (ii) como você a descreveria, que objetiva verificar a percepção de sua fisionomia, (iii) até onde ela vai, que objetiva verificar a noção espacial sobre os limites Estação e (iv) para o quê serve, que objetiva verificar a percepção de sua utilidade e uso.

O que é a EEJI?

Dezesseis temas foram identificados a partir dessa questão, os quais foram analisados conforme as citações feitas ou não pelos entrevistados, relacionando-os aos respectivos grupos e à quantidade de indivíduos no grupo que as mencionou (a tabela 5 discrimina tais informações).

De um modo geral, os temas sobre conservação, pesquisa e educação ambiental foram os mais recorrentes. Com exceção dos moradores, os demais grupos responderam que a EEJI possui rica biodiversidade, configurando-a como uma das mais altas do país, além de ser uma área voltada para a pesquisa e educação ambiental. A Estação também foi lembrada como um importante remanescente de Mata Atlântica (característica não colocada pelos moradores) sendo que um funcionário da administração e um representante de entidade da sociedade civil organizada Eco Juréia acreditam que a EEJI seja um reduto de vegetação primitiva do bioma supracitado, colocação que perpetua o mito da natureza intocada, originária³⁶. Essa idéia vai de encontro às falas dos moradores, que atestam que a vegetação já sofreu alterações por seus antecedentes, e também não corresponde com o histórico de ocupação da área, onde foram cadastrados 20 sambaquis, registros arqueológicos da presença de povos caçadores-coletores, há pelo menos 7.000 anos A.P (Queiroz, 1992)³⁷.

³⁶ A beleza cênica, um dos critérios para a criação de parques, categoria de unidade de conservação que também apresenta restrições de uso e ocupação, foi mencionada para identificar a EEJI por um pesquisador como "um paraíso ecológico".

³⁷ Segundo Queiroz (op. cit.: 101), "os 20 sambaquis que formaram-se no solo da Juréia há mais de 7.000 anos, demonstram-nos que muitos povos pré-históricos já passaram por ali. Diversas tribos indígenas habitaram esta região durante centenas de anos. Depois vieram os portugueses à procura de ouro, depois os escravos que trabalhavam nas lavouras de arroz. Mais tarde, vieram aqueles que cortaram a selva para fincar os postes de ferro e implantar os telégrafos. Talvez os homens desse tempo nunca imaginassem que um dia o homem moderno ao invés de derrubar a mata e levar a 'cultura' e o 'progresso', fosse exatamente brigar para que a selva fosse preservada e que o homem tivesse de se adequar a ela".

Ainda com relação à ocupação humana na área compreendida atualmente pela EEJI, há um importante estudo arqueológico de Plácido Cali (2004) que resultou no registro de vinte e dois sítios arqueológicos históricos na região da Juréia (Praia da Juréia, Praia do Rio Verde) e da Serra dos Itatins, datados do período de 1800 a 1921. A pesquisa demonstra que, ao contrário do que se pensa, a região sofreu um expressivo processo de povoamento, caracterizado por três padrões de assentamentos: (i) caiçara, assim denominado aquele de ocupação por pequenos sítiantes ao longo da orla e adentrando um pouco a floresta de Mata Atlântica (onde predominava o cultivo da mandioca, mas também com ocorrência de criação modesta de gado); (ii) capuava e ribeirinho, também com pequenas e médias propriedades, localizadas mais distante da costa, já subindo as montanhas, onde se cultivava nas várzeas o arroz e coletava-se o palmito; e (iii) fazendeiro, de grandes propriedades, verdadeiros latifúndios que acompanhavam o curso dos Rios Una do Prelado, Una da Aldeia, das Pedras, Itimirim, por onde escoavam a produção agrícola (cana, erva mate e principalmente o arroz para exportação). Diz o pesquisador que a atual paisagem preservada "é bem diferente da do século XIX e até mesmo dos dois primeiros decênios do século XX. A floresta esconde vestígios de fazendas, engenhos, capelas, cemitérios, olarias, enfim, de um período que só agora foi revelado".

Essa visão de uma paisagem não vivida, visão do olhar filtrado pela ciência (pautada em um discurso legal e institucional) tem por objetivo mais específico o conhecimento dos componentes gerais e dinâmicos do espaço estudado para que possam ser feitas inferências mais precisas sobre ele. Está presente a idéia de que a alteração de algum componente comprometerá o todo; para se evitar ou controlar essas mudanças, é necessário obter um acúmulo de conhecimento científico que dê subsídios às tomadas de decisões relacionadas à conservação da natureza. Sendo assim, para um funcionário da administração, a EEJI "deve ser utilizada como uma área 'testemunha' e subsidiar o desenvolvimento de novos modelos de gestão das áreas naturais e de desenvolvimento regional".

Falando-se em paisagens que testemunham uma das diversas fases resultantes da construção social de valorações da natureza de um determinada época, no caso, a que nos encontramos, "a importância da conservação ambiental para as futuras gerações", frase símbolo e institucionalizada pelos órgãos públicos e entidades do movimento ambientalista, foi colocada justamente por dois funcionários da administração e por um guarda-parque.

A EEJI, enquanto área de conservação não só da natureza mas também das riquezas culturais de seus moradores, foi mencionada por pesquisadoras ("A EEJI representa um espaço de conservação da natureza e da cultura tradicional"; "tem uma

importância fundamental na manutenção do ecossistema de Mata Atlântica, na manutenção da cultura caiçara, na história dos povos da Mata Atlântica e na história de colonização do Brasil"; (...) importante área de moradia de comunidades tradicionais") e pela representante da entidade da sociedade civil organizada Coati-Juréia ("inigualáveis valores socioambientais - etnoconhecimentos e biodiversidade").

Dos nove pesquisadores entrevistados, as cinco mulheres do grupo responderam que a EEJI conserva natureza e cultura caiçaras. São elas da área de turismo, biologia, agronomia e relações públicas. Há a percepção ambiental associativa da relação homem/natureza.

O conflito social e ambiental (pois gera impactos na natureza) decorrente das limitações de uso do território impostas pela categoria da unidade de conservação, apenas não é citado pelos funcionários da EEJI. O representante da União dos Moradores da Juréia define a Estação como sendo "uma área com muita incoerência e injustiças", e o entrevistado da entidade da sociedade civil organizada Mongue complementa esse quadro, comentando que, com o passar de seus 18 anos de vida, a EEJI

(...)tornou-se, graças à lamentável administração do IF [Instituto Florestal/SP], uma imensa repartição pública a céu aberto, onde convivem, num estado de sublimação, caçadores, palmiteiros, pesquisadores, índios, moradores "bons", moradores "maus", guarda-parques "bons", guarda-parques "maus", turistas, muitos turistas, ongs boas e más e um escritório com uma cadeira estofada onde habita um ser alheio a tudo isto que finge que administra este caos.

Já os moradores, identificam a Estação, quando a identificam como tal, como uma área de proibições: "a gente se controla depois que entrou a Estação Ecológica". Relatam fatos de administrações passadas que faltaram com o respeito e cercearam a liberdade dos moradores

(...) porque nós não temos o direito de cortar uma árvore, nós não temos o direito de fazer uma roça, isso aí foi o que eles deram para nós, e inclusive andaram aqui dentro até revistando geladeira para ver se a pessoa tinha caça. Derrubou gente doente da cama para examinar debaixo do colchão.

Outros dois moradores acham que a proteção da natureza não ocorre, de fato, devido à falta de guarda-parques, que "(...) é um lugar que entra todo mundo de fora, faz o que quer na mata, vai embora, e quem mora não pode fazer nada" e que na "(...) parte ecológica caça gente dia e noite, gente de todo o lugar, Itanhaém, Peruíbe (...)".

Há reconhecimento, por parte dos moradores, de que a criação da EEJI foi importante para conservação da natureza ("tem que ser preservada, (...) antigamente queriam desmatar e hoje em dia fazemos a roça menor") e, em contraposição a outros

relatos que ditam que houve intensificação na caça e extração, uma moradora acha que "foi bom [terem criado a Estação] porque preservou muita coisa aqui, parou caçador, palmitero,.. ainda tem mas agora está mais calmo". Para outro entrevistado, "preservar é importante só que com limite. Do jeito que eles querem preservar que não deixa o pessoal morar, trabalhar...". Outros dois moradores dizem que "a Estação Ecológica para mim é muito importante (...), os moradores não são contra a Estação Ecológica mas à forma como foi administrada depois que foi implantada, sem planejamento com os moradores, e isso deu muito confronto entre os caiçaras e a polícia" e que

a Estação Ecológica é importante hoje pela preservação porque acho essencial preservar mas a maneira que ela foi feita eu não concordo porque ela foi planejada em gabinete sem uma visita prévia, sem uma pesquisa, e veio de cima para baixo. (...) o governo não assume a responsabilidade da preservação. Eles estão generalizando tudo, priorizando os animais e privando as pessoas de seus direitos básicos e naturais.

Há também três, dos vinte e um moradores entrevistados, que colocam que "a Juréia é uma parte. Tem o Grajaúna, o Rio Verde, são separados. Juréia é do maciço para Iguape", que "antigamente a Juréia era do morro do Vadico para lá [Iguape]. A Estação Ecológica é no Rio Verde". Outro ainda diz que

Não posso lhe explicar porque Juréia não é aqui. A Juréia hoje está dentro de Peruíbe mas é mentira. Juréia é a praia da Juréia, do Rio Verde para lá. O que é a Estação Ecológica? Não posso explicar porque não sei, não tem nada nela. Eles dizem que aqui faz parte mas não faz. Falam da Estação Ecológica da Juréia e põem o Guaraú, o Una; Isso aqui não é Estação Ecológica. Para lá da cachoeira grande que passa no morro do Rio Verde.

Conforme exposto no tópico sobre o histórico da EEJI, no capítulo 2, bem como na tabela 1, sobre as leis e movimentos sociais relativos à Estação, os limites desta UC foram traçados em gabinete, desvinculados da história local de ocupação do território. A vertente atlântica da Serra de Itatins foi decretada Reserva Estadual já em 1958, enquanto que o Maciço da Juréia foi tombado em 1979. A EEJI recebeu esse nome do grupo de políticos e ambientalistas envolvidos com a proteção da área, decretada Estação Ecológica em 1986. Estação Ecológica de Juréia-Itatins é um nome fantasia, que considera essas barreiras naturais de rochas cristalinas como limites ao Sul e a Oeste, respectivamente, da unidade de conservação. Logicamente, que esse nome não corresponde com os referenciais espaciais das pessoas que moram em locais internos à Estação, pois generalizou-se que todo esse território delimitado para "o verde" é a Juréia, o que de fato não é. Juréia é a praia da Juréia e o Maciço, que ficam ao Sul da Praia do Rio Verde.

Como já colocado nesta análise, cientistas e pessoas públicas utilizam-se de amplos referenciais para delimitar e homogeneizar uma complexidade de fenômenos (espaciais e históricos). A expressão local, os nomes dados pelos moradores a seus lugares de convívio,

estão solapados, empacotados todos numa embalagem denominada Juréia-Itatins. Compreensível, uma vez que os referenciais espaciais para esses grupos dos tomadores de decisões foram pontuados num sobrevôo pela área a ser delimitada, sem colocar os pés no chão³⁸. A EEJI segue contornos de uma paisagem idealizada. "Os significados do mundo vivido estão constantemente sendo obscurecidos por conceitos científicos e pela adoção de convenções sociais" (Relph, 1979: 4). Um novo poder sobre um território redenomina seus lugares.

As identificações feitas à EEJI oscilam entre as respostas técnicas e conceituais (dadas pelo grupo dos funcionários e por alguns pesquisadores), e entre as respostas mais próximas das práticas diárias, seja pela luta por alguma causa (respostas das entidades da sociedade civil organizada), seja pela dificuldade em sobreviver sob restrições (moradores)³⁹.

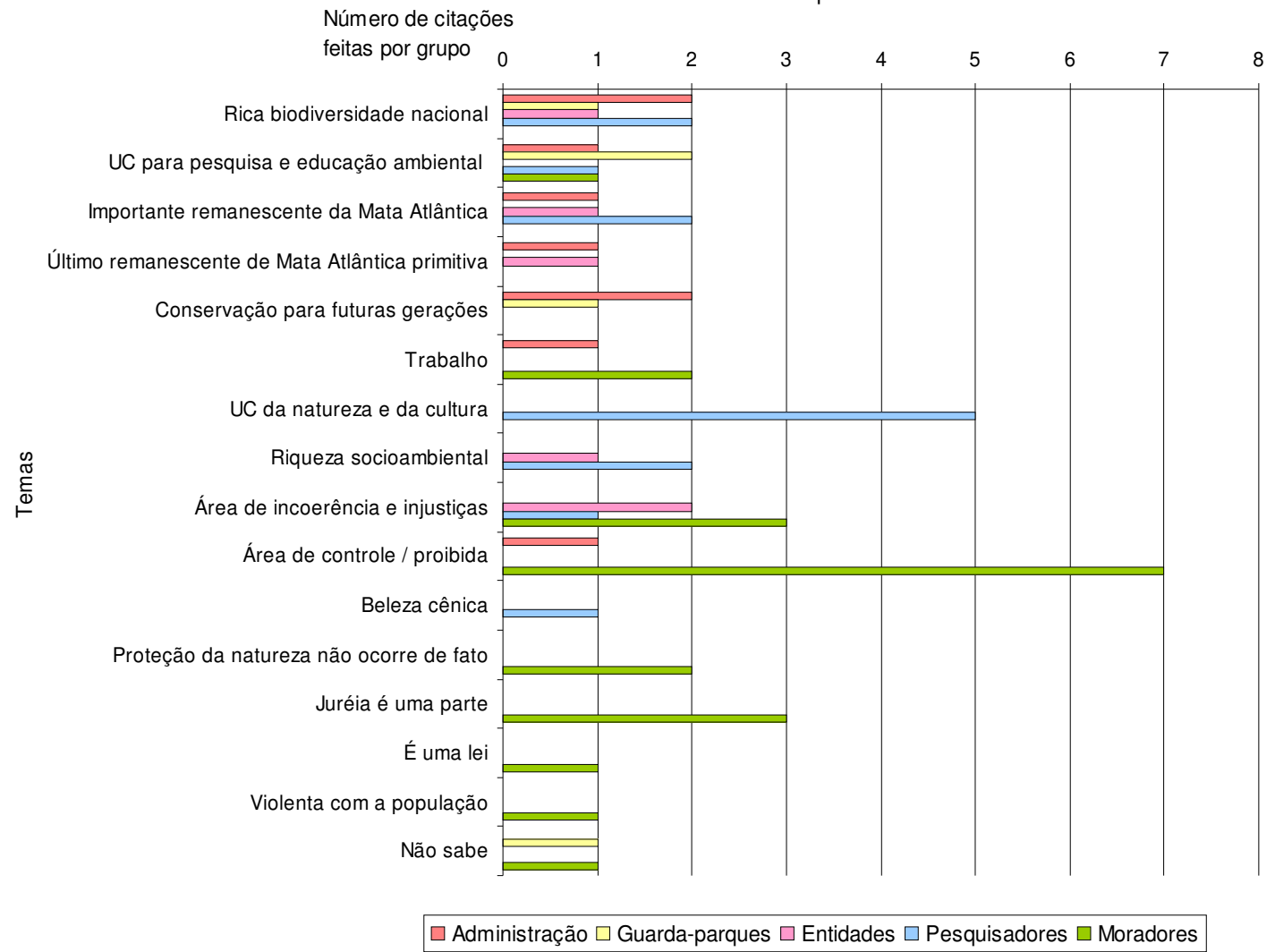
Assim como a criação da EEJI foi alheia à realidade local, também o foram, de modo geral, suas administrações, que não explicaram seus propósitos aos moradores. Para um deles "não explicaram direito o que é essa Estação" e para outro entrevistado a EEJI "é uma lei (...) criada para ninguém mexer em nada, aqui não pode morar ninguém, estamos morando aqui porque não indenizaram". Um guarda-parque e um morador não souberam responder à pergunta.

Observa-se a falta de diálogo estabelecida por longa data entre os funcionários da Estação e os moradores, mas podemos também notar que há uma predisposição, ao menos por parte de alguns moradores, em participar mais estreitamente de ações que envolvam a gestão da EEJI, principalmente nas tangenciais a eles.

³⁸ A expressão "pensamento de sobrevôo" é empregada por Merleau-Ponty (1994 e 2000) para caracterizar o tipo de abordagem científica, por ele criticada, que procura extrair a "essência" do real sem, ao menos, conhecê-lo pessoal e profundamente, ou seja, experimentá-lo.

³⁹ Um funcionário da administração e dois moradores que são guarda-parques atribuíram à EEJI o local de seus trabalhos, ou seja, como o lugar de onde tiram seus sustentos econômicos.

Gráfico 1: O que é a EEJI?



Como é a EEJI? Como você a descreveria?

Esta questão pretendia verificar a percepção dos grupos da fisionomia geográfica da EEJI (o que ocorreu nos grupos de moradores, pesquisadores e guarda-parques), mas, em todos os cinco grupos, surgiram respostas também relativas às características sociais e administrativas da Estação.

Seis foram os temas que abarcaram as respostas dos entrevistados, ilustrados na tabela 6.

Todos os grupos colocaram que a EEJI é uma área com uma série de problemáticas. A maior parte do grupo da administração considera que ela é uma unidade de conservação (UC) "(...) que apresenta os mais diversos tipos de problemas e de complexo gerenciamento", é "uma unidade em constante implantação, com muitos problemas a serem resolvidos [e que] sofre os reflexos da falta de recurso do Estado". Ela é uma UC de "alta vulnerabilidade devido a sua localização próxima a grandes centros urbanos e facilidades de acesso". Identificam pressões externas como as exercidas pelos municípios do entorno e componentes da área da EEJI, que vêem a Estação como uma alternativa de desenvolvimento econômico mas também comentam as pressões decorrentes de sua ocupação humana.

Os guarda-parques têm dificuldades em combater a caça de animais silvestres e o corte de palmito e um deles diz que a Estação "é uma unidade de conservação que tem toda uma complexidade porque se tomarmos como base a legislação e os fins que ela se destina (...) o turismo e as construções são vedados na Estação Ecológica e no interior dela ocorre de tudo".

A representante da Coati-Juréia, o entrevistado da União dos Moradores da Juréia e duas pesquisadoras observam a coexistência da riqueza natural e cultural com o quadro de conflito socioambiental. Para uma pesquisadora, a EEJI apresenta "deficiências e dificuldades na gestão, pobreza e más condições de vida, desarticulação entre agentes sociais, esvaziamento/ subaproveitamento da cultura local. Tudo isso em meio a uma paisagem de beleza e biodiversidade únicas". Outra pesquisadora coloca que "apesar de tanta beleza, podemos constatar o conflito imposto pela legislação ambiental à presença humana em seu interior". Ainda outro sujeito, do mesmo grupo, diz que a UC é "uma grande reserva ambiental compartilhada entre seus defensores e seus integrantes históricos, em permanente ameaça de destruição por aqueles que fazem o poder instituído, o avanço imobiliário". Para a entrevistada da Coati-Juréia

A EEJI é uma região com quase 80.000 hectares, com grande riqueza natural e cultural que não teve o devido reconhecimento quanto à sua preocupação no seu ordenamento adequado (Comunidades Tradicionais, Planos de Manejo, fiscalização, etc.), gerando conflitos principalmente pela falta de atuação governamental (município/estadual/federal).

Um pesquisador e uma funcionária administrativa da EEJI a descrevem como uma área estritamente voltada para a conservação natural que "deve ser preservada a qualquer custo [e que] deveria ser uma reserva sem propriedades particulares, como prevê o SNUC⁴⁰, com a entrada de visitantes controlada para amenizar impactos ambientais". A conservação da natureza tem apenas duas finalidades, sua manutenção e a realização de trabalhos científicos. É justamente essa visão preservacionista da gestão da Estação que provocou e continua provocando impactos socioambientais negativos, sendo o impacto social mais intenso, como coloca o representante da Mongue:

as restrições impostas pela legislação fizeram com que os moradores tradicionais, impedidos de continuar suas atividades de subsistência fossem, aos poucos, sendo desalojados de suas terras e empurrados para periferia de cidades da região, onde vivem de pequenos trabalhos. Esta mudança causou um impacto cultural imenso chegando praticamente a acabar com núcleos como a Cachoeira do Guilherme, um local importante culturalmente que teve sua cultura, única na região, totalmente massacrada. Porém, estes moradores, na esperança de um dia serem indenizados, ou voltarem para suas casas ainda mantém um certo vínculo. Alguns se tornaram quase turistas, pois já totalmente "aculturados" voltam com bebidas e amigos para passarem o fim de semana e usufruírem as maravilhosas cachoeiras e belezas naturais.

Alguns moradores descreveram a EEJI "como briga de terra e não como Estação Ecológica. O negócio dos caras é expulsar quem mora. Não deixam os parentes passarem para visitar. Eles querem que todo mundo saia e aí fica como eles querem". E, complementando essa idéia, um outro morador diz que a Estação

é um presídio pois, veja bem, eu tenho aqui o terreno, não posso usar. A gente tem que usar escondido. Se você derrubar uma madeira é punido. Quer dizer então que eu tenho que roubar? Não posso sair porque eles me tomam a terra. Eles estão preparando isso, a gente abandonar e eles tomarem. Nós tínhamos o dobro de população aqui dentro, a maioria já saiu. Você quase não vê mocidade, só estão os mais velhos que estão segurando a terra. Mas qualquer um que chegar aqui pega essas terras da gente porque não dá para suportar.

Outros três moradores também colocam a questão da proibição de suas atividades: "Eu iria descrever que aqui hoje é proibido tudo: fazer uma casa, desmatar. Eles proíbem e não tem assistência"; "A gente já não gosta muito porque proíbem. Podiam liberar para plantar na capoeira, não na mata virgem. Fosse liberado para gente cultivar mas o povo fica preso sem poder cultivar"; "Aqui não pode fazer muita coisa porque é Estação Ecológica".

⁴⁰ Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

"A afeição duradoura pelo lar é em parte o resultado de experiências íntimas e aconchegantes" (Tuan, 1983:153). O sentimento de pertencimento que os moradores da Estação têm com seus respectivos lugares/bairros é ameaçado com a constante falta de direitos básicos para se viver, como por exemplo, ter acesso a um posto de saúde, educação, poder caminhar por trilhas limpas para visitar amigos e parentes e, principalmente, poder trabalhar com dignidade, sem se sentir um infrator. O excesso de proibições pode transformar o lugar confortável de outrora em um lugar onde a permanência torna-se uma irritação. Segundo Tuan (1983: 74), "o mundo nos parece espaçoso e amistoso quando concilia nossos desejos, e limitado quando eles são frustrados".

Há, no entanto, descrições dos aspectos naturais da UC mencionadas por todos os grupos, menos o dos administradores, que denotam sentimentos topofílicos, ou seja, sentimentos de apreciação do ambiente natural da Estação. Por vezes, de conotação preservacionista, como expressa o representante da Eco Juréia ("A Juréia é uma ilha da fantasia, é um paraíso perdido no processo de devastação que assola a humanidade"), ora revelando suas contradições ("Ecologicamente é um santuário ameaçado. Usando uma adaptação das palavras da atual diretora do IF⁴¹ – Maria Cecília Wey de Brito – É uma ficção-jurídico-ambiental"⁴²), como coloca o entrevistado da Mongue, e por vezes, demonstrando explicitamente afeição ("É um lugar realmente muito bonito" diz um pesquisador; para os moradores, a EEJI "tem cachoeiras, matas bonitas"; "É um paraíso para mim"; "(...) é um lugar tranqüilo, sem agitação, bom de se viver (...)"; "A Estação é maravilhosa"). Há também o morador que a descreve saudosamente:

É uma mata onde moravam os antigos. Moravam os tataravôs, passou para bisavô, avô, pai, mãe...; é um lugar de uma mata, tem muita mata de primeira e outras partes que são de capora, são mexidas. Não é que nem falaram lá fora que é uma mata de primeira, que não tinha ninguém. Muitas pessoas moravam aqui, viviam de caça, do marisco, do peixe

e outro atenta ao fato do escasseamento da caça

Não tem nada. Tem mata. Antigamente tinha bastante caça, quati, tatu e hoje não tem mais. Antigamente a anta não vinha comer na roça, começou a fazer isso quando o Estado chegou. Nunca cerquei roça. Antigamente era o cateto mas agora acabou.

A paisagem relatada pelos moradores é experienciada e cheia de historicidade. A mata que já foi roça, a percepção ambiental da fartura de alimentos em um momento e noutro sua escassez. A valoração estética e de qualidade de vida que denotam os significados mais íntimos, traduzidos em identidades, inseparáveis da convivência diária com a natureza. O objetivo mais específico é viver, habitar. Na relação com a paisagem se

⁴¹ Instituto Florestal do Estado de São Paulo.

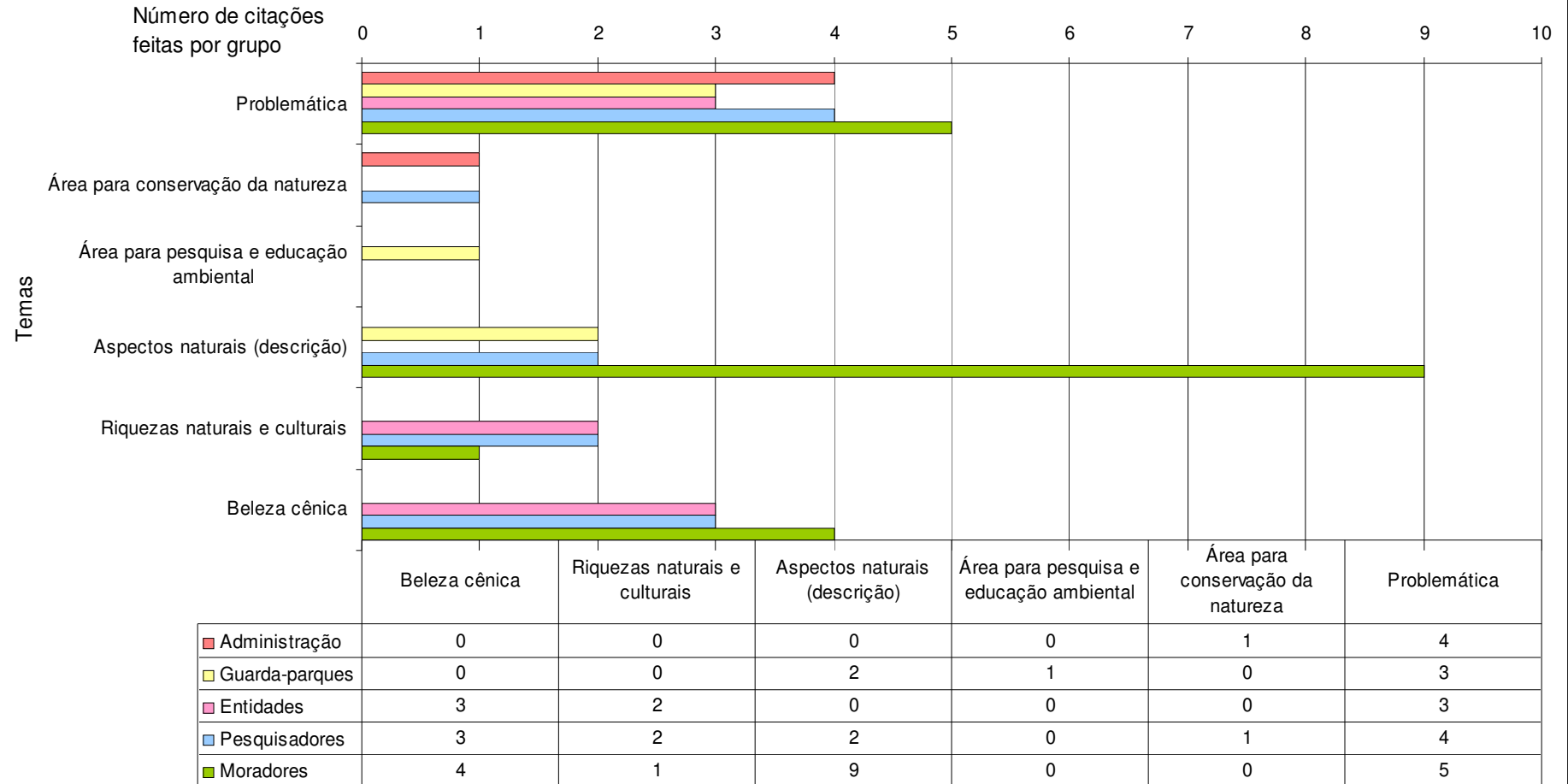
⁴² Unidades de conservação que não vão além de sua criação legal (no papel) (Brito, 1995).

constrói um lugar especial, prolongamento do próprio corpo, que vai além do belo e do feio pois os supre de elementos essenciais para a sua sobrevivência. Como coloca Tuan (1983: 152) "os lugares íntimos são lugares onde encontramos carinho, onde nossas necessidades fundamentais são consideradas e merecem atenção sem espalhafato". "Eu queria que a Estação Ecológica atendesse o pessoal com carinho, amor", diz um morador.

Os laços históricos com o lugar resultam num elo profundo do ser humano com a paisagem. Para alguns moradores da Estação, a mata não é apenas materialização da vegetação mas também imagens materiais e imateriais que contam a história de seus antepassados que, ao habitá-la, legaram na natureza seus rastros em pomares e roçados abandonados. A paisagem histórica confere amor à terra natal (Tuan, 1980). É como se a mata fosse uma árvore genealógica muito antiga, porém viva.

O aspecto natural mais lembrado por nove moradores foi a mata, seguido dos animais, cachoeiras, pássaros, palmitos, rios, praia e caverna. Interessante notar que o grupo dos pesquisadores também citou esses mesmos elementos, mas muitos deles com a roupagem conceitual comum às pessoas de formação escolar de nível superior, como por exemplo: Mata Atlântica preservada, rios cristalinos ou recursos hídricos, recursos geológicos, riqueza de fauna e flora. Já os guarda-parques citaram os animais, a mata, cachoeira, praias e pássaros.

Gráfico 2: Como é a EEJI? Como você a descreveria?



Até onde vai a EEJI?

Intentava-se, com esta pergunta, obter informações sobre o conhecimento que os grupos têm da delimitação espacial da Estação Ecológica. Alguns entrevistados, entretanto, aqueles a quem havia enviado o questionário, entenderam a pergunta no viés de uma perspectiva futura da unidade de conservação⁴³.

Como mencionado no capítulo 2, que contextualiza a EEJI no âmbito histórico, social e biogeofísico, 79,15% de sua área está inserida no município de Iguape - sua porção maior, 10,55% em Peruíbe, 6,20% em Miracatu e 4,10% em Itariri.

Para esta análise, considerou-se seis temas: (i) conhecimento oficial (aquele que informa os dados institucionais do tamanho da área - cerca de 80.000 ha - e dos municípios compreendidos), (ii) conhecimento prático (aquele que aponta localidades de uma escala menor, mais próxima, ou ainda, que dá as dimensões oficiais da Estação, mas com denominações locais), (iii) conhecimento oficial e prático, (iv) confusão sobre os limites (parte dos dados correta mas com algum erro de extrapolação), (v) conhecimento parcial dos limites (cita algumas referências mas que juntas não dão a dimensão total da área) e (vi) os que não responderam. A tabela 7 expõe esses dados.

Predomina a confusão sobre os limites da EEJI nos cinco grupos. Há extrapolação dos pontos de referência, sendo a mais comum a que considera que a área da Estação compreende, dentre outros municípios, parte do município de Pedro de Toledo. Isto ocorre com os sujeitos que apresentam os limites oficiais da UC (todos os grupos exceto o das entidades da sociedade civil organizada), com os que possuem o conhecimento oficial e prático dela (os guarda-parques) e com os entrevistados que têm o conhecimento prático da Estação (os moradores).

Salvo o grupo dos moradores, todos os outros souberam descrever a EEJI segundo seus dados oficiais (de tamanho da área e de municípios abrangidos) porém, com reduzido número de entrevistados (apenas dois pesquisadores citaram essas informações e dos demais grupos somente um sujeito de cada).

Conhecimento oficial e prático sobre as fronteiras da Estação foram identificados em uma pessoa do grupo da administração e em quatro guarda-parques que, de fato, percorrem

⁴³ Diferentemente dos outros, esses entrevistados não tinham como esclarecer suas dúvidas. Sendo assim, um funcionário da administração (em um total de cinco entrevistados), três representantes das entidades da sociedade civil organizada - Eco Juréia, União dos Moradores da Juréia e Mongue - (em um total de cinco) e um pesquisador (em um total de nove) não serão contemplados na presente análise sobre os limites espaciais da UC.

a área freqüentemente, uma vez que essa atividade é intrínseca ao trabalho que desempenham. No entanto, as informações fornecidas por esses quatro funcionários estavam confusas: "A área que a gente freqüenta. Começa em Peruíbe, passa por Iguape, Pedro de Toledo, Juréia. Tem lá o Juquiazinho, o Paraíso, que é o Itinguçu"; ou "do Rio Guaraú para cá vai até Iguape. Seguindo o asfalto ela abrange Peruíbe, Miracatu, Juquiá, Itariri". Pedro de Toledo e Juquiá não são municípios abarcados pela EEJI.

Os moradores são os que mais conhecem os limites da Estação, citando pontos de referência mais locais, que fazem parte de sua íntima experiência com o lugar aonde vivem. Elementos da natureza compõem a paisagem. No entanto, assim como no caso dos guarda-parques, que também transitam pela Estação e que, portanto, também reconhecem vários lugares existentes nela, mas que confundem seus limites, quatorze moradores mencionaram uma série de lugares ao fazer a descrição das fronteiras da EEJI. Por outro lado, como é de se esperar, tais menções abarcam, com freqüência, parte da área total da UC, considerando que eles não se deslocam pelos cerca de 80.000 ha da Estação, mas por localidades que fazem parte de suas práticas cotidianas. Sendo assim, expõem que "a divisa é até o porto do [Rio] Prelado e para dentro vai até o Rio Comprido, até a Serra do Itatins"; ou "[vai] até a [praia da] Juréia"; "acho que vai muito longe. Acho que vai até Iguape. Aqui vai até a fazenda do doutor Paulo. Vai até o divisor, essa grota toda"; "ela começa no divisor e vai até o Itimirim"; "os limites passam pelo Taquaruçu, pelas Colinas Verdes, passa pela Barra Funda que já divide com Miracatu, divide com Iguape na altura do Rio Branco, passa pelo Aguapeú e sai na praia. Itariri, Peruíbe e Iguape"; ou ainda, lembrando-se das proibições:

isso aqui é o mundo inteiro! De Iguape para cá é quase tudo, sem ordem de fazer nada. Aqui mesmo nós não temos ordem [para plantar]. Tinha autorização mas não adianta nada porque não estão mais dando,

ou

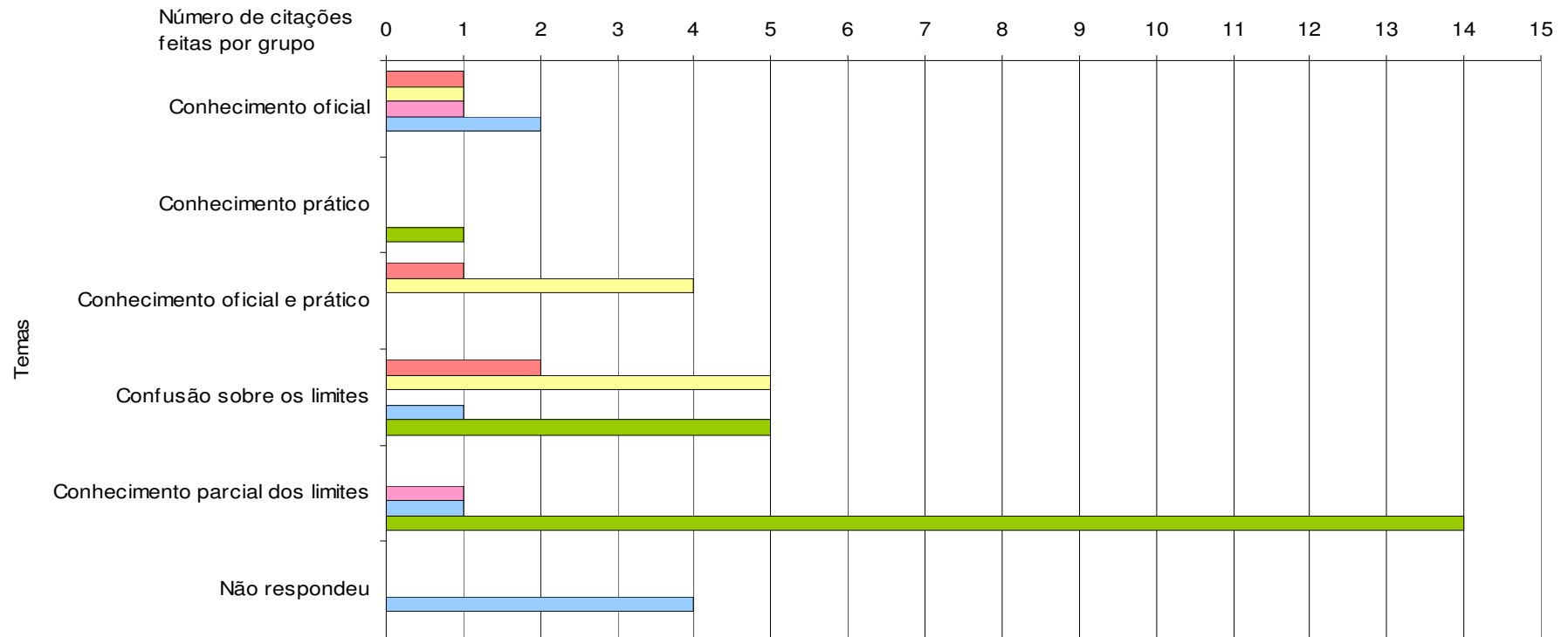
A Estação vai do Barra do Una, Serra do Itatins e até o [Rio] Una do Prelado. Querem proibir esta parte que é Estação e o que não é Estação. Dentro da Juréia tem o nosso sítio lá dentro que está dentro da área da Estação Ecológica. Temos o sítio no caminho para o Guilherme (Brasília) mas não podemos fazer nada com ele. Do [Morro do] Grajaúna até a [Praia da]Juréia era tudo de uma propriedade só, da minha família.

Apenas um morador, em seu relato, considerou a área da EEJI como um todo: "Termina na Praia da Juréia e começa na Serra do Itatins, acho que vai até o [Rio Una do] Prelado". Ou seja, deu as fronteiras ao sul e à oeste da Estação (subentendendo-se que à Leste está o Oceano Atlântico e que o extremo Norte da UC está próximo do local de morada do entrevistado - Praia do Parnapuã).

A EEJI dos grupos dos funcionários, pesquisadores e entidades da sociedade civil organizada é delimitada por distâncias e referências espaciais objetivas (tamanho da área e municípios que a compõem, respectivamente); são mensuradas geometricamente, afastando-se para se visualizar suas fronteiras em um só lance de vista, como que para desenhar uma paisagem cartográfica. A distância dos moradores não corresponde a esta distância padrão, dimensionada pela régua da política ambiental; eles possuem e locomovem-se com um mapa mental das distâncias sociais e naturais. Os limites estão parcialmente delineados, não são estanques, pois são vivos.

Seria interessante que em um planejamento, manejo e gestão futura da Estação fossem consideradas essas variadas dimensões espaciais, tanto a respaldada legalmente, com seus limites e tamanho de área oficializados, quanto a expressa e construída cotidianamente, com todas as suas peculiaridades. O conhecimento entrelaçado dessas dimensões, por parte do maior número de sujeitos envolvidos com a EEJI, só tem a contribuir com o manejo de sua área.

Gráfico 3: Até onde vai a EEJI?



	Não respondeu	Conhecimento parcial dos limites	Confusão sobre os limites	Conhecimento oficial e prático	Conhecimento prático	Conhecimento oficial
Administração	0	0	2	1	0	1
Guarda-parques	0	0	5	4	0	1
Entidades	0	1	0	0	0	1
Pesquisadores	4	1	1	0	0	2
Moradores	0	14	5	0	1	0

Para o quê serve a EEJI?

A percepção da utilidade e do uso que os grupos têm da Estação era o que se queria explorar com esta pergunta, que resultou em sete temas mencionados, expostos na tabela 8.

A imagem funcional da EEJI mais presente entre os cinco grupos, em especial nos grupos da administração e pesquisadores, foi a que relacionou o uso e as intenções diante da UC à conservação da natureza, à pesquisa e à educação ambiental⁴⁴, propósitos legais de sua categoria no Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

O caráter restritivo da Estação surgiu tanto com valoração positiva, como instrumento de proteção ambiental ("preservação integral da natureza" como foi colocado pelo grupo dos administradores e por um pesquisador: "[serve para a] preservação ambiental, o que implica em limites e controles de uso econômico da área") como com valoração negativa, de cunho proibitivo (menção feita por moradores).

A pesquisa é considerada importante para a humanidade e a Estação Ecológica apresenta-se "como um verdadeiro laboratório ambiental" para um entrevistado da entidade da sociedade civil organizada. "Todos os recursos necessários para a humanidade estão concentrados nas áreas naturais, o homem é filho da terra e é nela que encontra sua fonte de vida, desde que use de maneira sustentável", diz um funcionário da administração. Outro entrevistado, desse mesmo grupo, ressalta que a EEJI serve "para conter uma ocupação e utilização irracional de recursos naturais como acontece na maior parte do litoral do Estado. Pode contribuir para um novo modelo sustentável de desenvolvimento regional".

A preocupação com a conservação da natureza e da cultura local é citada por um funcionário da administração: "[a EEJI serve para a] preservação integral da biota, para a realização de pesquisas básicas e aplicadas em ecologia, para educação conservacionista e para a preservação das culturas étnicas". Para quatro pesquisadoras, a Estação destina-se à "(...) conservação do pouco que ainda nos resta de Mata Atlântica e seus ecossistemas associados e das culturas tradicionais das comunidades residentes"; "[volta-se à] proteção daquela faixa de Mata Atlântica, suas comunidades endêmicas e comunidades tradicionais"; "[serve] para a conservação de diversidade biológica e como local de moradia e sobrevivência de comunidades tradicionais caiçaras"; ou ainda, a EEJI direciona-se para a "preservação da natureza, realização de pesquisas científicas e educação ambiental. Por ser uma categoria que desconsidera o elemento humano, a preservação de tradições e

⁴⁴ Ou educação conservacionista, segundo os entrevistados da administração e a representante da Coati-Juréia.

costumes locais está bastante enfraquecida, o que pode ser revertido com os trabalhos da Escola Caiçara da Juréia⁴⁵". O fato desses grupos, geralmente avessos à ocupação humana na Estação, reconhecerem hoje em dia a importância da cultura expressa por seus moradores (mesmo que apenas dos moradores tradicionais), é de extrema relevância.

Todos os grupos também colocam que a EEJI serve apenas para conservar a natureza, variando conforme as condutas consideradas ambientalmente saudáveis. Por exemplo, um guarda-parque diz que a Estação "serve para manter as águas, proteger nascente de água. (...) ajudar a purificar o ar de São Paulo"; já alguns moradores relacionam a conservação ambiental da Estação às restrições que sofrem para plantar e caçar: "[serve] para preservar o desmatamento. O pessoal faz desmatamento só com autorização, não é igual ao que a gente fazia antes"; "Pelo o que eles dizem, serve para preservar a água porque não desmatando não seca a água"; "É para criar tudo quanto é bichinho do mato que é para não matar. Se falar de matar onça então não sai mais da cadeia"; "é uma reserva que não pode matar nada. Daqui só se deixa a pegada".

A idéia de conservar para as futuras gerações aparece novamente (para uma funcionária da administração e para um guarda-parque), o que sugere um contra-senso, se considerarmos as críticas feitas pelos moradores à falta de condições básicas para se viver. Dez dos vinte e um moradores entrevistados acham que a Estação "não serve para nada. Podia servir se tivéssemos conforto, se desse serviço para as pessoas. Não tem nada aí"; "A preservação da natureza é boa mas a sobrevivência da pessoa também. A preservação da natureza junto com a dos moradores; primeiro os moradores e depois a natureza";

Eu gostaria que servisse de mais benefícios porque quando se trata da estrada principal [estrada que passa pelo bairro do Despraiado] não fazem nada e a gente vive aqui. Podiam dar mais benefícios para as pessoas que moram aqui. Gente que é nativa sempre roçou, acho que é errado proibir as pessoas de plantar.

Um morador expressa que a EEJI existe para "martirizar os moradores", desabafo que pode ser compreendido a partir de um outro relato de morador: "A Estação Ecológica ajudou a gente porque não tinha serviço só que muitas coisas estão erradas e tinham que combinar com a gente porque eles não sabem trabalhar na área. Para a gente ajudou porque fui funcionário mas para os outros não podia fazer nada, tiveram que sair". Quando "os moradores saíram virou tudo para trás, entrou caçador", ou seja a Estação não está

⁴⁵ Única escola funcionando dentro da EEJI. Localizada na Cachoeira do Guilherme, a Escola Caiçara compreende o ensino fundamental e tem como proposta pedagógica uma educação voltada para o respeito à identidade caiçara. É bom ressaltar que a escola, submetida à Prefeitura de Iguape, não recebeu o reconhecimento nem tampouco o apoio do Instituto Florestal, órgão vinculado à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, responsável pela administração das unidades de conservação do Estado de São Paulo.

sendo eficaz na conservação da natureza, embora para isso tenha sido criada, além de estar contribuindo para a desagregação social.

Uma moradora acredita que

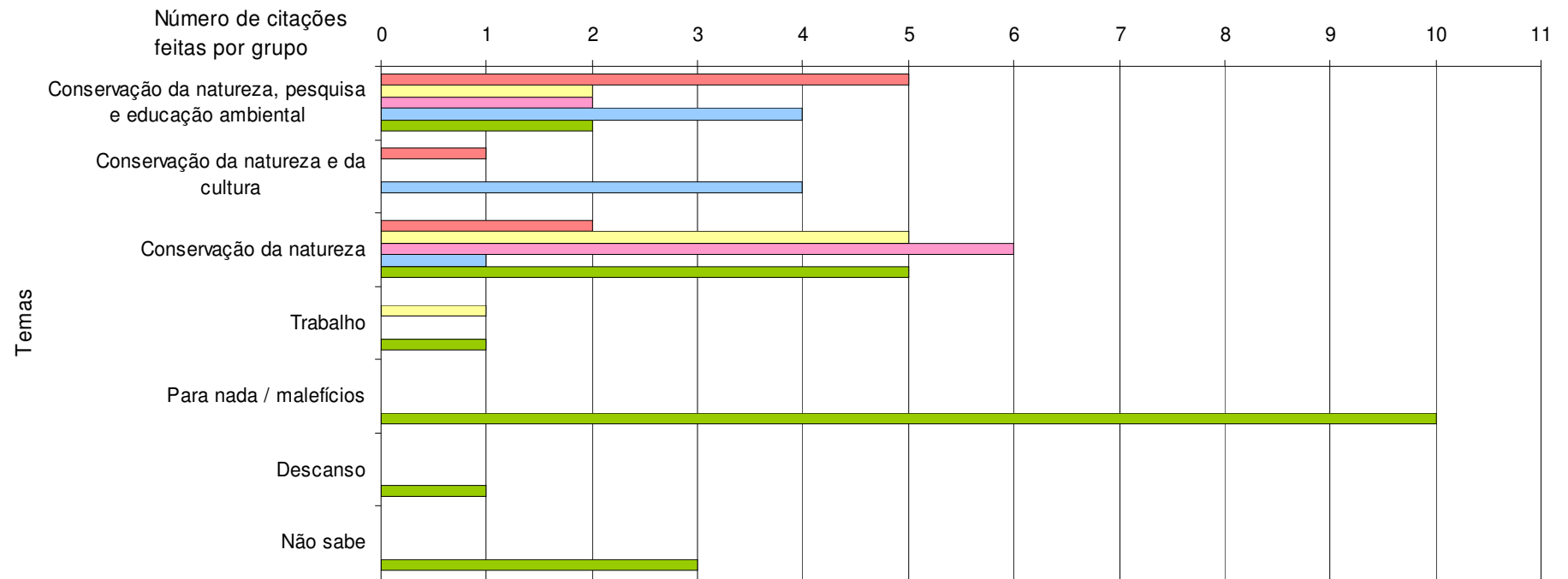
isso era uma Estação Ecológica porque antes a gente tinha liberdade aqui dentro, não desmatava, a área era sempre conservada, as pessoas tinham seus alimentos do próprio lugar, carne do próprio lugar, peixe do próprio lugar, não tinham que ir para a cidade buscar todas essas coisas. Só que agora não se pode mais então, que dizer, eles acham isso uma Estação Ecológica? Eu acho que Estação Ecológica era como era antes. Tinha mais caça do que agora, mesmo tendo mais moradores, e eles eram mais unidos. Depois que entrou esse negócio de meio ambiente, de preservar, ... dizer que preserva mais, fez com que o morador desunisse com o outro. Um podia plantar mais que o outro. Um passou a ser empregado e já queria mandar naquele outro que não era empregado. E era tudo parente e aí desuniu a família porque era tudo unido. A gente fazia ajuntório, fandango. Era gostoso aquele tempo.

É interessante notar no comentário dessa moradora que, embora com mais moradores e portanto com um maior cultivo da terra, antigamente (antes da EEJI) não havia desmatamento, possivelmente porque as roças não eram tidas como degradadoras do meio ambiente, inclusive porque a mata permanecia vigorosa, servindo de moradia para variados animais. Esta percepção difere da relatada por uma outra moradora (já supracitado) que relaciona desmatamento às atividades agrícolas dos moradores ("O pessoal faz desmatamento só com autorização, não é igual ao que a gente fazia antes").

Um morador desconfia do discurso ambiental atrelado aos propósitos da EEJI e outro acredita existirem outros interesses envolvidos: "O que manda é o dinheiro, lei não resolve nada. A área do Parnapuã não tem muito valor imobiliário porque é tudo brejo mas a intenção mesmo é a exploração de madeira"; "Ela é patrimônio da humanidade, é Mata Atlântica. Serve para a Secretaria do Meio Ambiente ganhar verba do estrangeiro, da Alemanha, principalmente, para encher o bolso de muita gente do gabinete, só que para quem mora dentro os benefícios nunca chegam".

Por fim, três moradores responderam não saber para o que serve a EEJI e um, revelando um lado mais agradável da Estação, pois nela mora, diz que "é um lugar de descanso, para quem quer descansar".

Gráfico 4: Para o quê serve a EEJI?



	Não sabe	Descanso	Para nada / malefícios	Trabalho	Conservação da natureza	Conservação da natureza e da cultura	Conservação da natureza, pesquisa e educação ambiental
■ Administração	0	0	0	0	2	1	5
■ Guarda-parques	0	0	0	1	5	0	2
■ Entidades	0	0	0	0	6	0	2
■ Pesquisadores	0	0	0	0	1	4	4
■ Moradores	3	1	10	1	5	0	2

4.3.2. Análise das atitudes

As atitudes estão relacionadas com os interesses e com os valores construídos na interação com o mundo. Esta análise propõe-se a identificar as posições dos cinco grupos diante da conservação da EEJI, seja sob o aspecto natural e/ou cultural. Que valores estão atribuídos à Estação que incitem predisposições a zelar por ela? Que responsabilidades os entrevistados se atribuem sobre suas ações diante do território denominado EEJI? Para esta análise foram feitas duas perguntas: (i) Como você cuidaria da EEJI? e (ii) Quem deve cuidar da Estação?

Como você cuidaria da EEJI?

Foram levantadas dez propostas práticas notificadas pelos entrevistados dos cinco grupos: (i) a elaboração de um Plano de Manejo, (ii) a resolução da questão fundiária, (iii) a intensificação na fiscalização, (iv) o desenvolvimento de projetos de educação ambiental, (v) a conciliação da conservação da natureza e da cultura, (vi) a oferta de alternativas econômicas, (vii) a melhora nos benefícios sociais, (viii) a descentralização da gestão, (ix) a reclassificação da categoria Estação Ecológica e (x) o retorno aos cuidados percorridos nos tempos anteriores à Estação (vide tabela 9).

Sob uma leitura geral dos dados, pode-se dizer que as propostas convergem e se complementam. É claro que a fala de moradores, relatando que cuidariam da EEJI como sempre cuidaram, plantando, caçando, e, ao mesmo tempo, fiscalizando seus lugares, vai de encontro à própria existência da Estação, pois essas atividades eram realizadas no 'tempo de dantes' de sua criação, no tempo em que os vizinhos eram mais abundantes, bem como os mutirões e as festas de fandango. Há também os que acham que os moradores não deveriam lá estar, indenizando-os e deixando apenas a natureza sobreviver ("Indenizaria todos os moradores que tenham direito e fecharia definitivamente tudo, deixando restrito para pesquisa e educação ambiental"). Pode-se analisar essas colocações como proposições futuras que podem vir a ocorrer caso haja um processo de reclassificação da categoria dessa unidade de conservação de proteção integral para uma categoria de uso sustentável - proposta que, aliás, foi levantada por dois representantes das entidades da sociedade civil organizada (União dos Moradores da Juréia e Mongue) e por uma pesquisadora -, ou caso seja concluído o processo de regularização fundiária, o que parece ser praticamente impossível, devido à grande quantidade de dinheiro necessária para tal e considerando que a pasta de Meio Ambiente do Governo não tem tido grandes orçamentos.

Um tema citado por quase todos os grupos (apenas as entidades da sociedade civil organizada não o mencionaram) é a fiscalização, presente na fala de todos os guarda-

parques (natural, uma vez que é a função primeira do cargo que desempenham), e paradoxalmente lembrada também pelos moradores. Ocorre que a fiscalização que os moradores anseiam, logicamente, não é a que os "persegue" e "controla", mas sim a que deveria atuar sobre as pessoas que vêm de fora caçar, cortar palmito e ameaçar a tranquilidade, já que vêm armados ("Cuidaria como estou aqui fazendo. Não deixar passar gente estranha"; "Dava metralhadora para os caras [os guarda-parques] saírem para o mato. Não temos um revólver aqui. Tem pouco guarda para cuidar de toda a área"; "Eu contrataria mais pessoas para a fiscalização"). Os guarda-parques comentam o corte do palmito e a caça, mas, para eles, a fiscalização abrange também "manter a integridade da Estação Ecológica (...) acompanhando pesquisadores, coibindo abusos ambientais, combatendo a caça e a pesca, impedindo construções irregulares"; "Não deixo ninguém entrar sem autorização"; "[cuidaria] combatendo os infratores em todas as áreas, a caça, o corte ilegal do palmito e, se acontecer, também o corte de mata ilegal. Combatemos também novas construções que embargamos". O conflito entre moradores e guarda-parques é gerado porque o trabalho destes, numa UC de proteção integral, coíbe não só as pessoas que vêm de fora mas também os que lá habitam, nutrindo um sentimento mútuo de estranhamento, que aos poucos se diluiria caso houvesse uma melhor articulação entre esses dois grupos. Haveria uma resposta mais rápida e positiva se houvesse a reclassificação da UC, mas ela também é possível nas atuais condições, basta reconhecer com a devida dignidade a presença de seus moradores (como prevê o Sistema Nacional de Unidades de Conservação), entregando em tempo, por exemplo, a autorização para o plantio, que comumente chega após a época de seu início.

A regularização fundiária da EEJI é, para três entrevistados do grupo de funcionários da administração, para um pesquisador e para um morador, um dos primeiros passos a ser enfrentado pelo Governo do Estado de São Paulo, na figura de sua Secretaria do Meio Ambiente. "Se eu tivesse o poder e o dinheiro, desapropriaria todas as propriedades particulares e controlaria rigorosamente o acesso de visitantes" diz o pesquisador. Já o morador comenta que "deixaria só os caiçaras que moram no lugar e daria um jeito para eles terem o que sempre tiveram, visitaçãõ de turista de fora", opinião que contempla a possibilidade de alternativas econômicas na Estação, tema não cogitado pelos funcionários mas que poderia fazer parte dos objetivos da Estação, caso fosse desenvolvido um turismo educacional. Isso, aliás, vinha ocorrendo com reconhecido êxito e com o consentimento do Instituto Florestal através de visitas, com um número adequado de pessoas, a determinados locais da Estação, com o acompanhamento obrigatório de monitores ambientais de Iguape e Peruíbe, muitos deles moradores (todavia residentes ou não) da UC.

A solução dos processos fundiários, porém, é deveras morosa. Muitas das propriedades privadas inseridas em unidades de conservação no Brasil ainda não foram desapropriadas. Segundo Dean (1997), 70% das áreas naturais protegidas na região da Mata Atlântica (na época de seu estudo), eram de propriedade privada e estimava-se a quantia de dois a seis bilhões de dólares necessária para efetuar as desapropriações dessas terras. O Poder Público dificilmente aplicaria considerável parte de seu orçamento para solucionar esse impasse. O que faz é emitir títulos públicos em forma de precatórios, situação problemática pois agrava a dívida pública do Estado de São Paulo. Além disso, os processos desapropriatórios são de extrema complexidade, pois devem ser feitas ações discriminatórias que levantem o histórico da propriedade (devido à ocorrência de grilagem de terras e, portanto, do possível surgimento de diversos proprietários com o título de uma mesma posse), e, quando o processo é iniciado, é comum os proprietários entrarem com recursos judiciais solicitando o aumento do valor de indenização, respaldado muitas vezes em laudos ambientais que supervalorizam a área (São Paulo, 1998a).

Enquanto não se resolve o impasse fundiário da EEJI, o Poder Público Estadual deve considerar as opiniões dos grupos componentes do Conselho Consultivo⁴⁶ relativas às salvaguardas de sua população. Diz o representante da Eco Juréia que

cuidaria da EEJI em função da sua preservação, resguardando o direito de cidadania das populações caiçaras tradicionais, preservando a sua cultura e promovendo a educação ambiental em seu entorno, como forma de se assegurar a sustentabilidade da Estação Ecológica.

Muitas são as reivindicações dos moradores por benfeitorias e por liberdade em desenvolverem atividades econômicas que lhes gerem renda, uma vez que a situação deles como vimos (conforme prevê a lei, com indenizações) tão cedo não será resolvida. Enquanto isso, seguem vivendo à míngua, sem acesso, entre outras coisas, à escola, à saúde e à renda. Os moradores comentam que "tinha que ter mais coisas aqui dentro, mais benefícios. Escolas, luz elétrica, água"; "tivesse mais conforto (...), uma passagem boa, limpando a área, limpando o caminho"; "tinha telefone aqui. Ao invés de a gente andar para frente nós estamos indo para a retaguarda"; " [ter] pelo menos uma escola, estrada boa, telefone, não deixar quem vem de fora destruir".

A atividade turística é uma das alternativas mencionadas pelos moradores: "[Eu] melhoraria. Faria alguma trilha para o pessoal visitar. Tem cada lugar lindo, as cachoeiras. Não impediria das pessoas que vivem aqui ter outros meios de sobreviver". Há também um

⁴⁶ Nesta pesquisa, o presidente do Conselho Consultivo da EEJI foi entrevistado, bem como representantes das entidades da sociedade civil organizada e dos moradores. Os pesquisadores também possuem conselheiros (um titular e um suplente) mas não foram aqui entrevistados, nem tampouco representantes de órgãos públicos como a Polícia Ambiental, Procuradores, funcionários da Prefeitura de Iguape e Peruibe, entre outros.

residente que acha que os moradores poderiam ajudar na fiscalização, sendo remunerados para isso. Alguns, no entanto, são receosos diante dessa diferenciação monetária e de poder, pois notaram o surgimento de uma série de desavenças entre eles depois que o Estado empregou alguns e outros não. De qualquer forma, a proposta de remuneração do morador feita pelo entrevistado está acompanhada de um contexto de conservação socioambiental, mais maleável às atividades dos residentes:

Determinaria um local, uma área que você pode fazer o que quiser dela. Da linha para lá seria Estação e o próprio morador seria um guarda, desde que ele estivesse amparado por esta lei porque dessa forma fica aberto. Já há outras unidades de conservação que isso está acontecendo. Você cadastrando todos eles nessas condições, com certeza eles vão ajudar na fiscalização.

O representante da Mongue e dois pesquisadores também citaram o trabalho de turismo (mas não só ele) como uma alternativa compatível com a conservação ambiental. Para um pesquisador, essa é uma "pergunta de difícil resposta. Em termos genéricos, caberia estabelecer um conjunto de atividades econômicas sustentáveis o que, a meu ver, implica exploração racional dos recursos naturais"; outra pesquisadora diz que

[Cuidaria da EEJI] aliciando na sua defesa todos os integrantes das comunidades tradicionais, em serviços diretamente vinculados com a guarda e preservação dos ecossistemas lá encontrados – como guarda-parques, guias e monitores. Também penso que seria importante a implantação de projetos de resgate dos conhecimentos sobre ervas medicinais, usos e aplicações, o cultivo sustentável de espécies endêmicas, a manutenção do artesanato, agricultura orgânica e roças de toco.

Já o entrevistado da Mongue, propõe que:

Faria, a exemplo do Projeto TAMAR, com que o morador da EEJI e do entorno se tornasse parte integrante do meio ambiente e não um intruso, como é atualmente. Faria imediatamente a reclassificação das áreas densamente povoadas, que se encontram dentro do perímetro da EEJI, para que as pessoas pudessem exercer alguma atividade ecológica ou cultural que gerasse renda para subsistência destes núcleos. Colocaria em execução um plano de definição da capacidade suporte destes locais, devidamente reclassificados como áreas de uso sustentável. Parece que estou falando um absurdo, mas durante os meses de janeiro e fevereiro mais de 15 mil pessoas entram em área da EEJI (Barra do Una, Caramborê, Cachoeira do Paraíso e Juquiázinho). Estou falando somente do acesso por Peruíbe. Imagino 50 mil pessoas no total, se contar o acesso por Iguape, Miracatu e Itariri. Toda esta loucura é assistida há anos pelo Instituto Florestal sem tomar a menor iniciativa para implantação de um Plano para que, já que é permitida a visitação, divida esta agressão ao longo de todo o ano.

Além desse, outro representante de entidade da sociedade civil organizada (da União dos Moradores da Juréia) e uma pesquisadora são favoráveis à reclassificação da categoria de Estação Ecológica para uma categoria que consorcie a conservação não só da natureza mas também da cultura local: "Primeiro garantiria a permanência dos moradores

com melhoria de vida através da alteração do tipo de UC [e] depois envolveria-os na gestão e administração da área"; a pesquisadora acredita "que a unidade deveria mudar de categoria e se transformar em unidade de proteção de uso sustentável, em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável".

A reclassificação de unidades de conservação de proteção integral em unidades de conservação de uso sustentável (Reserva Extrativista ou Reserva de Desenvolvimento Sustentável) era uma das medidas apresentadas no Substitutivo ao Projeto de Lei 2.892/92 que, ao ser votado e transformado na Lei Federal 9.985/00, que versa sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), mas teve esse inciso (art. 56, inciso II) vetado. A razão do veto, apresentada na Mensagem nº 967 de 18 de julho de 2000⁴⁷, foi justificada argumentando-se que o inciso autorizaria o Poder Executivo a tornar menos restritiva a proteção dispensada à área, o que vai de encontro a Constituição Federal (art. 225, § 1º, inciso III) que prevê o veto de qualquer lei de alteração e supressão de espaços territoriais especialmente protegidos que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

A Carta Magna, porém, nesse mesmo inciso, determina que, salvaguardadas as condições acima citadas, alterações e supressões dessas áreas serão permitidas somente através de lei. O SNUC prevê que "a desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica" (§7º, art. 22). Considerando tais regras legais e complementando-as com o art. 225 da Constituição Federal, que reza que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida (...)" humana, deputados estaduais de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores (PT), por recomendação da União dos Moradores da Juréia, apresentaram o Projeto de Lei nº 613 de 2004 (vide anexo 2) à Assembléia Legislativa do Estado. O dito Projeto versa sobre a alteração dos limites da EEJI, de modo a excluir da categoria de unidade de conservação de proteção integral as áreas ocupadas pelas populações e a transformar essas áreas em unidades de conservação de uso sustentável, acordadas com as características socioambientais de cada uma das comunidades. Sendo assim, as áreas excluídas prosseguiriam com a conservação da natureza, conciliadas, entretanto, com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais, o que, caso venha a ocorrer, conformaria um mosaico de unidades de conservação (previsto no capítulo III do Decreto 4.340/02 que regulamenta o SNUC).

⁴⁷ Creio que pelo presidente da Câmara dos Deputados Federais, pois está encaminhada ao presidente do Senado Federal.

Temos então duas propostas maiores para o futuro da EEJI: uma que quer manter toda a sua área como UC de proteção integral, efetuando a regularização fundiária, e outra que anseia pela redução da área restritiva em favor do aumento de áreas compreendidas em UCs de uso sustentável. Enquanto perpetua-se o impasse, o Conselho Consultivo prossegue com suas atividades, as quais incitam a democratização das tomadas de poder na Estação.

A descentralização do poder na gestão da EEJI foi aludida pelos representantes da União dos Moradores da Juréia e da Coati-Juréia, por três pesquisadores e, inclusive, por uma funcionária da administração. Essa última colocou que cuidaria da Estação "juntamente com outras entidades e moradores, em parceria, mas, com objetivos gerais voltados para a Unidade e a comunidade. Não deve haver disputas por interesses individualizados e/ou políticos". Já uma pesquisadora "faria propostas à população local para que houvesse uma ação conjunta entre esta e instituições governamentais, como Ibama e Sema, ONG's da região e população do entorno. Com isso, a fiscalização poderia ser aumentada e a comunidade teria participação efetiva na gestão dos recursos naturais". Uma outra, "daria espaço para todos os atores sociais envolvidos em uma co-gestão". "Ouviria mais de perto as comunidades e discutiria as ações práticas em reuniões. Buscaria projetos de integração social como o Tamar e o que ocorre no Pontal e os adequaria à nossa realidade", diz um pesquisador.

Desde o final de 2002 até hoje, o Conselho Consultivo da EEJI reuniu-se mais de dez vezes, com regularidade mensal apenas a partir de agosto de 2003, com reuniões ordinárias e, por vezes, reuniões extraordinárias para tratar de assuntos temáticos ou que precisam de certa urgência⁴⁸. Os conselheiros (vide anexo 1) organizaram-se em grupos de trabalho sobre proteção/fiscalização (GT1), interação socioambiental (GT2), uso público (GT3) e pesquisa (GT4). Várias foram as reuniões voltadas à elaboração do Regimento Interno e do Estatuto do Conselho Consultivo da EEJI, que todavia não foram oficializados por publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo. São documentos interessantes que contemplam as problemáticas levantadas pelos representantes dos moradores, os quais ficaram muito atentos à obtenção da maioria em número de votantes no Conselho (são sete representantes dos moradores - separados por setores, localidades da EEJI, sete dos órgãos públicos, cinco das entidades da sociedade civil organizada e um representante de

⁴⁸ Particpei de boa parte das reuniões, inclusive expondo os propósitos desta pesquisa (registrados na ata da reunião ordinária de 3 de novembro de 2003) e apresentando - na falta dos representantes de Pesquisa - o quadro de identificação e priorização dos problemas na área de pesquisa da Estação, elaborado por mim e mais três pesquisadoras (registrado na ata da reunião ordinária de 6 de outubro de 2003).

pesquisa⁴⁹). Tendo por base o histórico administrativo da Estação, as reuniões estão sendo muito benquistas por todos os participantes, mas não o suficiente para evitar que um de seus representantes articulasse, paralelamente à essa instância política, a proposição do Projeto de Lei já mencionado. De fato, os moradores entendem que não há tempo a perder. Para eles, é muito importante a atuação em variadas frentes para que, o quanto antes, gozem dos benefícios e das liberdades que lhes são tão caros atualmente.

Ao avisarem que cuidam e sempre cuidaram da EEJI, os moradores querem dizer não apenas como gostariam que estivessem as coisas, mas que inclusive deveriam ser escutados:

Eu cuidaria como estou cuidando, fazendo o certo. As pessoas que vieram esqueceram da Juréia. Se eles queriam cuidar da natureza eles tinham que voltar e ficar. Se nós não estivéssemos aqui dentro isso aqui estava bagunçado. É porque estamos aqui que a mata está assim.

Outro morador coloca que "eles não têm nenhuma administração aqui, está abandonada. Aqui não tem fiscalização nenhuma, cortam palmito. Antigamente quando eles não estavam aqui a gente nem via gente estranha quase. A gente tinha até segurança". Um dos mais antigos comenta que "mandava todo mundo trabalhar. Pode derrubar, pode plantar porque eu já sofri fome. Não derrubem a mata virgem mas aonde já foi cultivado, onde nossos pais já trabalharam, deixa a gente trabalhar".

Percebe-se que há um contexto favorável ao trabalho conjunto, ao espaço de discussões que levem a ações otimizadas pela realidade, mesmo que essa revele os infortúnios de seus moradores e o sucateamento do órgão público com seu esqualido quadro de funcionários. De um estado geral de calamidade não há muito mais a perder. O que se quer é trabalhar por conquistas socioambientais presentes e futuras. Um Plano de Manejo agora, adequado à realidade da Estação, cairia como uma luva, pois é disso que se trata, colocar no papel os anseios de todos esses grupos envolvidos pela EEJI, cada qual a seu modo. Um funcionário da administração comenta sua estratégia de ação, ainda um tanto voltada às leis, um tanto defensivo, que

primeiramente indenizaria justamente a quem de direito mediante a desapropriação das terras inseridas na unidade. Elaboraria e executaria um bom plano de manejo incluindo ações de educação ambiental e aplicaria a legislação ambiental quando necessário. Se em 10 anos não obtiver resultado talvez uma medida mais radical como cerca e polícia funcionasse melhor.

Com um pouco mais de confiança, a representante da Coati-Juréia faria um

⁴⁹ Discutiu-se muito se o pesquisador deveria ou não votar, considerando-se que seu envolvimento com a UC dura o tempo de execução de sua pesquisa, sendo portanto pontual. Decidiu-se, por votação, que esse representante deveria ter direito a voto.

Plano de Manejo adequado para as diferentes situações e problemas (áreas abertas/fechadas), [com um] envolvimento maior com as comunidades e ONG's locais, [havendo] interação entre setores governamentais.

Gráfico 5: Como você cuidaria da EEJI?



	Plano de Manejo	Como antes	Direitos e benefícios sociais	Alternativa econômica	Conservação da natureza e da cultura	Descentralização	Reclassificação	Resolução Fundiário	Educação Ambiental	Fiscalização
■ Administração	1	0	0	0	0	1	0	3	3	2
■ Guarda-parques	0	0	0	0	0	0	0	0	2	6
■ Entidades	1	0	0	1	1	2	2	0	1	0
■ Pesquisadores	0	0	0	2	1	3	1	1	1	1
■ Moradores	0	5	3	3	2	0	0	1	0	6

Quem deve cuidar da EEJI?

A quem é atribuída a responsabilidade pelos cuidados com a EEJI? De todos os cinco grupos analisados, apenas o grupo dos guarda-parques deixou de mencionar que quem deve cuidar da EEJI é o Poder Público em parceria, seja com sociedade civil e organizações não governamentais (3 citações), seja apenas com a sociedade civil (3) ou, ainda, o Poder Público junto com os moradores (3) (vide tabela 10).

Os pesquisadores são os que mais reconhecem a importância de uma co-gestão na Estação. Uma pesquisadora acha que "todos [devem cuidar]: a população local, as instituições governamentais (Ibama, Sema), as ONG's, a população do entorno e a sociedade civil em geral". Outra diz que caberia aos "órgãos responsáveis pela gestão em parceria com ONG's e comunidades, com poder decisório descentralizado".

É muito interessante notar que todos os entrevistados do grupo dos funcionários da administração, portanto, do grupo responsável atualmente pela gestão da EEJI, responderam que essa responsabilidade deve ser ampliada, ressaltando todavia ao Estado encargo maior: "O gerenciamento deve ser coordenado pelo Estado. (...) Um processo gradativo de terceirização de alguns serviços e do planejamento de algumas atividades com a participação dos outros órgãos públicos e da sociedade civil organizada podem ser altamente saudáveis para a UC". Outra funcionária acha que quem deve responder pela Estação é o "Órgão público em primeiro lugar juntamente com ONGs e Sociedade Civil" e outra ainda destaca: "Órgão Público em parceria, mas excluindo-se interesses político/particulares". O próprio governo, na figura de seus funcionários, está disposto a horizontalizar a gestão da unidade de conservação.

Também no grupo das entidades da sociedade civil organizada todos entendem que as decisões devem ser tomadas em conjunto, de preferência, como expressa o representante da Mongue, com

um Conselho formado por representantes dos segmentos públicos e da sociedade civil, que apresentam atuação relevante na área de influência da Unidade de Conservação. Além dos órgãos governamentais responsáveis pela administração e fiscalização, deveriam participar, com direito a voto, Organizações não Governamentais com atuação local; Setores econômicos representativos e as Comunidades locais organizadas.

Esse mesmo representante é ainda mais enfático:

Esse modelo deveria ser implantado rapidamente com a realização de audiências públicas, debates e demais sistemas de quebra-pau. Considero fascista o atual sistema, tanto de criação como de gestão das unidades de conservação.

A entrevistada da Coati-Juréia lembra que deve haver "paridade entre os setores através da Co-Gestão, Conselhos Consultivos e Deliberativos com transparência e transversalidade".

Dois moradores também vêem que uma melhor gestão da EEJI seria aquela pautada por outros referenciais que não só o do Poder Público. Um deles lembra as desastrosas conseqüências de um histórico de implantação unilateral da Estação:

Tem que ter um conjunto, governo, município e comunidade mas que se entenda e não fazer uma lei de gabinete e colocar em cima da cabeça do pessoal e fazer um êxodo para a cidade, e fazer do povo um favelado, que foi o que fizeram aqui. Eu não corro. Morro mas não corro. O que é meu eu não entrego para ninguém, nasci aqui e estou criando o meu filho aqui.

O outro morador também recorda que a presença do Estado não foi de fato muito presente, além de fazer propostas de ações:

A parte que não está povoada, a administração deve colocar uma fiscalização ativa e as partes que estão povoadas poderia ter uma fiscalização feita com a ajuda dos moradores. É meio difícil porque até hoje ninguém fez um planejamento sobre isso. Porque veja a situação do Estado. Se ele tira todo esse povo daqui não vai resolver a situação dele, vai criar uma outra situação pior.

Cinco, dos quarenta e seis entrevistados, acham que quem deve cuidar da Estação é o Poder Público: três moradores, um guarda-parque e dois pesquisadores. Os dois últimos acham que "o controle da EEJI deve ser do Estado, como atualmente é feito" ou do "IF [Instituto Florestal]". Já a fala de um dos moradores é exatamente o inverso da fala de um guarda-parque. O primeiro diz: "as mesmas pessoas que estão cuidando mas com mais recursos. O pessoal que cuida daqui está sobrecarregado de serviço. Um faz serviço de dez". Já o guarda-parque comenta que "o Estado tem uma estrutura melhor para cuidar, e mais funcionários também". De qualquer forma, esses cinco relatos são minoria dentro da amostragem de cada um em seus grupos e acredito que as falas estão mais para um idéia de que o Estado tem o dever de zelar pelas áreas naturais protegidas do que propriamente dizer que apenas ele deva cuidar.

Em contrapartida, há muitos moradores, nove deles, que acham que quem cuida e sempre cuidou da Estação são eles. Quem deve cuidar? "A própria população, pois é a população que cuida disso aqui. O governo cuida disso aqui? Eles só põem fiscal em cima da gente. Prefeito não vem aqui, só na época da eleição"; "Nós estamos cuidando, eles não. Eles podem ser o chefe mas quem cuida somos nós, nascemos e vivemos aqui dentro e estamos vendo o que está acontecendo". Outro recorda que "antigamente era diferente de agora porque não tinha benefício nenhum mas o pessoal se juntava no mutirão e ajudava, tinha o baile, e agora não". Essas são lembranças também de uma moradora: "Acho que é o

próprio morador para cuidar como era antes. Muitos pais já se foram mas ficaram os filhos que acostumaram a gostar da mesma coisa que era antes"; "A gente que já é nato do lugar [é quem deve cuidar] porque nós não vamos destruir o que toda vida foi cuidado pelo povo", "(...) todos nós temos que cuidar. (...) Nós mesmos que moramos aqui".

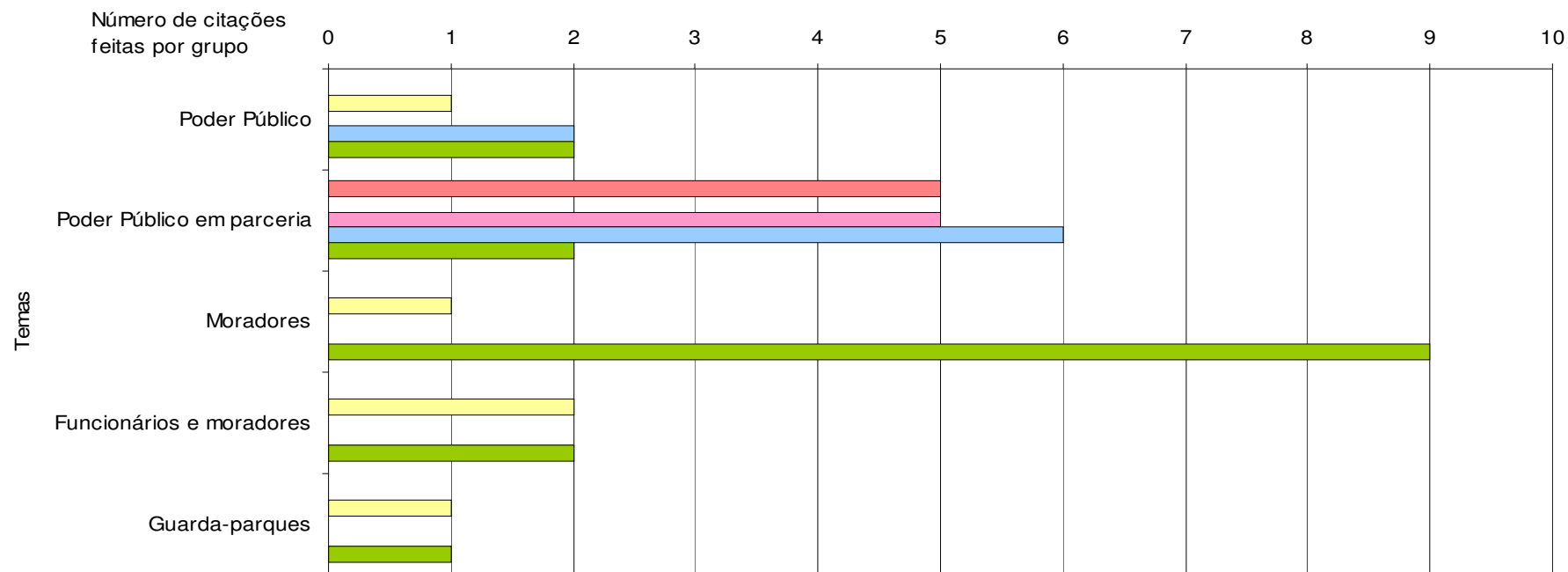
A importância dos moradores na conservação de seu lugar de morada também é notificada por um guarda-parque. Para ele, "o povo mesmo que é tradicional que deveria cuidar como já cuidou todo esse tempo porque graças a ele que isso está assim. A Estação Ecológica existe por causa desse povo que já estava aí, que não fazia grande plantio".

Os Moradores e guarda-parques que responderam que cabe a ambos cuidar da EEJI expressam a relevância dessa união, mas sem deixar de lado a tradicional troca de farpas presente na relação histórica de enfrentamento entre eles. Diz um guarda-parque: "Além da gente, tinha que ter mais participação da polícia ambiental e também dos moradores que são chamados de nativos, tinham que depredar menos". E o morador: "Quem tem que cuidar são os guardas-parque que já ganham para isso. Os moradores também". Sem afronta, os outros dois entrevistados dos mesmos grupos comentam que "os moradores deveriam fazer parte junto com os guardas-parque", diz o morador. E o guarda-parque credita os cuidados com a EEJI aos funcionários e à comunidade em geral (além dos moradores) e sobressalta a necessidade da conscientização ambiental. Diz ele que

além dos funcionários, toda a comunidade futuramente poderá ser envolvida na defesa da Estação Ecológica. Isso passando pela educação ambiental com matéria obrigatória nas escolas para a formação de jovens conscientes da conservação. Hoje estou convicto de que a Estação Ecológica tem que existir, que é para o bem da humanidade.

Por fim, realçando a problemática da escassa fiscalização, um morador comenta que "aqui tem que ter fiscal para ver se está saindo palmito que sempre toda vida saiu. Fiscalizar as roças, as caças de noite. Tem que ter guarda", argumento reforçado pelo guarda-parque: "no meu ver eu acho que deveria ser os próprios guardas [que cuidariam da Estação]. Fazer o possível para evitar palmiteiro e caçador".

Gráfico 6: Quem deve cuidar da EEJI?



	Guarda-parques	Funcionários e moradores	Moradores	Poder Público em parceria	Poder Público
Administração	0	0	0	5	0
Guarda-parques	1	2	1	0	1
Entidades	0	0	0	5	0
Pesquisadores	0	0	0	6	2
Moradores	1	2	9	2	2

4.3.3. Análise das valorações ambientais

*Para viver, o homem deve ver algum valor em seu mundo.
(Tuan, 1980: 113)*

Nesta análise, intenta-se identificar os atributos naturais que fazem da EEJI uma paisagem valorizada positiva e/ou negativamente. Quer então verificar os aspectos topofílicos e topofóbicos, ou seja, as afeições e as aversões dos cinco grupos com o ambiente natural e construído. Para tanto, foram feitas duas questões cujos valores ambientais positivos foram analisados conjuntamente: (i) Com relação à natureza da EEJI, diga do que você gosta; qual o elemento natural de maior valor? A outra questão remete aos entrevistados as suas valorações ambientais negativas: (ii) Com relação à natureza da EEJI, diga do que você não gosta? Também foram feitas perguntas apenas para os guarda-parques e moradores (Tem algum lugar sagrado? E assombração?) e uma específica para os moradores (Você pretende mudar para outro local? Por quê?). Essas outras perguntas visavam a elucidar as outras relações que criamos com o ambiente, aquelas que transcendem a materialidade, e foram feitas apenas para os guarda-parques e moradores, porque são eles que mais trilham os espaços da Estação, com mais intensidade e variedade (de dia, de noite, na madrugada; na mata, na praia, nos rios...).

Com relação à natureza da EEJI, diga do que você gosta?

Qual o elemento natural de maior valor?

Foram atribuídos, pelos entrevistados, sete valores ambientais, naturais e construídos (tabela 11). Denominou-se 'ambiente aquático' os ambientes de praia, cachoeira, bem como o mar, os rios e o elemento água.

Entrevistados dos cinco grupos responderam que gostam de tudo na natureza. No entanto, administradores, pesquisadores e representantes de entidades da sociedade civil organizada constroem uma paisagem sistêmica da EEJI, com pouquíssimos comentários afetivos sobre o seu ambiente. Para eles, o conjunto de paisagens é importante para a conservação, pois assim compõe um quadro biodiverso. Um pesquisador coloca que "se a questão for tomada dentro de uma perspectiva sistêmica, não há um elemento mais importante do que outro (...)". Diz um funcionário da administração:

Num ecossistema não existe nada que tenha um maior valor, pois um elemento não vive sem o outro, são interdependentes e estão inter-relacionados, nada se divide ou exerce uma função sozinho, são ecossistemas associados, são parte de um todo.

É uma paisagem inserida em um contexto ambiental dinâmico, mas destacada dos observadores. Ela está adiante deles e não se sentem envolvidos por ela. No mesmo sentido, a representante da Coati-Juréia diz gostar dos "ecossistemas associados e suas belezas peculiares" e comenta que "todo o bioma da Mata Atlântica é fundamental". Os conceitos como os citados por esses sujeitos (bioma, biodiversidade, ecossistemas), "são roupas de confecção que desindividualizam conhecimentos vividos" (Bachelard, 2000: 88). A paisagem não é vivenciada, mas sim estudada, para seguir como referência para estratégias de ação.

Já os guarda-parques e os moradores demonstram intensamente os sentimentos topofílicos com a paisagem. Estão inseridos nela. Um guarda-parque revela: "meu coração é verde. Eu vibro com a água, com a floresta, com a fauna e a flora". Um outro guarda-parque, criado e outrora residente da Estação, destaca que gosta "(...) da Praia do Una, que eu vivi lá e aonde eu visito muito. Lá eu sinto, acho que estou no meio da natureza. Gosto de tudo, não tem nada que não goste". Segundo Bachelard (op. cit.), a "casa-ninho", o lugar natural da função de habitar, cristaliza imagens carregadas de valores envoltos na sensação de acolhimento e que o retorno a ela

marca infinitos devaneios, pois os regressos humanos acontecem de acordo com o grande ritmo da vida humana, ritmo que atravessa os anos, que luta pelo sonho contra todas as ausências. Nas imagens aproximadas do ninho e da casa repercute um componente íntimo de fidelidade (:111)

Para um morador, "gostamos de tudo. Se não gostássemos daqui não estaríamos aqui". Os moradores expressam a relação de identidade com o seu lugar, sua terra natal: "Gostamos de tudo da natureza do lugar, foi aqui que nós nascemos. Se formos para Peruíbe ficamos angustiados. Gostamos daqui porque é a nossa terra natal"; "Gosto do lugar porque foi aonde a gente nasceu e se criou. Gosto daqui porque criei todos os meus filhos aqui mas se amanhã adoecer não tenho ninguém. A única coisa que passa por cima são esses aviõezinhos".

Não há lugar mais atraente para uma pessoa que o seu lar. O lugar da terra natal possui imagens que desperta em nós o sentido originário que transmite segurança e bem-estar. "O espaço habitado transcende o espaço geométrico", diz Bachelard (op. cit.: 62). A casa fala intimidades de seu morador, pois supre sua razão de imagens que relatam vivências, que a cada lembrança se enriquecem. "A casa, mais ainda que a paisagem, é 'um estado de alma' " (Bachelard, op. cit.: 84).

Os ambientes aquáticos (praia, mar, cachoeira, rio, água) são os mais freqüentemente lembrados pelos entrevistados (apenas os funcionários da administração não fizeram menção a um desses componentes da paisagem).

Os moradores foram os que mais valorizaram positivamente esses ambientes. A cachoeira, elemento da paisagem bastante citado, tem sua relevância celebrada no nome de uma comunidade tradicional (Cachoeira do Guilherme, inserida no "coração" da Estação e importante centro espiritual dos moradores). Dizem os moradores: "Da natureza eu gosto das cachoeiras"; "(...) para tomar banho tem que ser na cachoeira"; "Gosto (...) [de] (...) passear na cachoeira, a do Rio Verde".

Guarda-parques e moradores valorizam a qualidade da água da Estação, aludindo a ela qualidade de vida e saúde. Para um guarda-parque, recém ingresso no corpo de funcionários da EEJI, proveniente do Instituto Florestal, localizado na cidade de São Paulo, "gosto de tudo, principalmente da quantidade de nascente de água. Fiquei até surpreso com a qualidade da água porque lá na Serra da Cantareira tem bastante água mas não tanto quanto aqui". Dois moradores comentam: "Á água é o maior tesouro que temos aqui", "quem toma a água do Despraiado não esquece nunca mais".

Os rios, logicamente, matriz importante do elemento água, foram também mencionados, mas sem atribuições qualitativas, a não ser quando perguntados sobre a existência de lugares sagrados na Estação. Nesse caso, um morador recordou-se do relato de um de seus irmãos, que "viu uma boneca dançando em cima da pedra aqui no rio, uma boneca toda de ouro". Outro, ainda conta que "têm umas passagens que é melhor não passar depois da meia noite, por exemplo a figueira, a passagem do rio". Essas narrativas, bem como outras que serão expostas à medida que forem apresentados os elementos naturais percebidos pelos entrevistados, atenta-nos ao fato da existência de paisagens do imaginário, paisagens que existem na dimensão da imaginação, mas que são tão reais quanto as paisagens geográficas, considerando-se que a realidade não é só aquilo que enxergamos, aquilo que faz parte da materialidade do mundo, o concreto (Guimarães, 2003 - informação verbal⁵⁰). Há relatos de guarda-parques e moradores que notificam a presença de outras paisagens imaginárias e também de paisagens sagradas na Estação.

A praia é apreciada pelos guarda-parques, moradores e por um pesquisador. Há uma idealização, por parte deste último, de uma paisagem praiana deserta, corroborando com a busca de um paraíso natural sem a presença humana, já demasiado intensa nas

⁵⁰ Informações fornecidas por Solange T. de Lima Guimarães na disciplina, por ela ministrada, intitulada "Percepção Ambiental e Recursos Paisagísticos" durante o primeiro semestre de 2003 pelo Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista (UNESP).

idades. Para a moradora que reside perto do oceano, "gosto do mar porque eu gosto de dormir com o som das ondas. Se eu fico na cidade e não ouço as ondas do mar eu fico virando para cá e para lá". O mar é destacado por um pesquisador como um componente diferencial da conjunção de paisagens da EEJI, sendo também estimado por um morador ("Aqui o que se tem de bonito é o mar")⁵¹.

Também com relação às praias, são feitas referências a paisagens sagradas e imaginárias, apenas pelos moradores. Foi na Praia do Una que encontraram a imagem de Bom Jesus de Iguape no ano de 1647, venerada tradicionalmente pelo caiçaras e também por romeiros de vários cantos do país, que prestigiam a festa do santo (na Basílica de mesmo nome), que acontece de 28 de julho à 6 de agosto na cidade de Iguape. A Trilha do Imperador (a mesma do embate entre a Eco Juréia e a Associação dos Monitores Ambientais de Iguape) faz parte de uma caminho histórico e cultural da região, justamente o caminho percorrido pelos peregrinos de Bom Jesus de Iguape que vêm de Peruíbe e imediações. Todos os anos os romeiros têm que pedir autorização à administração da EEJI para realizarem sua peregrinação, o que ora é concedido, ora não é. A paisagem institucional prevalece à paisagem sagrada e cultural.

Perto do local onde encontraram a imagem situa-se o cemitério que, segundo um morador "está desde 1647 e agora está histórico porque ninguém sepulta mais gente porque proibiram. Não sei o que houve que botaram ele histórico. Antigamente o pessoal morria e era sepultado ali". Outro morador conta que "o único lugar sagrado que tem aqui é o cemitério e a casa dos outros, a morada dos outros" e outro ainda fala que ele "sempre foi respeitado pelos antigos e a gente está respeitando até hoje". Percebe-se, na fala desses moradores, que há um grande respeito por este lugar, por essa paisagem que é da dimensão do concreto, mas também é da dimensão do sensível. As paisagens sagradas,

⁵¹ Um exemplo que ilustra uma percepção ambiental diferenciada do ambiente praieiro é o evento que aconteceu entre eu, dois filhos de um morador e o primo deles (um dos filhos ainda mora dentro da área da EEJI e os outros dois estavam em férias escolares, visitando os parentes). Ao caminhar pela Praia do Grajaúna, ao final do dia, para esporecer, cruzei com os três vindos do Norte, pescando de picaré. Enquanto a minha intenção era a de descansar a mente, refletir, a deles, que até poderia ser essa, indiretamente, mas de fato estavam pescando, seja por lazer, seja para levar a janta para casa. Exponho a seguir as anotações que fiz sobre esse encontro, tomando o cuidado de não revelar os nomes dos gurus e do pai, pois todavia não há normatizações explícitas quanto ao o que pode ou não ser feito dos recursos na EEJI, com exceção às autorizações para plantio. Segundo minhas anotações, feitas no dia 15 de julho de 2003, uma fria terça-feira de inverno: "No meu passeio surgiram [--], seu irmão mais novo (o único que ainda vive com o pai, [--]), e seu primo [--]. Estávamos, creio, no terceiro dia de lua cheia. Era começo da noite e eles passaram pescando tainha com o picaré. Um com um carrinho de feira, levando o saco para colocar os peixes, e os outros dois (os irmãos), cada qual segurando numa ponta da rede, [amarradas nas extremidades num pau], fazendo a pesca na beirinha. Um fica mais na beira e o outro vai entrando no mar. Depois, os dois ficaram na mesma altura/profundidade (mais ou menos com a água no joelho/coxa) e vão puxando a rede para a margem. Para minha sorte (e deles também), foi bem no momento em que eles estavam puxando o picaré na minha frente que deu a primeira leva deles de peixe. Foi lindo! Umas tainhas grandonas se debatendo na areia e o [--] que estava com o carrinho, foi correndo ajudá-los. Enquanto os irmãos estavam segurando os extremos da rede, já pegando alguns peixes, o primo deles ia no meio da rede, atrás (entre a rede e o mar) e ia pegando e jogando as tainhas para o areião lá de cima, perto da restinga, para que elas não fugissem. Só dessa leva, dos que contei, foram uns vinte peixes".

assim como as paisagens imaginárias, são paisagens que têm legados simbólicos que exprimem cosmovisões associadas a elas, e que, por isso mesmo, devem ser consideradas quando da elaboração de planejamentos que, no caso da EEJI, se conformará na redação de seu Plano de Manejo.

A proibição do sepultamento no cemitério da Praia do Una contribui com o processo de desligamento histórico e simbólico dos moradores com o lugar, pois dá margens ao esquecimento e ao afastamento da paisagem. Além disso, considerando-se também os parentes vivos que se mudaram para fora da Estação, em muito, devido a falta de condições básicas para se viver, o itinerário geográfico dos atuais moradores se expande cada vez mais para as cidades, principalmente Peruíbe e Iguape.

Isso, no entanto, não significa que morar na cidade seja um objetivo dos moradores da Estação. Ao perguntar a eles se pretendiam mudar-se, apenas dois, dos vinte e um moradores, responderam imediatamente que sim. Dezenove moradores responderam negativamente, doze categoricamente e sete disseram que sairiam apenas pela falta de infra-estrutura escolar para os filhos (quatro moradores) e devido a falta de assistência à saúde e às restrições de uso (três moradores). Nas respostas, evidencia-se o forte elo afetivo/histórico deles com o seu lugar de morada, como se pode perceber nos trechos selecionados, a seguir: "Não [quero me mudar]. Aqui foi aonde nasci. Quero ficar até o dia que Deus chamar"; "Não. Só Deus pode mudar eu daqui. Eu não gosto de sair daqui para ir morar... ir para a cidade passear"; "Nós nascemos aqui. Minha família morou muito tempo aqui"; "Tenho minha vida aqui. Para onde eu vou?"; "Não porque em primeiro lugar eu não tenho estudo. Ir para a cidade para ficar sem emprego não tem condições"; "Não [mudo] porque estou acostumado aqui. Gosto daqui"; "(...) porque eu não acostumo noutra parte de jeito nenhum"; "(...) eu gosto daqui, é meu habitat natural"; "Daqui não, só para o céu".

Com saudades, os moradores que saíram ou estão tentados a fazê-lo para ir em busca de melhores condições de vida relatam seus motivos migratórios: "Se eu arrumar um barraco para gente lá para Peruíbe, para junto da família, eu saio. Mas na casa de filho eu não fico. Saio com saudade mas fazer o que? Sou obrigado, pela lei, de saúde e de necessidade. Não só eu, mas os outros também", diz o morador de 86 anos de idade; "Mudei só por causa das crianças para o estudo"; "Se tivessem mais moradores, mais opção, eu moraria aqui. Eu fui para a cidade [Pedro de Toledo] por causa dos filhos"; "Vontade eu tenho [de me mudar] porque que nem eu estou falando, eles ficam regulando até para a gente passar o rio". Os dois moradores que responderam que sairiam sem pestanejar têm 42 e 49 anos de idade e são nascidos e criados em praias inseridas na EEJI. O mais velho é também guarda-parque, e pensa em sair para "curtir um pouco a vida,

conhecer o Brasil"; o outro, filho de um exímio músico, já falecido, que animava os fandangos pela Estação afora, diz que tem "vontade de ir para o litoral norte ou Santa Catarina. Em Santa Catarina o pessoal preserva a tradição e o jeito deles é parecido com o nosso e o litoral norte dá para tocar a vida, vender alguma coisa". O futuro incerto, imposto pelo território institucional EEJI, incita a saída dos moradores. Alguns já sentem a vontade de retornar, "condição" (pois não há consenso) a ser debatida nas reuniões do Conselho Consultivo. Aos que responderam que não pretendem se mudar, há consciência de que a vida na cidade fácil não será. Ficando ou deixando o lugar, parece que as imagens não são muito boas. Ao menos para quem fica, a segurança, mesmo que cada vez mais tênue, ainda faz parte do dia-a-dia. As restrições ao sobreviver são maiores na Estação? São maiores na cidade? Em conseqüência, a felicidade estará mais presente numa ou noutra? Certo é que a resistência, qualidade tão cara aos moradores, será necessária tanto na terra que fez/faz parte de suas histórias de vida, como na terra que promete algo, ou, a terra que lhes resta.

Além da paisagem sagrada identificada na praia, moradores relatam a presença de seres da mitologia brasileira e de assombrações: "Tinha assombração na praia do Arpoador e no Juquiá tinha a Mula sem Cabeça. Já vi um cara de preto inteiro na Praia do Juquiá que não tinha rastro no chão. Chamamos ele e não atendeu. Outro que eu vi foi no Guaraú". Um guarda-parque que trabalha na praia do Guaraú diz que "nessa praia parece que tem um vulto. Nessa casa parece que alguém já viu. Eu nunca vi. Isso é mito".

São feitas alusões à mata em todos os cinco grupos, mas com menor intensidade que as relativas aos ambientes aquáticos. No entanto, apenas os moradores demonstram em suas falas um maior contato com ela: "Gosto muito de andar no mato" ou "gosto mais da mata, o rio é frio". Também a mata compõe paisagens imaginárias e mitológicas. Um morador de 72 anos de idade conta que no Despraiado "tem Saci [que] apronta com o pessoal, faz barulho no mato, correndo para cima e para baixo. Ele faz o barulho dos bichos. Ele assobia: fii, Saci Saperê. E fica assobiando". Uma vizinha sua, apesar de crente, também notou a presença do saci: "Para nós não existe assombração. Nós somos crentes e não acreditamos, mas uma vez eu vi um rabo de cavalo trançado do começo ao fim feito pelo Saci".

A fauna é lembrada, cada qual a seu modo, pelo grupo das entidades da sociedade civil organizada, dos guarda-parques e dos moradores. Enquanto que para o representante da Eco Juréia "a fauna [é o elemento natural de maior valor], que logo estará em extinção", preocupando-se com o seu futuro, para os moradores ela é a garantia de sua alimentação agora no presente ("gosto de pescar", diz uma moradora) e referem-se à fauna como caça, herança de um passado recente que a memória alimentar, cruelmente (devido à proibição

da caça), desponta ("Nós gostamos da natureza, das pedras, das matas, das cachoeiras, das caças, dos peixes"). Há também menções aos animais, que denotam sentimentos topofílicos visuais e auditivos, por parte de uma moradora: "Gosto de acordar com os passarinhos cantando, ver as capivaras andando logo cedo de manhã na praia. É muito bonito, é muito gostoso de ver essas coisas".

O relevo, componente da paisagem que deu origem ao nome dado à Estação pelos políticos e ambientalistas e reconhecido pelo Órgão Público, ao contrário do que era de se esperar, não é citado pelos funcionários da administração, mas sim, por dois guarda-parques e por um morador. Além do morador, que diz gostar "(...) das montanhas", um guarda-parque relata que gosta do "morro, olhar para a Serra. A Mãe do Ouro que o pessoal conta da Serra de Itatins, mas eu nunca vi"⁵². Um morador do Despraiado também comenta que "o pessoal antigo falava de assombração mas agora não. Uma pedra estourou no meio, o pessoal diz que é a Mãe de Ouro, mas não temos medo de ir lá". Outra história há muito tempo contada pelos caiçaras da região da EEJI é a história do Tucano de Ouro. Diz que há um tucano de bico de ouro que aparece a cada sete anos fazendo um vôo do Morro do Pogoçá ao Maciço da Juréia, retornando sete anos depois, e assim sucessivamente, e que a pessoa que o avistar será muito rica e feliz. Um guarda-parque diz que "muitos falam, eu nunca vi. Falam que tem Tucano de Ouro, mas eu nunca vi. Eles contam que vinha da Serra do Pogoçá uma luz que ia em direção ao mar e se ouvia uma explosão e essa luz acabava e que era um tucano voando". Uma moradora relata um pouquinho diferente: "Dizem que é verdade mas eu nunca vi. Os antigos contam sobre o Tucano de Ouro. Diz que saía da Juréia e ia para o Itatins, mas eu nunca vi". Os relatos sobre o Tucano de Ouro assemelham-se, por vezes, aos da Mãe de Ouro e isso ocorre porque são mitos, e como tal, são dinâmicos; estão sempre sendo reinventados com novas e velhas contribuições.

Tem também a história da Bola de Fogo (...)", diz um morador, "(..) que vem da Serra do Itatins, do Bico Torto. Minha sogra e meu sogro viram. Estavam indo para Três Barras e desceu um clarão enorme do céu, eles se abaixaram e nem olharam para a luz e, depois aquele clarão foi embora, subiu.

E também, na Serra dos Itatins, tem a história da Caipora. Ao narrar, o morador ressalta a importância de se resguardar este lugar:

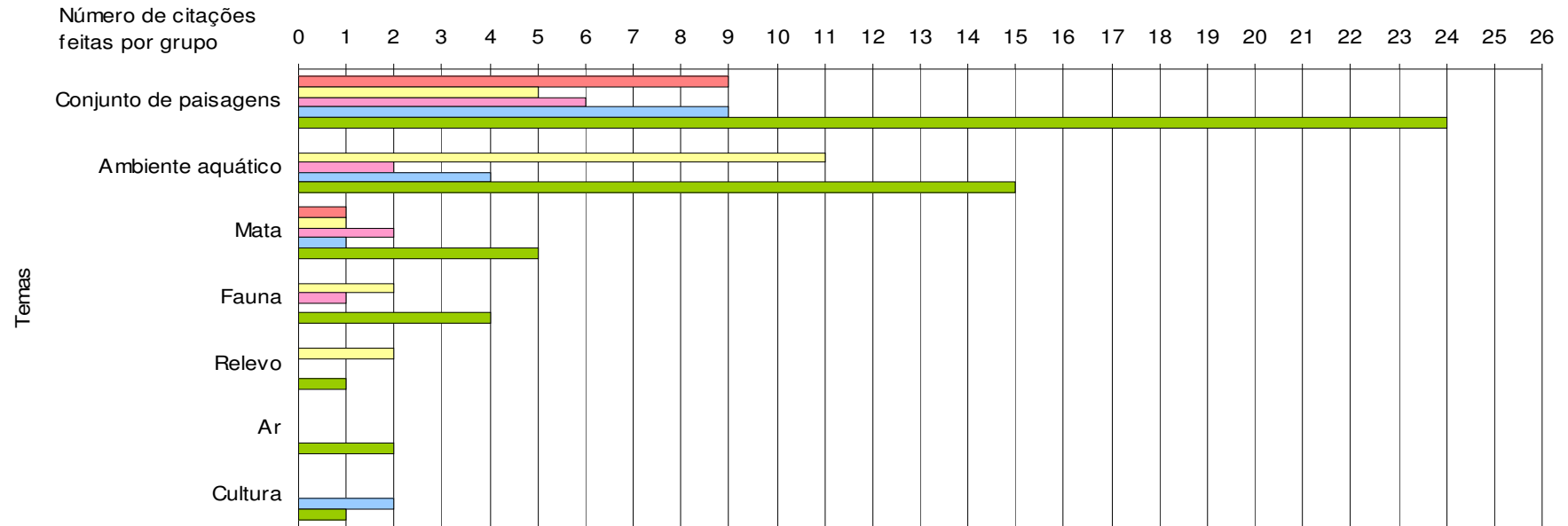
Um lugar que chama muita atenção é o Itatins, para nós é importante cuidar. Existia lenda, meu pai contava história de Caipora. Ele contava que eles iam indo para a igreja e eles escutaram um violão no meio do mato e a minha irmã falou: - toca mais alto que nós queremos ouvir, aí o camarada riscou o dedo no violão e a família toda, estavam em nove pessoas, ficaram sem voz, ficaram uns quinze minutos sem falar um com o outro, ficaram amortecidos, sem conseguir falar.

⁵² A Mãe do Ouro é uma história contada pelos moradores mais antigos da região sobre uma luz muito forte que sai à noite do Morro do Pogoçá e chega na Serra dos Itatins.

O ar foi qualitativamente lembrado apenas por dois moradores. Um deles comenta: "o ar da mata é uma beleza".

Aspectos da cultura tradicional foram mencionados como partes constituintes da paisagem por dois pesquisadores e uma moradora. Esta comenta que "(...)gosta de mexer com farinha". Um dos pesquisadores ressalta que na análise da paisagem "o que importa é a integração de aspectos naturais, sociais, históricos, econômicos e culturais", idéia complementada pela colocação da pesquisadora ("o conjunto destes elementos é o mais importante, seja do ponto de vista turístico, seja biológico, seja ambiental como um todo. É neste conjunto que sobrevive a cultura tradicional caiçara").

Gráfico 7: Com relação à natureza da EEJI, diga de que você gosta.
Qual o elemento natural de maior valor?



	Cultura	Ar	Relevo	Fauna	Mata	Ambiente aquático	Conjunto de paisagens
Administração	0	0	0	0	1	0	9
Guarda-parques	0	0	2	2	1	11	5
Entidades	0	0	0	1	2	2	6
Pesquisadores	2	0	0	0	1	4	9
Moradores	1	2	1	4	5	15	24

Com relação à natureza da EEJI, diga do que você não gosta?

Foram seis as avaliações ambientais negativas relativas à Estação. : (i) a percepção da ocorrência de desmatamentos, (ii) da presença de caçadores, (iii) da monocultura de banana, (iv) de propriedades privadas na UC, (v) de mosquitos e, (vi) a percepção do excesso de turismo e do lixo proveniente dessa atividade. Nota-se que cinco das seis avaliações negativamente identificadas são consequência direta de atividades antrópicas sobre a natureza.

Condizente com as opiniões expressas na análise das atitudes sobre como cuidariam da EEJI, um pesquisador e um funcionário da administração vêem as construções de propriedades privadas na UC como uma paisagem construída de avaliação ambiental negativa. Diz, o pesquisador, não gostar "de tanta casa de veraneio dentro de uma unidade de conservação".

Nessa mesma direção, a monocultura de banana, muito comum no bairro do Despraiado (com plantações que inclusive abastecem o mercado paulistano), bem como o desmatamento (atrelado às atividades de plantio), foram percebidos por pesquisadores e pela representante da Coati-Juréia como paisagens degradadas do ambiente. Um funcionário da administração não gosta das "grandes propriedades particulares com áreas sem vegetação (desmatamentos anteriores a criação da UC)". A representante da entidade da sociedade civil organizada vê negativamente o desmatamento, assim como uma pesquisadora, que diz não lhe agradar "a existência de áreas ainda desmatadas", sugerindo que "seria oportuna a implantação de projetos de revegetação com essências nativas". Ainda, um outro pesquisador diz não gostar da "extração ilegal de palmito".

A caça, no interior da Estação, também foi mencionada como atividade degradante de sua paisagem. Um morador e uma a entrevistada da Coati-Juréia dizem não gostar da presença de pessoas que vêm "caçar na Estação".

O excesso de visitantes e a deposição de lixo feita por eles na EEJI foi observado por um funcionário da administração, ao comentar que há "áreas de visitação pública com número excessivo de pessoas", por um pesquisador ("não gosto de como alguns visitantes tratam das dependências da Estação") e por um morador ("Não gosto (...) [da] turma de fora trazer bebida, levar lixo na pedra, ir caçar na Estação").

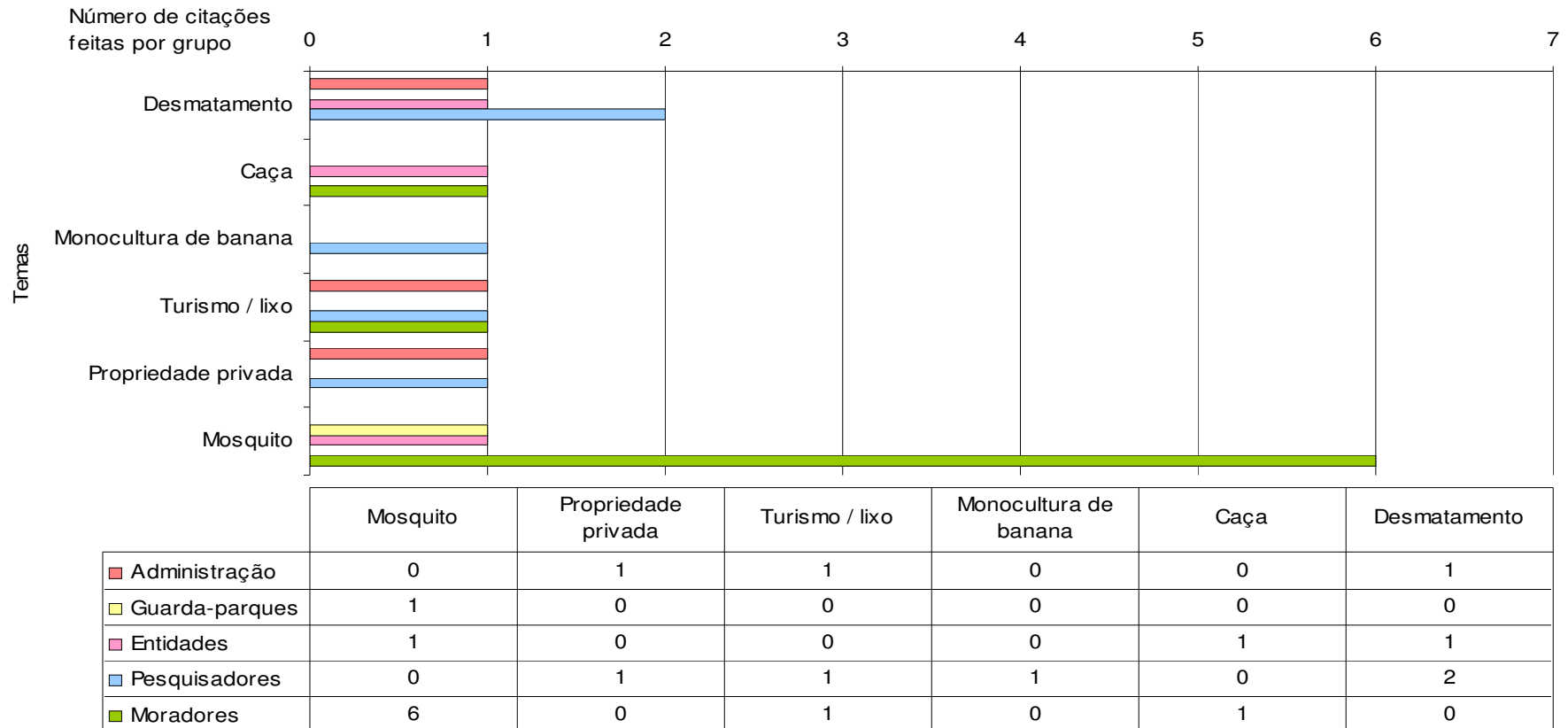
Os mosquitos e as mutucas, componentes da paisagem que não ocorrem devido a alteração direta do homem no ambiente, foram bastante lembrados pelos moradores, por

um guarda-parque e pelo representante da União dos Moradores da Juréia, mas que faz a ressalva: "Não gosto do mosquito mas [o que se há de fazer?] só se fosse outra paisagem".

As atividades antrópicas consideradas degradantes da paisagem da EEJI são atividades que podem ser equacionadas com o maior envolvimento dos grupos atuantes na Estação e com o aumento da fiscalização (desejada, como já vimos na análise sobre as atitudes, pelos funcionários, moradores e também mencionada pela representante da Coati-Juréia, ao responder à presente pergunta)⁵³.

⁵³ Nas anotações de meu diário de campo, datadas de 19 de julho de 2003, há um depoimento de uma moradora que saiu da Estação, mas que sempre retorna para visitar os pais, que creio ser interessante expor por retratar o absurdo paradoxo do ideal de conservação da natureza que, ao invés de estimular relações amorosas com o ambiente, provoca justamente o contrário: A [-] contou que era revoltada com tudo relacionado a meio ambiente. Na escola, pediam à ela para escrever algo sobre isso e ela se negava, e contava para a professora que por causa do meio ambiente ela teve que sair de perto dos pais e ir morar em Itanhaém de aluguel; que o pai era tratado como criminoso, que não podia fazer nada etc. Pois é, o tiro saiu pela culatra. Ao invés dos caras conquistarem o apreço das pessoas com a criação dessas UCs, geram ódio por aí".

Gráfico 8: Com relação à natureza da EEJI, diga do que você não gosta.



4.4 MONÓLOGO: O resultado das percepções ambientais dos grupos

São aqui apresentados os resultados gerais das percepções ambientais por grupo. Ou seja, faz-se uma leitura a partir das citações temáticas mais frequentes entre os sujeitos do grupo afim de evidenciar com mais concisão os dados analisados. De qualquer forma, é bom considerar a riqueza do contexto dialético (suas contradições e suas idéias convergentes) ofertado no tópico anterior sobre as "conversas" inter e intra grupos.

4.4.1. Administração

Para o grupo dos funcionários da administração, a EEJI define-se por sua importância ambiental para as presentes e futuras gerações, devido à sua rica biodiversidade situada em remanescente do bioma Mata Atlântica (para um dos entrevistados ela apresenta características de natureza primitiva). A Estação serve para conservar a natureza e propiciar a pesquisa e a educação ambiental nessa unidade de conservação de uso restrito. É descrita, para a maior parte dos entrevistados, como uma área problemática devido ao seu impasse com a realidade da ocupação humana e devido às pressões externas provenientes dos centros urbanos de seu entorno. Seu quadro é agravado com a falta de recursos do Estado. Os cuidados com a Estação são atrelados à resolução de seus processos fundiários e às atividades de educação conservacionista e de fiscalização. A descentralização na gestão, bem como a confecção de um Plano de Manejo, são ações que também podem contribuir com os cuidados com a Estação, a qual deve ser administrada, segundo todos os entrevistados, pelo Poder Público, em parceria com organizações não-governamentais e sociedade civil organizada. A valoração ambiental positiva é atribuída ao conjunto de paisagens da Estação de maneira distanciada e científica, sendo conferido valores ambientais negativos ao desmatamento dentro de grandes propriedades particulares e à intensa visitação em alguns trechos da unidade de conservação. O ambiente natural construído é sempre relacionado a aspectos degradantes da paisagem, diferentemente da relação estabelecida com o ambiente natural, que compõe uma paisagem não vivida, idealizada e instrumentalizada para os propósitos conservacionistas. Conhecem a dimensão espacial da EEJI (área de 80.000 ha), assim como seus limites oficiais, porém, confundindo por vezes os municípios que a compõem.

4.4.2. Guarda-parques

Os guarda-parques identificam a EEJI conforme suas características legais (como uma unidade de conservação da natureza para pesquisa e educação ambiental) e conforme o discurso ambientalista (deve-se conservá-la para as futuras gerações, devido à sua rica biodiversidade). Para eles, a Estação é uma área problemática por causa de seus focos de tensão (intensificados com o desfalque de funcionários para uma área de quase 80.000 ha), tanto com as pessoas de fora (palmiteiros, caçadores, turistas), como com seus moradores (desmatamento e construções na moradia). Portanto, cuidariam da Estação por meio da atividade que já desempenham, a fiscalização, que poderia ser otimizada com a ajuda dos moradores. Há uma valoração ambiental afetiva e positiva da EEJI, predominantemente com os ambientes aquáticos (praia, cachoeira e água), sendo o mosquito o único componente da paisagem citado como seu aspecto negativo. Possuem vasto conhecimento prático da área compreendida pela Estação, mas se confundem ao traçar seus limites oficiais.

4.4.3 Entidades da sociedade civil organizada

Para os representantes das entidades da sociedade civil organizada, a EEJI é uma área de incoerências e injustiças em meio a belezas naturais e riquezas socioambientais, sendo, para um dos entrevistados, considerada como último remanescente de Mata Atlântica primitiva. Ao descrevê-la, comentam sua problemática realidade, conseqüente do impasse entre conservação da natureza e desconsiderações com os moradores. Ao responder para o que serve, limitam-se à definição da lei: para conservar a natureza, ser um local propício à pesquisa, onde a educação conservacionista pode ser desenvolvida. A gestão descentralizada e/ou a reclassificação são ações de cuidado com a Estação reconhecidas, bem como a elaboração de um Plano de Manejo adequado à realidade da UC, que promova uma conservação socioambiental por meio de projetos de uso sustentável dos recursos naturais. Todos os entrevistados acham que a gestão da EEJI deve ser desempenhada pelo Poder Público em parceria com organizações não-governamentais, com a sociedade civil e com os moradores, alguns lembrando, inclusive, a importância de um Conselho para isso. As valorações ambientais positivas são de ordem estética e remetem-se a um conjunto de paisagens, sendo o ambiente aquático (mar, rio, praia), a mata e a fauna elementos citados. Negativamente, condizente com a valoração positiva do ambiente, expõem que não gostam dos desmatamentos (ambiente construído), nem tampouco da ocorrência de caça dentro da Estação. Dos dois entrevistados que responderam sobre os limites da UC, ambos tinham esse conhecimento.

4.4.4 Pesquisadores

Para o grupo de pesquisadores, a EEJI é tanto uma unidade de conservação para pesquisa e educação ambiental que abrange importante remanescente da Mata Atlântica, de alta biodiversidade, como também é uma unidade de conservação da natureza de belezas cênicas e de riquezas culturais. As mulheres entrevistadas desse grupo têm posturas mais conservacionistas e suas opiniões pesaram mais do que as dos homens (de idéias mais preservacionistas de proteção de uma área natural) pois eram maioria (6) no total de entrevistados (9). Parte dos pesquisadores reconhece que a EEJI é uma área problemática que poderia ser melhor cuidada se descentralizasse sua gestão, sendo que uma pesquisadora entende que a melhor solução seria reclassificar a Estação Ecológica como Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Sugerem a iniciativa a alternativas econômicas adequadas à conservação da Estação, como forma de prover economicamente seus moradores e assim possibilitar a eles uma digna permanência em seu lugar. A valoração ambiental positiva que fazem da EEJI é de uma paisagem totalizadora, acadêmica e de grande beleza cênica, mas que também compreende riquezas culturais. São ressaltados os ambientes aquáticos (praia, mar, rio) e, embora quase não tenham citado a mata, lembram-se dela quando valoram negativamente aspectos da natureza construída da Estação (a monocultura de banana, as áreas desmatadas). Outro aspecto considerado degradante da paisagem por um deles é a ocorrência de casas de veraneio no interior da Estação. O conhecimento sobre o território oficial da EEJI é escasso, além de ser confuso e parcial.

4.4.5. Moradores

Os moradores são os que definem com o maior número de elementos a EEJI. Além de ser uma lei, uma unidade de conservação da natureza voltada à pesquisa e à educação ambiental, ela é, principalmente, uma área de proibições, de incoerências e injustiças, onde a proteção da natureza não ocorre de fato, além de ser o local de trabalho, para dois deles. Juréia é uma parte desse todo chamado EEJI, é o Maciço e a Praia que ficam ao sul da foz do Rio Verde. Ao descrevê-la, citam vários componentes da paisagem conferindo-lhes beleza. Porém, a Estação é lembrada como uma área problemática onde se faz muito presente a falta de direitos e benefícios sociais (saúde, escola, luz, água, telefone, estrada em boas condições, renda) e o excesso de restrições no ir e vir e no uso dos recursos. Três deles não sabem para o que serve a Estação. Cuidariam da EEJI intensificando a fiscalização aos palmiteiros e aos caçadores e acreditam que ela apresentava um quadro geral melhor antes de se tornar uma unidade de conservação, do modo como eles

cuidavam, e por isso consideram-se os responsáveis por seu zelo. Para eles, alternativas econômicas atreladas à obtenção de direitos e benefícios sociais poderão contribuir para a conservação da natureza e da cultura local. A valoração ambiental positiva está atrelada às paisagens como um todo, com maior destaque para os ambientes aquáticos (cachoeira, água, praia, rio, mar), mas também mencionando-se a mata, os animais, o ar, as montanhas e os aspectos culturais da paisagem (farinha). A paisagem está totalmente relacionada às origens (de muitos deles) e à vida cotidiana, que conferem identidade e sentimentos topofílicos (de afeição com o lugar, de atração por sua beleza) e topofóbicos (de irritabilidade diante das proibições). As referências aos ambientes naturais construídos (estrada, trilhas, casas, cemitério, roças, bananal) não são, em definitivo, pautadas numa valoração ambiental negativa, a não ser os ambientes construídos provenientes de lixos deixados por visitantes ou o abate de caças por pessoas de fora da Estação. Afora essas menções, o mosquito também é lembrado como um componente da paisagem de valoração ambiental negativa. Além disso, as paisagens naturais e construídas estão vinculadas a paisagens da ordem do material e do imaterial: paisagens sagradas (cemitério, trajeto da romaria de Bom Jesus de Iguape) e paisagens do imaginário (mitos, causos). Todas essas paisagens vividas constroem identidades, e as memórias (do tempo de dantes, do tempo original) lhe são salutares. Os moradores interiorizam essas paisagens e elas os contêm. Por fim, os moradores possuem rico conhecimento espacial da EEJI, porém de locais próximos às suas moradas e aonde desempenham suas atividades. Os dados oficiais da dimensão da Estação, tanto de área como de limites municipais, são extrapolados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão que norteou esta pesquisa tem resposta afirmativa, pois os conflitos entre as diferentes atitudes com relação à ocupação, à fiscalização, à pesquisa e ao manejo da Estação Ecológica de Juréia-Itatins estão, de fato, relacionados às diferentes percepções ambientais que os cinco grupos apresentam diante desse território geográfico comum. Por outro lado, a pesquisa também mostrou que existem vários pontos de convergência nessas alteridades perceptivas. Nessa direção, essas percepções idiossincráticas do meio ambiente natural e construído em questão, apesar de suas diferenças (ou até mesmo em função delas), abrem possibilidades de gestão e conservação sustentáveis dessa UC. Conhecendo e reconhecendo sua complexidade socioambiental, a conservação da natureza, almejada por todos os cinco grupos analisados, bem como a conservação da cultura de seus moradores (não comentada somente pelo grupo de guarda-parques) terão certamente um avanço positivo com a construção de um projeto socioambiental em comum.

Certamente que parte da solução desses conflitos, à curto prazo, poderia ser alcançada com a transferência dos moradores da Estação. Uma atitude, entretanto, autoritária e que, à longo prazo, se mostraria, possivelmente, ineficaz na intenção de proteger intocadamente a natureza. Tendo em vista o histórico de esvaziamento do quadro de funcionários da EEJI e considerando-se que uma real proteção da natureza caminha com a prática da conscientização ambiental atrelada a realidade social do lugar, a presença dos moradores pode contribuir para a manutenção e para a fiscalização integradas da área. Ademais, esse seria um desafio verdadeiramente democrático, pautado pela plena dignidade dos sujeitos envolvidos.

A centralização vertical do poder nas tomadas de decisões nas políticas ambientais como um todo e nas voltadas à conservação de áreas naturais protegidas aumenta a probabilidade de ocorrência de conflitos. A ordem inversa, que contemple e conheça as dinâmicas sociais e ambientais do lugar e que assegure a participação dos grupos envolvidos, parece ser um caminho mais eficaz e justo para esse impasse. Nessa direção, a análise de percepções ambientais distintas sobre um mesmo território tem a capacidade de, evidenciando suas idiossincrasias (conflitos e concordâncias), propiciar a troca de conhecimentos entre grupos culturais distintos (social, econômica e politicamente). Isso, por sua vez, pode dar subsídios a novas reflexões e decisões para uma gestão ambiental e social mais adequada em áreas de conservação ambiental. Dessa forma, quiçá poder-se-á evitar ou minimizar conflitos provenientes de ações incoerentes com as realidades locais e

supra-locais (uma vez que as decisões tomadas em relação à EEJI estão também relacionadas a decisões que foram ou que podem ser adotadas em outros lugares).

A EEJI é um espaço deveras complexo que historicamente compreende diferentes territorialidades (seja do ponto de vista emotivo, prático ou ideológico). Atreladas a dimensões (concretas e abstratas) do poder, essas noções territoriais são projetadas nas relações e interações com os processos naturais e sociais em análise. O que se observa é que, de um lado, moradores desamparados (do próprio poder público) seguem suas vidas numa situação total de indecisão e que, de outro, um Estado que ainda não alcançou um estágio solidamente democrático, segue estagnado por sua morosidade típica. E no meio de tudo isso, entidades da sociedade civil organizada, guarda-parques e pesquisadores.

As territorialidades mais presentes na EEJI são as do Poder Público e a dos moradores. O "território do Poder Público", na esfera das políticas ambientais, é instrumentalizado e corporificado legalmente pelas unidades de conservação. Ele é constituído de valores criados e aceitos socialmente como imprescindíveis à sobrevivência humana no planeta; são os valores atribuídos à conservação da natureza visando à perpetuação das condições essenciais à vida, em todas as suas expressões, mas que, no caso da EEJI, privilegia as expressões naturais e não as sociais, uma vez que uma Estação Ecológica quer proteger integralmente biomas que não sofram interferência humana.

O "território dos moradores", construído material e espiritualmente a cada instante (antigo, presente e talvez futuro), apoia-se em valores vividos intensamente com o espaço concreto, geográfico, e com o espaço abstrato, social. No caso principalmente dos moradores tradicionais, as relações de poder com seu território expressam-se em seus modos de vida, geralmente simples e sem grandes ambições de alteração de seu ambiente natural e social, uma vez que pautados em tempos bem menos afoitos que os tempos urbanos, bem mais próximos do tempo cíclico da natureza. A valoração à vida está gravada no tempo de agora, com suas possibilidades de mudanças próprias da condição humana, mas em muito pautada na história de seus antepassados, na tradição cultural, religiosa, econômica e política de interação socioambiental. É característica desse tipo de apropriação do espaço a observação fina da paisagem, a interação forte com o lugar, que funde o objetivo e o subjetivo, o concreto e o imaginário, o sagrado e o profano.

Essas diferentes visões de mundo (razão e emoção; sujeito e objeto; sacralidade e paganismo; natureza intocada e natureza constituída de humanidade) entram em choque, pois postos em contraposição, há tempos idos na história da humanidade. E é essa

cosmovisão seccionada das esferas inseparáveis do mundo que segue hegemônica nos dias de hoje, em muitos Estado-Nações, principalmente os ocidentais capitalistas.

No caso da EEJI, o "território do Poder Público" tem limitado suas ações ao mero controle físico, delegado impositivamente por uma "força maior", a força que têm as instituições. O "território dos moradores", carregado de intenções próximas, não tão majestosas, resulta da apropriação simbólica e subjetiva do espaço, mas também funcional e utilitária como o "território do Poder Público". A diferença é que o primeiro tende a dominar a forma (no caso a natureza) pela norma, ou seja, de fora para dentro (ou, se se preferir, de cima para baixo), e o segundo faz o inverso, de dentro para fora. A diferença é que enquanto o "território do Poder Público" prima pela objetividade no controle físico, o território dos moradores constrói laços de identidade social. A dominação distanciada, própria do "território do Poder Público", sozinha, apenas gera confusão e dor aos que dela não participam, mas que dela precisariam de proteção. Já a apropriação com identidade, esta, mais prontamente exercida pelos moradores em seu território, também pode causar estorvo e segregação, pois fortalece as diferenças sociais. Em contrapartida, apresenta a possibilidade de engendrar ricos diálogos, com chances de gerar uma apropriação do espaço mais equitativa, solidária e democrática, que contemple a objetividade mas também o simbólico, simultaneamente⁵⁴.

Um território que conjugue domínio pelo Poder Público (sendo seus funcionários os implementadores) e a apropriação, não só por seus moradores, mas também por todos os grupos envolvidos, direta ou, até mesmo, indiretamente, resguardando-se a sustentabilidade socioambiental, é o território vislumbrado por grande parte dos quarenta e seis entrevistados, com exceção dos guarda-parques.

A metodologia empregada pelo Estado na EEJI não está sendo completamente eficaz em seus propósitos, o de conservar um importante bioma ameaçado. Além disso, a morosidade com que as decisões e ações são tomadas, contribui com a desagregação sócio-cultural dos habitantes. Não se trata de não reconhecer a devida importância de criação da EEJI. De fato, ela freou a especulação imobiliária que possivelmente ocasionaria impactos negativos socioambientais mais rápidos e intensos, mas, de uma forma ou de outra, restou aos moradores, com toda a sua riqueza cultural, o impacto negativo, também intenso, porém lento, arrastado. A futura geração está comprometida com a atual. Se degradamos uma cultura mais sustentável ambientalmente que a cultura urbano-industrial, como queremos garantir que essas ilhas de natureza protegidas estejam à salvo num futuro próximo?

O Conselho Consultivo da EEJI está aí construindo um espaço de participação e é de grande importância para essa unidade de conservação, que há tanto tempo tem sua gestão centralizada na figura do Governo do Estado de São Paulo. Porém, como o seu próprio nome já diz, é consultivo e não deliberativo, o que, de certa forma, dá rédeas ao Governo para decidir, em última instância, o rumo que esse movimento de descentralização do poder irá tomar. De qualquer forma, esse fortalecimento da co-gestão, da parceria entre o Poder Público e as organizações não-governamentais, a sociedade civil organizada e os moradores, pode ser a semente da qual nascerá um futuro de participação e responsabilidades compartilhadas, gerando uma ampliação da conscientização ambiental por intermédio da prática da cidadania.

Por outro lado, as sugestões de reclassificar, parte ou toda a área da EEJI, em uma categoria de unidade de conservação de uso sustentável, muito provavelmente, advogando a tese da co-gestão, será exitosa em seus objetivos de conciliação da conservação de naturezas e culturas, conferindo aos participantes maior envolvimento, uma vez que o Conselho aí, seria deliberativo.

⁵⁴ Essas são considerações feitas à luz do livro de Rogério Haesbaert, "Territórios alternativos" (vide bibliografia).

BIBLIOGRAFIA

- ADAMS, Cristina (1996) "Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica *versus* planejamento e gestão ambiental". Dissertação de Mestrado, Instituto de Biociências-USP, São Paulo.
- ALLIN, C.W. (1990) **International Handbook of National Parks and Nature Reserves**. Greenwood: Greenwood Press.
- ALMEIDA, F.F.M. (1964) "Fundamentos geológicos do relevo paulista". **IGEOC (Série Teses e Monografias) nº 14**.
- AMORIM FILHO, O. B. (1996) "Topofilia, Topofobia e Topocídio em Minas Gerais". *In*: DEL RIO, Vicente & OLIVEIRA, Lívia de (orgs.). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Carlos: Ed. da UFSCar.
- ARRUDA, R.S.V. (1997) "Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação". *In*: **Anais do primeiro Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**. v.1:262-276.
- ASSOCIAÇÃO ECO JURÉIA (2003) Publicidade da Associação Eco Juréia. *In*: **Jornal da Juréia**. Ano III, nº10 - Janeiro, Fevereiro, Março, p.4.
- AYROSA, P. (1934) "Muchirão". *In*: **Revista do Arquivo Municipal, vol.II**. São Paulo: 49-55.
- BACHELARD, Gaston [1957] (2000) **A poética do espaço**. São Paulo: Ed. Martins Fontes.
- BLEY, Lineu (1982) "Percepção do espaço urbano: o centro de Curitiba". Dissertação de Mestrado, UNESP, Rio Claro, Instituto de Geociências.
- _____ (1990) "Morretes: estudo da paisagem valorizada". Tese de Doutorado, Instituto de Geociências e Ciências Exatas-UNESP, Rio Claro.
- _____ (1996) "Morretes: um estudo de Paisagem Valorizada". *In*: DEL RIO, Vicente & OLIVEIRA, Lívia de (orgs.). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Carlos: Ed. da UFSCar.
- BOCKERMAN, W. (1991) **A fauna da Mata Atlântica - Anfíbios**. (mimeo).
- BRASIL (1941) **Decreto-Lei nº3.365**, de 21 de junho de 1941. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.
- BRASIL (1980) **Decreto nº84.771**, de 04 de junho de 1980. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela NUCLEBRÁS, as áreas que menciona.
- BRASIL (1980) **Decreto nº84.973**, de 29 de julho de 1980. Dispõe sobre a co-localização de Estações Ecológicas e Usinas Nucleares.
- BRASIL (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado.
- BRASIL (2000) **Lei nº9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
- BRASÍLIA (2002) **Biodiversidade Brasileira: avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros**. Brasília: MMA/SBF.
- BRITO, Maria Cecília Wey de (1995) "Unidades de Conservação: intenção e resultados". Dissertação de Mestrado, PROCAM-USP, São Paulo.

- BROTHERTON, D.I. (1975) "The development and management of country parks in England and Wales." **Biological Conservation**. Nº 7: 171-84.
- BROWN JR., K.S. & AB 'SABER, A.N. (1979) "Ice age forest refuges and evolution in the neotropics: correlation of paleoclimatological. Geomorphological and pedological data with modern biological endemism. *In: Paleoclimas*, 5: 1-30.
- CALI, Plácido (2004) "Paisagens da Juréia: estudo interdisciplinar sobre o povoamento do litoral sul paulista. *In: DIEGUES, A. C. S. (org.). Enciclopédia Caiçara. Vol 1: O olhar do pesquisador*. São Paulo: Ed. Hucitec / NUPAUB/ Centro de Estudos Caiçaras.
- CAMPOS, Simone Vieira de (2001) "Mudanças sociais e conservação ambiental na Estação Ecológica da Juréia-Itatins: o caso do Despraiado". Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia-UNICAMP, Campinas.
- CANDIDO, Antonio (1964) **Os parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meio de vida**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, Coleção Documentos Brasileiros, nº118.
- CANELADA, G.V.M. & JOVCHELEVICH, P. (1992) "Manejo agroflorestal das populações tradicionais na Estação Ecológica Juréia-Itatins". *In: Anais Revista Instituto Florestal*. São Paulo, v.3:913-920.
- CARVALHAES, Mariana Aparecida (1997) "Florística e estrutura de mata sobre restinga na Juréia, Iguape, SP". Dissertação de Mestrado, Instituto de Biociências-USP, São Paulo.
- CASTELLO, Lineu (1996) "A Percepção em análises ambientais: o projeto MAB/UNESCO em Porto Alegre". *In: DEL RIO, Vicente & OLIVEIRA, Livia de (orgs.). Percepção Ambiental: a experiência brasileira*. São Carlos: Ed. da UFSCar.
- CERASI, Maurice (1970) **La lectura del ambiente**. Bueno Aires: Ed. Infinito.
- CHAUÍ, Marilena (1984) "Merleau-Ponty: vida e obra". *In: Os Pensadores, (vol. 41): Merleau-Ponty*. São Paulo: Abril Cultural.
- _____ (1988) "Janela da alma, espelho do mundo". *In: NOVAES, Adauto (org.). O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____ (1995) **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 3ªed.
- COIMBRA, J.S. (1990) "Morfogênese pluvial em vertentes do maciço litorâneo da Juréia, Iguape-SP". Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia-USP, São Paulo.
- COLLOT, Michell (1986) "Points de vue sur la perception des paysages". *In: L'Espace Géographique*, nº3: 211-217.
- CUNHA, L.H.O. & ROUGEULLE, M.D. (1989) "Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: convivência e conflitos - o caso de Guaraqueçaba (Paraná)". *In: Série: estudos de caso nº2*. São Paulo: Pró-Reitoria de Pesquisa da USP/UICN/Fundação Ford.
- DARDEL, Eric (1952) **L'Homme et la Terre: Nature de la Réalité Geographique**. Paris: Presses Universitaires de France.
- DARTIGUES, André (1971) **O que é fenomenologia?** Rio de Janeiro: Ed. Eldorado.

- DAVENPORT, Lisa & RAO, Madhu (2002) "A história da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro". In: TERBORGH, John; SCHAIK, Carel van; DAVENPORT, Lisa; RAO, Madhu (orgs.). **Tornando os Parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Ed. Da UFPR/Fundação O Boticário.
- DEAN, Warren (1997) **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras.
- DEL RIO, Vicente & OLIVEIRA, Lívia de (1996) "Apresentação". In: DEL RIO, Vicente & OLIVEIRA, Lívia de (orgs.). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Carlos: Ed. da UFSCar.
- DEL RIO, Vicente (1991) "Desenho urbano e revitalização na área portuária do Rio de Janeiro: a contribuição do estudo da Percepção Ambiental". Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-USP, São Paulo.
- _____ (1996) "Cidade da mente, cidade real: percepção ambiental e revitalização da área portuária do Rio de Janeiro". In: DEL RIO, Vicente & OLIVEIRA, Lívia de (orgs.). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Carlos: Ed. da UFSCar.
- DIEGUES, Antonio Carlos (1994) **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas em Áreas Úmidas do Brasil (Nupaub).
- DIEGUES, Antonio Carlos & NOGARA, E. (1994) **O nosso lugar virou parque**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas em Áreas Úmidas do Brasil (Nupaub).
- DIEGUES, Antonio Carlos & VIANA, Virgílio (orgs.) (2000) **Etnoconservação - novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Ed. Hucitec.
- DURKHEIM, Émile (1968) **Las formas elementales de vida religiosa**. Buenos Aires: Ed. Schapire.
- FERREIRA, Carolina Peixoto (1999) "Atividade agrícola na Estação Ecológica de Juréia-Itatins: sucessão e regeneração na vegetação de restinga". Monografia, Departamento de Geografia-USP, São Paulo.
- FERREIRA, Solange Terezinha de Lima (1990) "A percepção geográfica da paisagem dos Gerais no 'Grande Sertão: Veredas'". Dissertação de Mestrado, Instituto de Geociências e Ciências Exatas-UNESP, Rio Claro, 1990.
- FREIXÊDAS, V.M. (1995) "Evolução das práticas de manejo de recursos naturais: um estudo de caso da comunidade "Costão do Despraiado", Estação Ecológica Juréia-Itatins - EEJI". Monografia, Escola Superior de Agricultura "Luís de Queiroz"-USP, Piracicaba.
- FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA & FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER (1994) **Relato do laboratório ambiental para imprensa realizado no Vale do Ribeira**. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica/Fundação Konrad Adenauer.
- FURLAN, Sueli Angelo (2000) "Lugar e cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental (situação do Parque Estadual da Ilhabela na ilha de São Sebastião)". Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, USP, São Paulo.
- FVA (Fundação Vitória Amazônica) (1998) **A gênese de um plano de manejo: o caso do Parque Nacional do Jaú**. Manaus. FVA/Fundação Ford.
- GODARD, Olivier (1997) "A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação". In: VIEIRA, P.F. & WEBER, J. (org.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Ed.Cortez.

- GUIMARÃES, Solange Terezinha de Lima (2003) **Percepção Ambiental e Recursos Paisagísticos: disciplina de mestrado oferecida pelo Instituto de Geociências e Ciências Exatas-UNESP, Rio Claro entre 10 de março e 30 de junho de 2003**. Transcrição de fitas gravadas nas aulas e cópias em cds feitas por Carolina Peixoto Ferreira.
- HAESBAERT, Rogério (2002) **Territórios alternativos**. Niterói: Ed. da Universidade Federal Fluminense; São Paulo: Ed. Contexto.
- HANNIGAN, J. (1995) **Environmental Sociology**. London: Routledge.
- HOLZER, Werther (1999) "O lugar na Geografia Humanista". *In: Território*. Rio de Janeiro, ano IV, n°7 (jul./dez.): 67-77.
- IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas (1981) "Mapa geomorfológico do Estado de São Paulo". *In: IPT (Monografias)5*. Escala 1:1.000.000, p.1-126.
- JESUS, Teresinha Pereira de (1993) "Caracterização perceptiva da Estação Ecológica de Jataí (Luiz Antônio, SP) por diferentes grupos sócio-culturais de interação". Tese de Doutorado, UFSCar, Programa de Pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais, São Carlos.
- KANIDE, Edna Hiroe Niguita & PEREIRA, Tereza Cristina Rodrigues Epitácio (coords.) (1998) **Patrimônio Cultural Paulista: CONDEPHAAT, Bens Tombados 1968-1998**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.
- KIRK, William (1951) "Historical Geography and the Concept of the Behavior Environment". *In: Indian Geographical Journal*. N° 25.
- KOSIC, Karel (1967) **Dialéctica de lo concreto**. México: Grijalbo.
- LACOSTE-DUJARDIN, C. (1977) "A relação de inquérito". *In: Revista Hérodote - stratégies géographies idéologies*. Paris, n°8.
- LEONEL, Mauro (1998) **A morte social dos rios**. São Paulo: Ed. Perspectiva/Instituto de Antropologia e Meio Ambiente/FAPESP.
- LEPSCH, I.F. (1993) **Solos: formação e conservação**. São Paulo: Ed. Melhoramentos.
- LIMA, Solange Terezinha de (1996) "Paisagens & Ciganos". Tese de Doutorado, Instituto de Geociências e Ciências Exatas-UNESP, Rio Claro.
- LOWENTAL, David (1961) "Geography, Experience and Imagination: Towards and Geographical Epistemology". *In: Annals of the Association of American Geographers*. N° 51.
- LYNCH, Kevin [1960] (1980) **Imagem da cidade**. São Paulo: Ed. Livraria Martins Fontes (Trad. Maria Cristina T. Afonso).
- MACHADO, Lucy Marion Calderini Philadelpho (1988) "A Serra do Mar paulista: um estudo de paisagem valorizada". Tese de Doutorado, Instituto de Geociências e Ciências Exatas-UNESP, Rio Claro.
-
- (1996) "Paisagem valorizada: a Serra do mar como espaço e como lugar". *In: DEL RIO, Vicente & OLIVEIRA, Livia de (orgs.). Percepção Ambiental: a experiência brasileira*. São Carlos: Ed. da UFSCar.
- MAHFOUD, Miguel (1996) "Folia de Reis: Festa raiz ou experiência religiosa em comunidades da Estação Ecológica Juréia-Itatins na perspectiva da psicologia social fenomenológica". Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia-USP, São Paulo.
- MANTOVANI, Waldir (1993) "Estrutura e dinâmica da floresta atlântica na Juréia, Iguape, SP. Tese de Livre Docência, Instituto de Biociências-USP, São Paulo.

- MARCILIO, M.L. (1986) **Caiçara: terra e população**. São Paulo: Ed. Paulinas, CEDHAL.
- McCORMICK (1992) **Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- MELO, Teresa (2000) "A floresta, a mesa e as leis: espaços, comunicação e mudança cultural em comunidade tradicional da Estação Ecológica Juréia-Itatins". Dissertação de Mestrado, Escola de Comunicações e Artes-USP, São Paulo.
- MENDONÇA, A.L.F., CANELADA, G.V.M, JOVCHELEVICH, P. SANCHES, R.A. & RUSSO, R. (1993) **Levantamento etnobiológico na Estação Ecológica de Juréia-Itatins**. São Paulo, Relatório para a World Wildlife Fundation, Biodiversity Support Program.
- MERLEAU-PONTY, Maurice [1945] (1994) **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Ed. Martins Fontes.
- _____ [1964] (2000) **O Visível e o Invisível**. São Paulo: Ed. Martins Fontes.
- MONTEIRO, Allan R. Arantes (2002) "Depois do meio ambiente: mudança social em uma unidade de conservação ambiental". Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia, UNICAMP, Campinas.
- MORSELLO, Carla (2001) **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. São Paulo: Annablume: Fapesp.
- MOURÃO, Fernando (1971) "Os pescadores do litoral Sul do Estado de São Paulo". Tese de Doutorado em Ciências Humanas, USP, São Paulo.
- MUSSOLINI, Gioconda (1980) **Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, Coleção Estudos Brasileiros.
- NERI, Ana Carolina Abrão Neri (2004) "Conhecimento Tradicional e Percepção Ambiental da Comunidade de Caiçaras da Estação Ecológica de Juréia-Itatins/ SP. Monografia, Departamento de Hidrobiologia/Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - UFSC, São Carlos.
- NIMER, Edmon (1989) **Climatologia do Brasil**. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Geociências, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Série: Recursos Naturais e Meio Ambiente, n° 4.
- NUNES, Márcia (2003) "Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da Estação Ecológica Juréia-Itatins". Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, USP, São Paulo.
- NOVAES, Adauto (1988) "De olhos vendados". *In*: NOVAES, Adauto. (org.). **O Olhar**. São Paulo: Companhia das Letras.
- OLIVEIRA, Eliane Rita (1993) "Populações humanas na Estação Ecológica Juréia-Itatins". *In*: **Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, nº 10**. São Paulo: Núcleo de Pesquisa em Áreas Úmidas do Brasil (Nupaub).
- OLIVEIRA, Livia de (1977) "Contribuição dos estudos cognitivos à percepção geográfica". *In*: Geografia. São Paulo, 3(2):61-72.
- _____ (1996) "Percepção e Representação do Espaço Geográfico". *In*: DEL RIO, Vicente & OLIVEIRA, Livia de (orgs.). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Carlos: Ed. da UFSCar, pp.187-212.

- _____ (2001) "Percepção do meio ambiente e Geografia". In: **OLAM – Ciência & Tecnologia [arquivos de dados legíveis por máquina]. Vol. 1, nº 2.** Rio Claro: ALEPH Engenharia e Consultoria Ambiental.
- OLIVEIRA, Livia de & MACHADO, Lucy Marion Calderini Philadelpho (1998) **3º Encontro interdisciplinar sobre o estudo da paisagem: resumos.** Rio Claro: UNESP.
- OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom (eds.) (1996) **Dicionário do Pensamento Social do século XX.** Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar.
- PERUIBE TUR (2005) "Juréia, 15 anos depois, mantém contradições" Disponível em <<http://www.peruibe.tur.br/ecoturismo/estado.html>> Acesso em 28.01.05.
- PESSOA, Fernando Antônio Nogueira (1971) **Fernando Pessoa: seleção poética.** Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editora; Biblioteca Manancial em convênio com o Instituto Nacional do Livro-MEC.
- PIAGET, Jean (1969) **The mechanics of Perception.** Nova York: Basic Books.
- POR, F.D. (1986) "Stream type diversity in the Atlantic lowland of the Juréia area (Subtropical Brazil)". In: **Hydrobiologia.** nº 131, p.39-45.
- QUEIROZ NETO, J.P. de & OLIVEIRA, J.B. de (1964) **Solos do litoral.** Campinas, Instituto Agrônomo de Campinas, Seção de Agrogeologia.
- QUEIROZ, M.I.P. (1973) **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil.** Petrópolis/São Paulo: Ed. Vozes/Edusp. Estudos Brasileiros vol.3.
- QUEIROZ, Ruben Caixeta de (1992) "Atores e retores da Juréia: idéias e práticas do ecologismo". Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas.
- RAMALHO & HAUSEN, J.E.P. (1975) **Projeto SUDELPA - Relatório final: geomorfologia.** São Paulo: Cia. de Pesquisa de Recursos Minerais, vol. XII.
- RAPOPORT, Amos (1983) **The meaning of the built environment.** Beverly Hills: Sage.
- RELPH, Edward (1979) "As bases fenomenológicas da Geografia". In: **Geografia.** São Paulo, 7(4):1-25 (Trad. Herbert Silvio Augusto Pinho Halbsgut).
- RODRIGUES, Carmem Lúcia (2001a) "Limites do consenso: territórios polissêmicos na mata atlântica e a gestão ambiental participativa". Tese de Doutorado, Departamento de Geografia-USP, São Paulo.
- RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos (2001b) "Representações da paisagem do Parque Nacional da Serra da Canastra-MG: o olhar do viajante, da população local e do geógrafo". Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia-USP, São Paulo.
- RUNTE, A. (1979) **National Parks: the American experience.** Lincoln and London: University of Nebraska Press.
- RURAL NET (2005) "Turismo clandestino chega ao Rio Verde". Disponível em: <<http://www.ruralnet.com.br/meioambiente/default.asp?noticia=1517>> Acesso em 28.01.05.
- _____ (2005) "Trilha do Imperador e Grupo de Intervenções e Educação Ambiental". Disponível em <<http://www.ruralnet.com.br/meioambiente/default.asp?noticia=1552>> Acesso em 28.01.05.

- SANCHES, R.A. (1997) "Caiçaras e a Estação Ecológica de Juréia-Itatins, litoral sul, SP. Uma abordagem etnográfica e ecológica para o estudo da relação homem - meio ambiente". Dissertação de Mestrado, Instituto de Biociências-USP, São Paulo.
- SANTOS, J.E. *et alli* (1996) "Caracterização perceptiva da Estação Ecológica de Jataí (Luiz Antônio,SP) por diferentes grupos sócio-econômicos de interação". *In: Anais do VII Seminário Regional de Ecologia*. São Carlos, v.II:309-353.
- SANTOS, Milton Almeida dos (1988) "O espaço geográfico como categoria filosófica". *In: Terra Livre 5 - O espaço em questão*. São Paulo: 9-20.
- _____ (1996) **A natureza do espaço – técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo: Ed. Hucitec.
- SÃO PAULO (1986) **Decreto nº24.646**, de 20 de janeiro de 1986. Cria a Estação Ecológica de Juréia-Itatins e dá outras providências correlatas.
- SÃO PAULO (1987) **Lei nº5.649**, de 28 de abril de 1986. Cria a Estação Ecológica de Juréia-Itatins e dá outras providências.
- SÃO PAULO (1991a) **Cadastro Geral dos Ocupantes - E.E.J.I.**. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, Instituto Florestal, Divisão de Reservas e Parques Estaduais (relatório interno).
- SÃO PAULO (1991b) **Educação Ambiental e Unidades de Conservação e de Produção**. São Paulo, Governo de Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental.
- _____ (1995) **Desapropriações em Parques e Estações Ecológicas. Relatório elaborado por grupo de trabalho constituído pela Portaria D.G.-I.F. de 25.04.95**. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Informações Técnicas, Documentação e Pesquisa Ambiental, Instituto Florestal, Divisão de Reservas e Parques Estaduais.
- _____ (1996a) **Atlas das unidades de conservação ambiental do Estado de São Paulo: parte I - litoral**. São Paulo: Metalivros.
- _____ (1996b) **Macrozoneamento do Litoral Norte: Plano de Gerenciamento Costeiro**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente (série Documentos/SMA).
- _____ (1998a) **Regularização imobiliária de áreas protegidas**. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente e Procuradoria Geral do Estado, vol. 1 - Coletânea de Trabalhos Forenses, Relatórios Técnicos e Jurisprudência (Orgs: Paulo de M. Schwenck Jr. e Pedro U. E. de Azevedo).
- _____ (1998b) **Situação atual do uso e ocupação do território abrangido pela Estação Ecológica de Juréia-Itatins**. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, Instituto Florestal (relatório do grupo de trabalho, em atendimento à Portaria IF nº5 de 22.06.98 publicado no D.O.E. Seção I, 108 (118) de 24.06.98).
- SILVA, L.G.S. da. (1993) **Caiçaras e Jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil**. São Paulo: CEMAR/USP.
- SIVIERO, Simone de Oliveira (2002) "A institucionalização da conservação de floresta na mata atlântica: história e cotidiano da ação na EEJI". Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, UNICAMP, Campinas.
- SOUZA, M.J.L. de (1995) "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento". *In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C. & CORRÊA, R.L. (org.). Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil.

- SUGUIO, K. & MARTIN, L. (1978) "Formações quaternárias marinhas do litoral paulista e sul fluminense". *In: Int. Symp. on coastal evol. int the quaternary*. São Paulo (Publicação Especial,1).
- TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira & RABINOVICH, Elaine Pedreira (2003) "Perspectivas da Psicologia Ambiental". *In: Estudos de Psicologia, vol.8, n°2*. Natal:339-340.
- THOMAS, Keith (2001) **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras.
- TOFFOLI, D.D.G. (1996) "Roça caiçara: uma abordagem etnoecológica de um sistema agrícola de herança indígena". Monografia, Departamento de Geografia e Meio Ambiente-PUC, Rio de Janeiro.
- TUAN, Yi-Fu (1980) **Topofilia – um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do meio ambiente**. São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. Difel (Trad. Lívia de Oliveira).
- _____ (1983) **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Ed. Difel.
- UICN (1988) **From Strategy to Action**. Gland.
- UICN (1994) **Directrices para las Categorías de Manejo de Areas Protegidas**. Gland.
- VIANNA, L.P. (1996) "Considerações críticas sobre a construção da idéia de população tradicional no contexto das unidades de conservação". Dissertação de Mestrado, Instituto de Biociências-USP, São Paulo.
- WCED (1998) **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- WHYTE, A. (1977) **Guidelines for field studies in Environmental Perception**. Technical Notes 5. Paris: UNESCO.

APÊNDICES

CARTA ENVIADA POR E-MAIL AOS FUNCIONÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO, ENTIDADES DA
SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA E PESQUISADORES

Caro (a) _____ :

Sou geógrafa e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo.

Estou desenvolvendo pesquisa sobre "Percepção Ambiental na EEJI". Intento evidenciar as relações com o meio ambiente bem como sua valoração e atitudes por parte de cinco grupos sócio-culturais que interagem nesta unidade de conservação, seja residindo (moradores), seja administrando (administração/funcionários), sendo fiscalizando (guarda-parques/funcionários), propondo projetos (entidades da sociedade civil organizada) ou pesquisando (pesquisadores).

O projeto pretende verificar se os conflitos sociais decorrentes da proibição jurídica frente à ocupação humana no interior de uma área natural protegida de uso restrito têm correlações com as diferentes percepções ambientais desses distintos grupos sociais que atuam neste território.

Envio-lhes um questionário, com o qual, acredito, consiga obter as informações necessárias ao cumprimento de minha pesquisa.

Agradeceria imensamente se pudesse responder este questionário e remetê-lo a mim por e-mail (carrolpeixoto@ig.com.br) ou por correio:

Carolina Peixoto Ferreira
Rua Queluzita 53
Butantã
São Paulo - SP
CEP 05578-060

Sinta-se a vontade em fazer colocações além dos assuntos abordados nas perguntas, bem como em não responder perguntas que porventura possa não se sentir confortável em responder.

Tive acesso a seu endereço através da administração da EEJI em julho de 2003.

O número de meu processo na Comissão Técnica Científica (COTEC) do Instituto Florestal de São Paulo é 42.902/02. Caso queira obter maiores informações sobre minha pesquisa ligue para (11) 3721 7563.

Muito obrigado, Carolina.

Universidade de São Paulo
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL
PROJETO DE PESQUISA: PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE JURÉIA-ITATINS

QUESTIONÁRIO FUNCIONÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO E GUARDA-PARQUES
--

DATA:

1.

Nome do entrevistado:

Idade:

Endereço:

Naturalidade:

Escolaridade: Ensino Fundamental: () completo () incompleto

 Ensino Médio: () completo () incompleto

 Ensino Superior: () completo () incompleto

 Curso de graduação:

Ocupação/profissão:

Há quanto tempo é funcionário da EEJI:

2.

1. O que é a EEJI para você?
2. Para você como é a EEJI? Como você descreveria a EEJI?
3. Para você até onde vai a EEJI?
4. Para o quê serve a EEJI?

3.

1. Como você cuidaria da EEJI?
2. Quem deve cuidar da EEJI?

4. Com relação à Natureza:

1. Diga de que você gosta e de que você não gosta na EEJI.
2. Para você qual é o elemento natural de maior valor (o rio, a mata, as montanhas, etc...)?
3. Tem algum lugar sagrado? Alguma assombração? (pergunta feita apenas para os Guarda-parques).

Universidade de São Paulo
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL
PROJETO DE PESQUISA: PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE JURÉIA-ITATINS

QUESTIONÁRIO ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

DATA:

1.

Nome da Instituição:

Endereço:

Ano de início das atividades:

Área em que atua:

Área em que atua na EEJI:

Há quanto tempo desenvolve trabalhos na EEJI:

2.

Nome do entrevistado:

Idade:

Naturalidade:

Escolaridade: Ensino Fundamental: () completo () incompleto

 Ensino Médio: () completo () incompleto

 Ensino Superior: () completo () incompleto

 Curso de graduação:

Ocupação/profissão:

Há quanto tempo desenvolve trabalhos na EEJI:

3.

5. O que é a EEJI para você?
6. Para você como é a EEJI? Como você descreveria a EEJI?
7. Para você até onde vai a EEJI?
8. Para o quê serve a EEJI?

4.

3. Como você cuidaria da EEJI?
4. Quem deve cuidar da EEJI?

5. Com relação à Natureza:

4. Diga de que você gosta e de que você não gosta na EEJI.
5. Para você qual é o elemento natural de maior valor? (o rio, a mata, as montanhas, etc...)?

Universidade de São Paulo
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL
PROJETO DE PESQUISA: PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE JURÉIA-ITATINS

QUESTIONÁRIO PESQUISADORES

DATA:

1.

Nome do entrevistado:

Idade:

Endereço:

Naturalidade:

Escolaridade: Ensino Fundamental: () completo () incompleto

Ensino Médio: () completo () incompleto

Ensino Superior: () completo () incompleto

Curso de graduação:

Instituição de ensino:

Área de conhecimento (exatas, humanas, biológicas):

Título da pesquisa:

Início e término da pesquisa/ tempo de duração da pesquisa:

Já fez pesquisas anteriores na EEJI? (se sim) Qual o título e em que período?

Ocupação/profissão:

2.

9. O que é a EEJI para você?

10. Para você como é a EEJI? Como você descreveria a EEJI?

11. Para você até onde vai a EEJI?

12. Para o quê serve a EEJI?

3.

5. Como você cuidaria da EEJI?

6. Quem deve cuidar da EEJI?

4. Com relação à Natureza:

6. Diga de que você gosta e de que você não gosta na EEJI.

7. Para você qual é o elemento natural de maior valor (o rio, a mata, as montanhas, etc...)?

Universidade de São Paulo
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL
PROJETO DE PESQUISA: PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE JURÉIA-ITATINS

QUESTIONÁRIO MORADORES

DATA:

1.

Nome do entrevistado:

Idade:

Endereço:

Naturalidade:

Escolaridade: Ensino Fundamental: () completo () incompleto

 Ensino Médio: () completo () incompleto

 Ensino Superior: () completo () incompleto

 Curso de graduação:

Ocupação/profissão:

Tempo de residência:

Avós/pais já moravam aqui?

2.

13. O que é a EEJI para você?

14. Para você como é a EEJI? Como você descreveria a EEJI?

15. Para você até onde vai a EEJI?

16. Para o quê serve a EEJI?

3.

7. Como você cuidaria da EEJI?

8. Quem deve cuidar da EEJI?

4. Com relação à Natureza:

8. Diga de que você gosta e de que você não gosta na EEJI.

9. Para você qual é o elemento natural de maior valor?

10. Tem algum lugar sagrado? Alguma assombração?

11. Você pretende mudar para outro local? Por que?

RESPOSTAS SOBRE SIGNIFICADOS

O QUE É A EEJI PARA VOCÊ?

Identificação das Entidades da Sociedade Civil Organizada:
(1) Associação Eco Juréia; (2) União dos Moradores da Juréia; (3) Mongue; (4) Associação dos Monitores Ambientais de Peruíbe; (5) Coati-Juréia

ADMINISTRAÇÃO

- (1) Meu trabalho, também um local especial que deve ser preservado/conservado para as futuras gerações como vem ocorrendo em algumas comunidades na EEJI. A EEJI é o último reduto de mata atlântica primitiva e talvez a mais rica biodiversidade do Brasil.
- (2) Uma Unidade de Conservação, de caráter restritivo, e de muita importância para futuras gerações.
- (3) Uma UC na região de domínio da mata atlântica, de precioso valor ambiental para o Estado de S. Paulo, que merece investimentos significativos para ser conservada. Deve ser utilizada como uma área “testemunha” e subsidiar o desenvolvimento de novos modelos de gestão das áreas naturais e de desenvolvimento regional.
- (4) Uma Unidade de Conservação do Estado de São Paulo representa um dos últimos remanescentes da Mata Atlântica, um bioma com importância mundial.
- (5) É uma unidade de conservação do Estado de São Paulo de uso restrito para pesquisa e educação ambiental.

GUARDA-PARQUES

- (1) É um jeito de se preservar a natureza para as gerações futuras.
- (2) É uma área de preservação, de criação de animais, das matas, dos peixes e da fauna.
- (3) A Estação Ecológica é uma área de reserva, reserva ecológica.
- (4) É uma unidade de conservação destinada só à pesquisa e à educação ambiental.
- (5) Não sei.
- (6) É uma unidade de conservação integral que tem como objetivo básico à educação ambiental, a pesquisa e a ciência. A preservação da biodiversidade, a vida de uma forma integral.

ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

- (1) A EEJI é o último reduto de mata atlântica primitiva e talvez a mais rica biodiversidade do Brasil.
- (2) Uma área com muita incoerência e injustiças.
- (3) A Estação Ecológica da Juréia-Itatins foi criada em 1986, após um longo processo de mobilização da opinião pública, que reagiu contra a instalação de usinas nucleares e loteamentos na região. Desde então, tem sido objeto de demandas legais que tentam preservar aos mais variados interesses. Pode se dizer que a EEJI cumpriu seu papel inicial preservacionista. Porém, com o passar dos anos, e lá se vão 18 longos anos, tornou-se, graças a lamentável administração do IF, uma imensa repartição pública a céu aberto onde convivem, num estado de sublimação, caçadores, palmiteiros, pesquisadores, índios, moradores “bons”, moradores maus, guardas-parque “bons”, guardas-parque “maus”, turistas,

muitos turistas, ongs boas e más e um escritório com uma cadeira estofada onde habita um ser alheio a tudo isto que finge que administra este caos.

- (4) Uma região aonde ainda vive a vida.
- (5) Remanescente de mata atlântica com inigualáveis valores socioambientais (etnoconhecimentos e biodiversidade).

PESQUISADORES

- (1) Uma área legalmente protegida destinada à preservação da natureza e das tradições das comunidades locais (embora tal categoria de manejo obrigue a desapropriação dos moradores locais) e à realização de pesquisas que ofereçam subsídios para a gestão e implementação efetiva da área.
- (2) A EEJI representa um espaço de conservação da natureza e da cultura tradicional, presente em algumas comunidades locais.
- (3) Um paraíso ecológico.
- (4) Para mim a EEJI é, primordialmente, uma das mais importantes reservas de Mata Atlântica do Estado de São Paulo. Além disso, oferece um campo quase que ilimitado de oportunidades para que pesquisadores de diversas áreas (biologia, ecologia, educação, etc.) desenvolvam pesquisas.
- (5) Uma área de proteção sem igual.
- (6) Uma Unidade de Conservação onde residem várias famílias caiçaras da região de Iguape e Peruíbe.
- (7) Área de Preservação protegida por lei estadual.
- (8) A EEJI representa um lugar preservado, que apresenta grande diversidade biológica; também representa um local belíssimo e importante área de moradia de comunidades tradicionais.
- (9) A EEJI é uma unidade de proteção integral que abriga populações tradicionais no seu interior. Ela possui grande importância histórica-cultural, uma vez que ao longo do tempo, sempre teve populações residindo na região que hoje é a EEJI.

MORADORES

- (1) Juréia é uma parte. Tem o Grajaúna, o rio Verde, são separados. Juréia é do maciço para Iguape.
- (2) Antigamente a Juréia era do morro do Vadico para lá [Iguape]. A estação ecológica é no rio Verde.
- (3) Não posso lhe explicar porque Juréia não é aqui. A Juréia hoje está dentro de Peruíbe, mas é mentira. Juréia é a praia da Juréia, do rio Verde para lá. O que é a estação ecológica? Não posso explicar porque não sei, não tem nada nela. Eles dizem que aqui faz parte mas não faz. Falam da estação ecológica da Juréia e põem o Guaraú, o Una; Isso aqui não é estação ecológica. Para lá da cachoeira grande que passa no morro do rio Verde.
- (4) A gente se controla depois que entrou a estação ecológica. Eu não sei.
- (5) É muito importante porque antes não era como é agora.
- (6) É tudo. Sou empregado, funcionário. Antes não tinha o meio ambiente.
- (7) Sinceramente, eu trabalho há cinco anos com eles. Tenho bastantes amigos. É uma área que é proibida, não pode fazer nada dentro da área. A Juréia é uma área que o pessoal gostava de

plantar, não tinha proibição nenhuma. Eu acho que quem mora dentro da área devia ter ordem para plantar, caçar o bichinho para sobrevivência.

- (8) É uma área de preservação permanente, mas devido às faltas de condições de estrutura para os funcionários, eu acho que esse negocio de preservação é para mais tarde abrir multinacionais.
- (9) Uma hora falam que não pode ter morador, não pode ter nada que é para preservar, mas eu acho que isso foi um atraso de vida porque se você for procurar caça não acha. Proteção é só no nome.
- (10) Eu acho gostoso preservar a natureza, as praias; e a natureza eu acho que temos que manter ela firme, que não se acabe.
- (11) É um lugar que entra todo mundo de fora, faz o que quer na mata, vai embora, e quem mora não pode fazer nada. Não por falta de fiscalização do órgão competente que no caso seria a Secretaria do Meio Ambiente. Eles tentam fazer o que eles podem mas eles não tem tanto recurso.
- (12) Não sei. De uma parte foi melhor que o povo deixou de caçar.
- (13) A estação seria para nós uma coisa elogiável morar aqui dentro, mas se a gente recebesse um trato que fosse necessário e o que o meio ambiente promete. Eles prometem vida boa, liberta, quando aqui é tudo o contrário. Já morreram oito pessoas aqui de enfarte. Uma pessoa de idade às vezes não está preparada para receber um choque. O meio ambiente não teve nem educação para preparar a pessoa para falar, falaram seco. Eles não explicaram direito o que é essa estação mas pelo o que a gente pega, isso aqui se torna um pulmão, não só do Brasil mas também do mundo, porque a devastação da natureza está bárbara e o que está sobrando de natureza é pouco então eles querem segurar esse pouquinho que tem. Quando vieram as promessas que eu falei, dizem que nós íamos ter toda a liberdade. Eles iam dar banheiro, cesta básica, iam dar tudo..., deram foi chicote nas costas da gente porque nós não temos o direito de cortar uma árvore, nós não temos o direito de fazer uma roça, isso aí foi o que eles deram para nós, e inclusive andaram aqui dentro até revistando geladeira para ver se a pessoa tinha caça. Derrubou gente doente da cama para examinar debaixo do colchão. Por isso que eu estou falando, é melhor a gente rir!
- (14) É uma estação ecológica que tem que ser preservada, estão tentando preservar. Antigamente queriam esbargar, desmatar bastante e hoje em dia fazemos a roça menor.
- (15) Você não sabe o que é parte ecológica? A parte ecológica você não pode plantar, não pode derrubar muito pau, não pode matar bicho nenhum. Esse negócio aqui, se fosse bem administrado, mas não tem ninguém trabalhando aqui... porque aí caça gente de dia e de noite, gente de todo lugar, Itanhaém, Peruíbe, e ninguém abre o bico porque se você também usa não pode abrir a boca para falar do outro. Igual eu tenho uma bolinha de mato que eu tomo conta, está cheio de bichinho aí, daqui a pouco veio uma porção de gente e é tiro de lá para cá, há um tempo atrás não dava nem mais para dormir, era só tiro de garrucha. Cachorro eu já perdi cinco no laço.
- (16) É uma lei do deputado Paulo de Lauro. Criada para ninguém mexer em nada, aqui não pode morar ninguém, estamos morando aqui porque não indenizaram.
- (17) No começo eu achava que era cruel para o povo porque não podia derrubar a mata, caçar, mas depois eu fui ver que foi bom porque preservou muito coisa aqui, parou caçador, palmitreiro, ainda tem mas agora está mais calmo. Agora o pessoal já teme um pouco.

Quando eu era pequena eu lembro do pessoal que vinha com cachorro para caçar. Era muita gente. De qualquer forma até que foi bom porque você fica num paraíso, tem pouca gente.

- (18) A estação ecológica para mim é muito importante. É uma unidade de conservação e a gente entende o por quê da criação dela. Os moradores não são contra a estação ecológica mas à forma como foi administrada depois que foi implantada, sem planejamento com os moradores, e isso deu muito confronto entre os caiçaras e a polícia.
- (19) É uma área de educação ambiental, pesquisa.
- (20) É para preservar. Preservar é importante só que com limite. Do jeito que eles querem preservar que não deixa o pessoal morar... trabalhar não dá.
- (21) A estação ecológica é importante hoje pela preservação porque acho essencial preservar mas a maneira que ela foi feita eu não concordo porque ela foi planejada em gabinete sem uma visita prévia, sem uma pesquisa, e veio de cima para baixo. Fizeram as divisas com uma foto aérea. Projeto do deputado estadual Rubens de Lara em 82 e em 86 foi aprovado. A necessidade de preservar é importante mas o governo não assume a responsabilidade da preservação. Eles estão generalizando tudo, priorizando os animais e privando as pessoas de seus direitos básicos e naturais.

PARA VOCÊ, COMO É A EEJI? COMO VOCÊ A DESCREVERIA?

ADMINISTRAÇÃO

- (1) Uma Unidade de Conservação de uso restrito, problemática pôr sua ocupação e pressões existentes.
- (2) Ainda é um emaranhado, faltando critérios institucionais de aspectos gerais e específicos.
- (3) Uma UC que apresenta os mais diversos tipos de problemas e de complexo gerenciamento. Apresenta um território expressivo de aproximadamente 80.000 hectares com rica biodiversidade, uma alta vulnerabilidade devido a sua localização próxima a grandes centros urbanos e facilidades de acesso, e grandes áreas no litoral que estimulam o processo acelerado de ocupação e da especulação imobiliária. A UC é considerada pela população do entorno como uma das grandes alternativas para desenvolvimento econômico da região o que dificulta um trabalho de conservação especialmente se considerado as restrições legais de uso impostas pela categoria de UC.
- (4) Uma Unidade em constante implantação, com muitos problemas a serem resolvidos, sofre os reflexos da falta de recurso do Estado, como outras unidades também sofrem.
- (5) Para mim a EEJI é uma área somente para conservação.

GUARDA-PARQUES

- (1) É um lugar até bem preservado perto de outros por aí. Tem desmatamento dos palmitos e temos muito trabalho para combater os palmiteiros.
- (2) É uma área cheia de problemas com muitas montanhas que a gente tem que transpor de um lado para o outro. Tem muita água. Um lugar aonde estão cortando muito palmito.
- (3) É uma área com muita mata, bicho, cachoeira, tem praia dentro, praia que não é freqüentada, praia do Parnapuã, Brava, Juquiazinho, não são freqüentadas por turista ainda.
- (4) É uma área fechada à visitação que só pode ter pesquisa e educação ambiental.

- (5) É uma área que tem animais, pássaros.
- (6) É uma unidade de conservação que tem toda uma complexidade porque se tomarmos como base a legislação e os fins que ela se destina ela é complexa porque o turismo e as construções são vedados na estação ecológica e no interior dela ocorre de tudo.

ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

- (1) A EEJI é um reduto de preservação ambiental, que fez parte da História do Brasil e resultado da decadência econômica a partir de meados do século XIX, que caracterizou a pobreza da região. – A Juréia é uma ilha da fantasia, é um paraíso perdido no processo de devastação que assola a humanidade.
- (2) Uma região cheia de riquezas naturais e culturais. Descrição idem a resposta da pergunta 1.
- (3) É um decreto governamental que se sustenta graças ao aumento compreensão da importância de preservação ao meio ambiente e ao temor das leis ambientais. A dificuldade de acesso e a abnegação de alguns funcionários também ajudam. Ecologicamente é um santuário ameaçado. Usando uma adaptação das palavras da atual diretora do IF – Maria Cecília Wey de Brito – É uma ficção-jurídico-ambiental. A implantação da Estação Ecológica em nossa região trouxe problemas de ordem social que colaboram, por mais incrível que possa parecer, para degradar ou impactar o meio ambiente. Aconteceu nesta região o que normalmente acontece quando ocorre uma substituição. Por exemplo, a pecuária passando a ocupar o lugar da atividade econômica de uma área com tradição de prática de agricultura ou extrativismo vegetal. Nossa região há 17 anos foi premiada com a criação da Estação Ecológica da Juréia-Itatins. O que parecia ser um presente está se tornando um pesadelo, pois as restrições impostas pela legislação fizeram com que os moradores tradicionais, impedidos de continuar suas atividades de subsistência fossem, aos poucos, sendo desalojados de suas terras e empurrados para periferia de cidades da região, onde vivem de pequenos trabalhos. Esta mudança causou um impacto cultural imenso chegando praticamente a acabar com núcleos como a Cachoeira do Guilherme, um local importante culturalmente que teve sua cultura, única na região, totalmente massacrada. Porém, estes moradores, na esperança de um dia serem indenizados, ou voltarem para suas casas ainda mantêm um certo vínculo. Alguns se tornaram quase turistas, pois já totalmente “aculturados” voltam com bebidas e amigos para passarem o fim de semana e usufruírem as maravilhosas cachoeiras e belezas naturais.
- (4) Um ambiente natural único.
- (5) A EEJI é uma região com quase 80.000 hectares, com grande riqueza natural e cultural que não teve o devido reconhecimento quanto à sua preocupação no seu ordenamento adequado (Comunidades Tradicionais, Planos de Manejo, fiscalização, etc.), gerando conflitos principalmente pela falta de atuação governamental (município/estadual/federal).

PESQUISADORES

- (1) Tenho uma visão muito parcial da EEJI. Realizei algumas visitas à unidade nas quais pude detectar deficiências e dificuldades na gestão, pobreza e más condições de vida, desarticulação entre agentes sociais, esvaziamento/ subaproveitamento da cultura local. Tudo isso em meio a uma paisagem de beleza e biodiversidade únicas. Durante a minha

pesquisava muitas pessoas e absorvi um pouco de cada um desses relatos, mas apenas uma maior vivência me possibilitaria uma descrição clara e correta da EEJI.

- (2) Um lugar preservado nos aspectos naturais e culturais, com uma riqueza de fauna, flora, tradições, recursos hídricos, e geológicos. Apesar de tanta beleza podemos constatar o conflito imposto pela legislação ambiental à presença humana em seu interior.
- (3) Um oásis verde.
- (4) Eu vejo a EEJI como algo de extrema beleza cênica, que deve ser preservado a qualquer custo, ao meu ver tem uma administração razoável e sofre com compra e venda de lotes que não foram ainda desapropriados de sua área. A EEJI deveria ser uma reserva sem propriedades particulares, como prevê o SNUC, com a entrada de visitantes controlada para amenizar impactos ambientais.
- (5) [Não respondeu].
- (6) Uma grande reserva ambiental, compartilhada entre seus defensores e seus integrantes históricos, em permanente ameaça de destruição por aqueles que fazem o poder instituído, o avanço imobiliário.
- (7) Parque natural.
- (8) A Juréia é uma área de Mata Atlântica bastante preservada, apresenta praias ainda desertas, rios cristalinos e cachoeiras. Abriga muitas espécies animais, como anta, cateto, queixada, serpentes, aves (tucanos, tié-sangue, saíras) e vegetais, como por exemplo, bromélias, samambaias, orquídeas, etc. É um lugar realmente muito bonito.
- (9) A EEJI encontra-se no domínio de Mata Atlântica, caracterizada por floresta ombrófila densa, com ecossistemas associados como restingas, dunas, matas de encosta, praias, costões rochosos e mangue. Representa um dos últimos remanescentes de mata atlântica não apenas do Estado de São Paulo, mas também do Brasil. O território brasileiro congrega mais de 10 % de toda a biodiversidade do planeta, sendo a Floresta Tropical Atlântica, genericamente chamada de Mata Atlântica, um dos ecossistemas mais ricos em biodiversidade do mundo.

MORADORES

- (1) É uma mata onde moravam os antigos. Moravam os tataravôs, passou para bisavô, avô, pai, mãe...; é um lugar de uma mata, tem muita mata de primeira e outras partes que são de capora, são mexidas. Não é que nem falaram lá fora que é uma mata de primeira, que não tinha ninguém. Muitas pessoas moravam aqui, viviam de caça, do marisco, do peixe.
- (2) Não tem nada. Tem mata. Antigamente tinha bastante caça, quati, tatu e hoje não tem mais. Antigamente a anta não vinha comer na roça, começou a fazer isso quando o Estado chegou. Nunca cerquei roça. Antigamente era o cateto, mas agora acabou.
- (3) Não sei dizer.
- (4) Aqui não pode fazer muita coisa porque é estação ecológica.
- (5) Muito bom. Antes não tinha carro para socorrer. Antes todo mundo era pobre, agora acho que todo mundo é rico.
- (6) Têm matas, animais, pássaros, palmito...
- (7) Eu queria que a estação ecológica atendesse o pessoal com carinho, amor. Tem bicho, tem mata.

- (8) Deveria ser intocada. Tem mata, cachoeira, praia, animais, pássaros. Não poderia dizer que está preservadíssima porque não está, tem palmitreiro. Não há condições de trabalho para entrar na mata.
- (9) Muita coisa não tem mais. A tradição caiçara acabou. A única coisa que tem são umas cachoeirinhas pequeninas. Eu tenho a região como briga de terra e não como estação ecológica. O negócio dos caras é expulsar quem mora. Não deixam os parentes passarem para visitar. Eles querem que todo mundo saia e aí fica como eles querem.
- (10) Têm poucos moradores. Têm bichos, plantas, só que tem que ser com paciência para olhar, mas tem muita coisa aqui dentro.
- (11) A estação é maravilhosa. Os moradores são brigados entre eles mas se unem quando precisa.
- (12) É bonita. Tem muita água, porque tem lugar que nem água tem para beber.
- (13) Eu ia disser que isso aqui é um presídio. Para mim é um presídio pois, veja bem, eu tenho aqui o terreno, não posso usar. A gente tem que usar escondido. Se você derrubar uma madeira é punido. Quer dizer então que eu tenho que roubar? Não posso sair porque eles me tomam a terra. Eles estão preparando isso, a gente abandonar e eles tomar. Nós tínhamos o dobro de população aqui dentro, a maioria já saiu. Você quase não vê mocidade, só estão os mais velhos que estão segurando a terra. Mas qualquer um que chegar aqui pega essas terras da gente porque não dá para suportar.
- (14) Têm cachoeiras, matas bonitas.
- (15) Tem um rio, rio da Forquilha, tem muitos riosinhos. Tinha que reservar essa natureza e não estragar porque eu acho que se não é direito para um não é direito para ninguém.
- (16) Os guardas proibem cultivar, não matar. A gente já não gosta muito porque proibem. Podiam liberar para plantar na capoeira, não na mata virgem. Fosse liberado para gente cultivar mas o povo fica preso sem poder cultivar.
- (17) A tranquilidade, lugar tranquilo, sem agitação em bom de se viver, não tenho como me queixar.
- (18) É um paraíso, para mim é. Por isso o morador, o caiçara sente quando falam que vão tirar daqui.
- (19) Tem muita coisa. Tem várias plantas medicinais, biodiversidade.
- (20) Tem cachoeira, caverna, mata, nascente.
- (21) Eu iria descrever que aqui hoje é proibido tudo: fazer uma casa, desmatar. Eles proibem e não tem assistência. Esse núcleo está abandonado já há uns quatro anos [*núcleo Despraiado*]. O Joaquim se preocupa muito com o Perequê, Barra do Una, Paraíso, e esquece daqui. Acho que deveria ser aberto para Ecoturismo, mesmo para pesquisadores, para que a gente desse o básico para vocês, abrir para escolas visitarem. A visão do Joaquim é de preservar, deixar intocável. Nem os 10% que é destinado à pesquisa está sendo explorado.

PARA VOCÊ, ATÉ ONDE VAI A EEJI?

ADMINISTRAÇÃO

- (1) Geograficamente falando está inserida parte em Peruíbe, Iguape, Miracatu, Pedro de Toledo e divisa com Itariri.
- (2) Deveria estar claramente demarcada em toda sua extensão, com cerca dos 80.000ha de área, ou então, áreas que estão significativamente alteradas deveriam estar fora da mesma.
- (3) A EEJI possui limites definidos, mas para a conservação esta deve ser entendida como uma região maior. Todo o seu entorno faz parte de uma APA Federal (Cananéia –Iguape Peruíbe). A EEJI, nos processos macros de planejamento, deve ser avaliada em função de características específicas do Vale do Ribeira e também com anexo de uma região metropolitana (RMBS). No contexto ambiental uma interligação da EEJI com o Parque Estadual Serra do Mar é extremamente importante para a manutenção da fauna.
- (4) Se for pela questão geográfica legal, eu conheço todos os limites da EEJI, é preciso descrevê-los?, Mas se for pela questão de tempo, acho que deve durar se a humanidade conseguir despertar para entender a importância de um ecossistema como esse, até que as políticas públicas tenham seriedade e compromisso para com os cidadãos.
- (5) Abrange quatro municípios: Peruíbe, Iguape, Miracatu e Pedro de Toledo e faz divisa com Itariri.

GUARDA-PARQUES

- (1) São oitenta e poucos mil hectares. Tem ponto que eu nem conheço. Até onde vai eu não sei. Sei que vai até o Rio Comprido. Na praia vai até o Prelado, praia da Juréia. E aqui vai até o Juquiá, Caramboré.
- (2) A área que a gente frequenta. Começa em Peruíbe, passa por Iguape, Pedro de Toledo, Juréia. Tem lá o Juquiá, o Paraíso, que é o Itinguçu.
- (3) Abrange cinco municípios: Peruíbe, Itariri, Miracatu, Toledo e Iguape, com extensão de 82.000 hectares.
- (4) São 80.000 hectares. Ela começa em Iguape (que tem 70% de sua área na estação), depois tem Miracatu, Pedro de Toledo e Peruíbe. Ela começa na barra do Rio Guaraú e vai até a vila do Prelado. Despraído, Vista Grande.
- (5) Do Rio Guaraú para cá vai até Iguape. Seguindo o asfalto ela abrange Peruíbe, Miracatu, Juquiá, Itariri.
- (6) São 80.000 hectares. Está fracionada em quatro municípios: Peruíbe, Itariri, Miracatu e Iguape. Quando se depara com construções irregulares, turismo, moradores tradicionais, isso tudo antecede a criação da Estação Ecológica de Juréia-Itatins.

ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

- (1) A EEJI vai até se esgotar a capacidade de sustentação da sociedade civil e da resistência das autoridades governamentais às pressões do progresso insustentável.
- (2) Legalmente ultrapassa seus limites.

- (3) Não consigo imaginar. Infelizmente os órgãos governamentais só começam a se movimentar após sofrerem denúncias ou serem acossados pela mídia. Vide o pesqueiro dos diretores do IF. Um crime praticado há mais de 6 anos com o conhecimento da maioria dos os funcionários da UC que se mantiveram calados. Este cartório do serviço público, existente nos órgãos fiscalizadores, nos remete a imaginar perspectivas sombrias para nossa EEJI e outras UCs. A responsabilidade das denúncias foi transferida às ONGs preservacionistas que, por sua vez, estão cada vez mais longe das UCs. WWF, SOS Mata Atlântica, ISA e outros estão freqüentando mais os gabinetes do poder e de financiadores do que as áreas a serem preservadas. Não sei se é exatamente este o sentido da pergunta, mas acho que a Juréia vai se tornar uma colcha de retalhos.
- (4) Linearmente até Iguape, considerando o oceano como referência.
- (5) A pergunta não está muito clara, mas com respeito à área, abrange os municípios de Peruíbe, Miracatu, Iguape e Itariri.

PESQUISADORES

- (1) *[Não respondeu].*
- (2) A EEJI tem sua história marcada por conflitos e pressões econômicas, políticas, ambientais, sociais e passa a fronteira de seus 80 000ha para a vida de cada cidadão que se preocupa com os problemas ambientais e culturais de nossa sociedade atual.
- (3) Não entendi a pergunta...geograficamente? em relação a conservação?
- (4) A EEJI abrange os municípios de Peruíbe, Iguape, Miracatu e Itariri, protegendo o maciço da Juréia e a planície costeira que o circunda.
- (5) *[Não respondeu].*
- (6) Faz divisa com Peruíbe, Itariri e Iguape.
- (7) Os limites são estabelecidos pela lei. Na época do meu levantamento usava mapas com os limites legais. Na época adquiri mapas básicos digitais, escala 1:50.000 da região).
- (8) A EEJI têm como limites o Oceano Atlântico e os municípios de Iguape, Peruíbe, Itariri, Miracatu e Pedro de Toledo.
- (9) A EEJI localiza-se entre os paralelos 24°18' à 24°37' S e 47°00' à 47°31'W, incluindo parte dos municípios de Iguape, Peruíbe, Itariri e Miracatu. Limita-se ao norte pela Serra dos Itatins e a sudeste pelo Oceano Atlântico. Possui forma de um triângulo invertido, com 90 km de largura e 45 km de extensão norte-sul.

MORADORES

- (1) A estação vai do Barra do Uma, serra do Itatins e até o Una do Prelado. Querem proibir esta parte que é estação e o que não é estação. Dentro da Juréia tem o nono sítio lá dentro que está dentro da área da estação ecológica. Temos o sítio no caminho para o Guilherme (Brasília) mas não podemos fazer nada com ele. Do Grajaúna até a Juréia era tudo de uma propriedade só, da minha família.
- (2) A divisa é o porto do prelado e para dentro vai até o rio comprido, até a serra do Itatins.
- (3) Eles põem no Barreirinho a placa mas a estação ecológica é lá no rio Verde. Aqui que eu sei é dos proprietários.
- (4) Até a Juréia.

- (5) Aí você me pegou! Até Cananéia. Até a Juréia. Para o morro eu não sei. Para o Comprido eu sei que é.
- (6) Nasce no Perequê e vai até a metade da praia da ribeira. Até a serra, a divisa de Itariri e Toledo.
- (7) Até Cananéia. Aqui pega um pedaço de Toledo, Miracatu, Itariri.
- (8) Ela tem 88.000 hectares. Essa margem é o início e vai até Iguape. Pedro de Toledo, Miracatu, Juquiá.
- (9) Termina na praia da Juréia e começa na serra do Itatins, acho que vai até o prelado.
- (10) Ela vai até a Juréia e acho que vai até perto de Registro.
- (11) Não sei. Sei que é bem grande.
- (12) Acho que vai muito longe. Acho que vai até Iguape. Aqui vai até a fazenda do doutor Paulo. Vai até o divisor, essa grota toda.
- (13) Ela pega um bocado de município. Pega Iguape, Miracatu, Pedro de Toledo, Peruíbe, Itariri. Fez um laço? Iguape eu falei... fez um círculo.
- (14) Vai até o rio Branco. Vai até a divisa.
- (15) Isso aqui é o mundo inteiro! De Iguape para cá é quase tudo, sem ordem de fazer nada. Aqui mesmo nós não temos ordem. Tinha autorização mas não adianta nada porque não estão mais dando.
- (16) Ela começa no divisor e vai até o Itimirim.
- (17) Do divisor até a fazenda do doutor Paulo.
- (18) Faz divisa com Peruíbe, Pedro de Toledo (só divisa), Miracatu e Iguape, que tem aí seus 70% de área dentro da estação ecológica, que é a maior parte.
- (19) Pertence ao município de Iguape, divisa com Itariri, Miracatu e Pedro de Toledo.
- (20) Ela pega do divisor para baixo e vai até a fazenda do doutor Paulo.
- (21) Os limites passam pelo Taquaruçu, pelas Colinas Verdes, passa pela Barra Funda que já divide com Miracatu, divide com Iguape na altura do rio Branco, passa pelo Aguapeú e sai na praia. Itariri, Peruíbe e Iguape.

PARA O QUE SERVE A EEJ?

ADMINISTRAÇÃO

- (1) Preservação integral da biota, para a realização de pesquisas básicas e aplicadas em ecologia, para educação conservacionista e para a preservação das culturas étnicas.
- (2) No meu ponto de vista deve realmente ter o caráter restritivo voltado para pesquisas de cunho científico e sua preservação para outras gerações. Em algumas áreas ampliar os trabalhos voltados para a educação ambiental conservacionista, com infra-estruturas para controle efetivo da área e com metas/objetivos a serem alcançados.
- (3) Serve como um instrumento para atingir os objetivos específicos (Conservação, pesquisa, educação conservacionista) e para conter uma ocupação e utilização irracional de recursos naturais como acontece na maior parte do litoral do Estado. Pode contribuir para um novo modelo sustentável de desenvolvimento regional.
- (4) Para desenvolvimento da Pesquisa Científica e da Educação Ambiental, uma grande área com muitas riquezas naturais que oferece ao homem condições de vida, todos os recursos

necessários para a humanidade estão concentrados nas áreas naturais, o homem é filho da terra e è nela que encontra sua fonte de vida, desde que use de maneira sustentável.

- (5) Para realizar pesquisas científicas e educação ambiental. Preservação integral.

GUARDA-PARQUES

- (1) Para os trabalhos científicos. É bem procurada. Ainda falta muita coisa para ser explorada.
- (2) Serve para manter as águas, proteger nascente de água. Os próprios animais têm que ser protegidos por ela, os pássaros. Ajudar a purificar o ar de São Paulo.
- (3) Serve para ter a beleza natural, estar preservando. Estar fiscalizando, orientando, educando. Eu gosto de fazer este trabalho.
- (4) Para a preservação, conservação.
- (5) É para uma preservação.
- (6) Para educação ambiental, pesquisa, ciência. Para a defesa da biodiversidade, para nós usufruirmos dos benefícios que advêm da ciência e às futuras gerações que serão beneficiadas.

ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

- (1) A EEJI serve para se preservar o pouco que se resta de flora, fauna, rios, praias, mangues e mata atlântica no Estado de São Paulo e como um verdadeiro laboratório ambiental de pesquisa para a humanidade.
- (2) O objetivo da criação foi proteger e conservar as comunidades residentes e os recursos naturais, porém o Estado perdeu o controle sobre as metas e hoje não se trem nem conservação nem proteção das comunidades.
- (3) É uma área extremamente importante do último remanescente de Mata Atlântica do Brasil. Área de grande importância para preservação da flora fauna típica deste ecossistema e que ainda serve como suporte para o Parque Estadual da Serra do Mar.
- (4) Conservar e preservar ecossistemas, flora e fauna mais diversificadas do planeta.
- (5) Preservação e Educação Conservacionista (Pesquisa/EA).

PESQUISADORES

- (1) Preservação da natureza, realização de pesquisas científicas e educação ambiental. Por ser uma categoria que desconsidera o elemento humano, a preservação de tradições e costumes locais está bastante enfraquecida, o que pode ser revertido com os trabalhos da Escola Caiçara da Juréia.
- (2) Para conservação do pouco que ainda nos resta de mata Atlântica e seus ecossistemas associados e das culturas tradicionais das comunidades residentes.
- (3) Para fins de pesquisa e conservação
- (4) Para proteger e preservar ecossistemas ameaçados e raros hoje em dia no Estado de São Paulo.
- (5) Pesquisa, preservação e educação ambiental.
- (6) Proteção daquela faixa de mata atlântica, suas comunidades endêmicas e comunidades tradicionais.

- (7) É uma pequena área de preservação ambiental o que implica em limites e controles de uso econômico da área.
- (8) Para a conservação de diversidade biológica e como local de moradia e sobrevivência de comunidades tradicionais caiçaras.
- (9) [Não respondeu]

MORADORES

- (1) A estação ecológica ajudou a gente porque não tinha serviço só que muitas coisas estão erradas e tinham que combinar com a gente porque eles não sabem trabalhar na área. Para a gente ajudou porque fui funcionário mas para os outros não podia fazer nada, tiveram que sair.
- (2) Não sei. Para reservar as coisas. Quando colocaram a estação ecológica tinha muito morador. Não é para ser feito. A gente não sabe o assunto.
- (3) Para nós não serve para nada. Podia servir se tivéssemos conforto, se desse serviço para as pessoas. Não tem nada aí.
- (4) Para preservar o desmatamento. O pessoal faz desmatamento só com autorização, não é igual ao que a gente fazia antes.
- (5) É uma reserva que não pode matar nada. Daqui só se deixa a pegada.
- (6) Para estudo, pesquisa.
- (7) Não sei responder isso daí porque se for responder eu vou falar besteira. Depois que os moradores saíram virou tudo para trás, entrou caçador.
- (8) Para preservar a natureza, o que resta do pouco de natureza.
- (9) A preservação da natureza é boa mas a sobrevivência da pessoa também. A preservação da natureza junto com a dos moradores; primeiro os moradores e depois a natureza. O que manda é o dinheiro, lei não resolve nada. A área do Parnapuã não tem muito valor imobiliário porque é tudo brejo mas a intenção mesmo é a exploração de madeira.
- (10) Eu nem sei. Para vir uma pessoa dentro do lugar para visitar a gente tem que ter uma autorização, já não é como era antes que as pessoas vinham visitar a gente quando queriam. Acho que tinha que ser como era antes, aí sim. Isso era uma estação ecológica porque antes a gente tinha liberdade aqui dentro, não desmatava, a área era sempre conservada, as pessoas tinham seus alimentos do próprio lugar, carne do próprio lugar, peixe do próprio lugar, não tinham que ir para a cidade buscar todas essas coisas, só que agora não se pode mais então, que dizer, eles acham isso uma estação ecológica? Eu acho que estação ecológica era como era antes. Tinha mais caça do que agora, mesmo tendo mais moradores, e eles eram mais unidos. Depois que entrou esse negócio de meio ambiente, de preservar, ... dizer que preserva mais, fez com que o morador desunisse com o outro. Um podia plantar mais que o outro. Um passou a ser empregado e já queria mandar naquele outro que não era empregado. E era tudo parente e aí desuniu a família porque era tudo unido. A gente fazia ajuntório, fandango. Era gostoso aquele tempo.
- (11) Não sei.
- (12) Não sei para o que serve.
- (13) Não sei bem dizer, para martirizar os moradores.
- (14) Não sei.
- (15) É para criar tudo quanto é bichinho do mato que é para não matar. Se falar de matar onça então não sai mais da cadeia!

- (16) Pelo o que eles dizem, serve para preservar a água porque não desmatando não seca a água.
- (17) Eu gostaria que servisse de mais benefícios porque quando se trata da estrada principal não fazem nada e a gente vive aqui. Tem duas pontes que podemos mexer. Podiam dar mais benefícios para as pessoas que moram aqui. Gente que é nativa sempre roçou, acho que é errado proibir as pessoas de plantar. Para as pessoas nativas deveriam ter benefícios a mais.
- (18) Ela não pode ter ninguém morando. Seria apenas para área de pesquisa e visitação controlada em certos trechos. Mas como tem população dentro então até hoje estamos tentando resolver, achar uma forma de ter uma estação ecológica com morador dentro, que até agora não resolveram nada sobre isso. Numa estação ecológica você não pode ter nada, uma plantação, criação, nada, mas nós estamos trabalhando na nossa roça porque o Governo ainda não indenizou a gente.
- (19) É destinada mais para pesquisa, educação ambiental e turismo.
- (20) É um lugar de descanso, para quem quer descansar.
- (21) Ela é patrimônio da humanidade, é mata atlântica. Serve para a Secretaria do Meio Ambiente ganhar verba do estrangeiro, da Alemanha, principalmente, para encher o bolso de muita gente do gabinete, só que para quem mora dentro os benefícios nunca chegam.

RESPOSTAS SOBRE ATITUDES

COMO VOCÊ CUIDARIA DA EEJI?

Identificação das Entidades da Sociedade Civil Organizada:
(1) Associação Eco Juréia; (2) União dos Moradores da Juréia; (3) Mongue; (4) Associação dos Monitores Ambientais de Peruíbe; (5) Coati-Juréia

ADMINISTRAÇÃO

- (1) Primeiramente indenizaria justamente a quem de direito mediante a desapropriação das terras inseridas na unidade. Elaboraria e executava um bom plano de manejo incluindo ações de educação ambiental e aplicaria a legislação ambiental quando necessário. Se em 10 anos não obtiver resultado talvez uma medida mais radical como cerca e polícia funcionasse melhor.
- (2) Juntamente com outras entidades e moradores, em parceria, mas, com objetivos gerais voltados para a Unidade e a Comunidade. Não deve haver disputas por interesses individualizados e/ou políticos.
- (3) O início da implantação da EEJI apresentou muitos fatos inovadores no cenário das UCs de São Paulo. Acredito que existem fatores altamente positivos no gerenciamento da EEJI, entretanto, vencidas algumas etapas no processo de implantação, há necessidade de uma ampla avaliação e reflexão sobre a maneira como ela deva ser conduzida. Os cuidados com a área carecem de novas estratégias e investimentos.
- (4) Primeiramente resolvendo todas as questões fundiárias, depois investiria em programas de proteção e fiscalização ostensiva, promoveria e priorizaria programas de educação ambiental e pesquisa.
- (5) Indenizaria todos os moradores que tenham direito e fecharia definitivamente tudo, deixando restrito para pesquisa e educação ambiental.

GUARDA-PARQUES

- (1) Eu cuido na medida que posso. Não deixo ninguém entrar sem autorização, não deixo entrar material de construção, não deixo depredar muito né? Se largar mão depois já é tarde.
- (2) Fiscalizando. Combatendo os infratores em todas as áreas, a caça, o corte ilegal do palmito e se acontecer também o corte de mata ilegal. Combatemos também novas construções que embargamos.
- (3) No meu caso seria a área mais de fiscalização. Preservando, estar estruturando trilha de visitação. Trabalho de manutenção geral dentro da unidade de conservação.
- (4) Acho que eu já estou fazendo uma parte, fiscalização na área de pesquisa, orientação ao público.
- (5) Eu cuidaria da maneira que a gente está fazendo, deixando longe os palmiteiros, os caçadores.
- (6) Como cuidaria ou como estamos cuidando? Nós somos guarda-parque que trabalham para manter a integridade da estação ecológica. Acompanhando pesquisadores, coibindo abusos ambientais, combatendo a caça e a pesca, impedindo construções irregulares.

ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

- (1) Cuidaria da EEJI em função da sua preservação, resguardando o direito de cidadania das populações caiçaras tradicionais, preservando a sua cultura e promovendo a educação ambiental em seu entorno, como forma de se assegurar a sustentabilidade da estação ecológica.
- (2) Primeiro garantiria a permanência dos moradores com melhoria de vida através da alteração do tipo de UC depois os envolveria na gestão e administração da área.
- (3) Faria, a exemplo do Projeto TAMAR, com que o morador da EEJI e do entorno se tornasse parte integrante do meio ambiente e não um intruso, como é atualmente. Faria imediatamente a reclassificação das áreas densamente povoadas, que se encontram dentro do perímetro da EEJI, para que as pessoas pudessem exercer alguma atividade ecológica ou cultural que gerasse renda para subsistência destes núcleos. Colocaria em execução um plano de definição da capacidade suporte destes locais, devidamente reclassificados como áreas de uso sustentável. Parece que estou falando um absurdo, mas durante os meses de janeiro e fevereiro mais de 15 mil pessoas entram em área da EEJI (Barra do Una, Caramborê, Cachoeira do Paraíso e Juquiazinho). Estou falando somente do acesso por Peruíbe. Imagino 50 mil pessoas no total se contar o acesso por Iguape, Miracatu e Itariri. Toda esta loucura é assistida há anos pelo Instituto Florestal sem tomar a menor iniciativa para implantação de um Plano para que, já que é permitida a visitação, divida esta agressão ao longo de todo o ano.
- (4) Projetando suas riquezas.
- (5) Plano de Manejo adequado para as diferentes situações e problemas (áreas abertas/fechadas), envolvimento maior com as comunidades e ONG's locais, interação entre setores governamentais.

PESQUISADORES

- (1) Como visitante, através de uma conduta consciente. Como cidadã, multiplicando meus conhecimentos.
- (2) Daria espaço para todos os atores sociais envolvidos em uma co-gestão.
- (3) Através de um trabalho de conscientização dos visitantes.
- (4) Se eu tivesse o poder e o dinheiro, desapropriaria todas as propriedades particulares e controlaria rigorosamente o acesso de visitantes.
- (5) Ouviria mais de perto as comunidades e discutiria as ações práticas em reuniões. Buscaria projetos de integração social como o Tamar e o que ocorre no pontal e adequaria a nossa realidade.
- (6) Aliciando na sua defesa todos os integrantes das comunidades tradicionais, em serviços diretamente vinculados com a guarda e preservação dos ecossistemas lá encontrados – como guarda-parques, guias e monitores. Também penso que seria importante a implantação de projetos de resgate dos conhecimentos sobre ervas medicinais usos e aplicações, o cultivo sustentável de espécies endêmicas, a manutenção do artesanato, agricultura orgânica e roças de toco.
- (7) Pergunta de difícil resposta. Em termos genéricos, caberia estabelecer um conjunto de atividades econômicas sustentáveis o que, a meu ver, implica exploração racional dos recursos naturais.

- (8) Faria propostas à população local para que houvesse uma ação conjunta entre esta e instituições governamentais, como Ibama e Sema, ONG's da região e população do entorno. Com isso, a fiscalização poderia ser aumentada e a comunidade teria participação efetiva na gestão dos recursos naturais.
- (9) Acredito que a unidade deveria mudar de categoria e se transformar em unidade de proteção de uso sustentável, em uma Reserva de desenvolvimento Sustentável e [ser administrada] através de um Conselho Consultivo e Deliberativo composto pelos poderes públicos federal, estadual e municipal, como IBAMA, Instituto Florestal, DEPRN, Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Turismo, pesquisadores de universidades e instituições de pesquisas, moradores tradicionais e organizações não-governamentais.

MORADORES

- (1) Eu cuidaria como estou cuidando, fazendo o certo. As pessoas que vieram esqueceram da Juréia. Se eles queriam cuidar da natureza eles tinham que voltar e ficar. Se nós não estivéssemos aqui dentro isso aqui estava bagunçado. É porque estamos aqui que a mata está assim.
- (2) Cuidar assim como nós estamos cuidando. Estamos obedecendo o que eles falam o que pode. Nós não podemos ir por cima da lei, está reservado. Nos estamos seguindo as ordens deles.
- (3) Cuidar se tivesse conforto. Se tivesse uma passagem boa. Limpando a área, limpando o caminho.
- (4) Tinha que ter mais coisas aqui dentro, mais benefícios. Escolas, luz elétrica, água.
- (5) Não respondeu.
- (6) Cuidaria como estou aqui fazendo. Não deixar passar gente estranha.
- (7) Se eu cuidasse eu saberia fazer um modo. Os funcionários que estão ajudando a depredar iam para a rua e quem não estivesse trabalhando também.
- (8) Dava metralhadora para os caras saírem para o mato. Não temos um revólver aqui. Tem pouco guarda para cuidar de toda a área.
- (9) Não tem jeito de cuidar. Ele tinha que colocar ordem no lugar, falar para os guardas dele ver os pontos dos palmeiros, ficar aqui no fim de semana. Eu acho que devia ter lei severa para isso.
- (10) Eu cuidaria do jeito que ela era antes.
- (11) Deixaria só os caiçaras que moram no lugar e daria um jeito para eles terem o que sempre tiveram, visitaçã de turista de fora.
- (12) Aí não posso falar para você. O pessoal mora aqui, um quer de um jeito, o outro quer de outro. Uns querem trabalhar e outros não querem. Só que agora uns não querem que tire palmito, não querem que cace, aí o pessoal tira escondido. Ouvi dizer que não pode tocar fogo.
- (13) Liberava todo mundo com restrições, veja bem, uma liberdade restrita, dentro daquilo que fosse possível tanto servir ao meio ambiente como servir ao morador. Tinha telefone aqui. Ao invés de a gente andar para frente nós estamos indo para a retaguarda.
- (14) Eles não têm nenhuma administração aqui, está abandonada. Aqui não tem fiscalização nenhuma, cortam palmito. Antigamente quando eles não estavam aqui a gente nem via gente estranha quase. A gente tinha até segurança.
- (15) Se eu ganhasse para isso eu ia executar o meu serviço. Não ia só pegar o meu dinheiro e ficar deitado. Ia cuidar da fiscalização.

- (16) Eu mandava todo mundo trabalhar. Pode derrubar, pode plantar porque eu já sofri fome. Não derrubem a mata virgem, mas aonde já foi cultivado, onde nossos pais já trabalharam, deixa a gente trabalhar.
- (17) Melhoraria. Faria alguma trilha para o pessoal visitar. Tem cada lugar lindo, as cachoeiras. Não impediria das pessoas que vivem aqui ter outros meios de sobreviver.
- (18) Determinaria um local, uma área que você pode fazer o que quiser dela. Da linha para lá seria estação e o próprio morador seria um guarda, desde que ele estivesse amparado por esta lei porque dessa forma fica aberto. Já há outras unidades de conservação que isso está acontecendo. Você cadastrando todos eles nessas condições, com certeza eles vão ajudar na fiscalização.
- (19) Eu contrataria mais pessoas para fiscalização.
- (20) Pelo menos uma estrada boa, telefone, não deixar quem vem de fora destruir.
- (21) Eu olharia o ser humano como prioridade. Primeiro as pessoas que são nativas daqui. Junto com os macacos sempre tiveram humanos que sempre viveu e preservou.

QUEM DEVE CUIDAR DA EEJI?

ADMINISTRAÇÃO

- (1) Poder público, ONGs e sociedade civil em conjunto.
- (2) Órgão Público em parceria, mas excluindo-se interesses políticos/particulares.
- (3) O gerenciamento deve ser coordenado pelo Estado. As prefeituras envolvidas com a UC não possuem estrutura técnica e administrativa para isto. Um processo gradativo de terceirização de alguns serviços e do planejamento de algumas atividades com a participação dos outros órgãos públicos e da sociedade civil organizada podem ser altamente saudáveis para a UC.
- (4) A sociedade organizada em parceria com o poder público.
- (5) Órgão público em primeiro lugar juntamente com ONGs e Sociedade Civil.

GUARDA-PARQUES

- (1) O Estado, tem uma estrutura melhor para cuidar, e mais funcionários também.
- (2) Além da gente, tinha que ter mais participação da polícia ambiental e também dos moradores que são chamados de nativos, tinham que depredar menos.
- (3) Os funcionários têm que estar cuidando, moradores com associações e Ongs. O pessoal que puxa ecoturismo aqui para dentro deveria estar se empenhando mais.
- (4) O povo mesmo que é tradicional que deveria cuidar como já cuidou todo esse tempo porque graças a ele que isso está assim. A estação ecológica existe por causa desse povo que já estava aí, que não fazia grande plantio.
- (5) No meu ver eu acho que deveria ser os próprios guardas. Fazer o possível para evitar palmitreiro e caçador.
- (6) Além dos funcionários, toda a comunidade futuramente poderá ser envolvida na defesa da estação ecológica. Isso passando pela educação ambiental com matéria obrigatória nas

escolas para a formação de jovens conscientes da conservação. Hoje estou convicto de que a estação ecológica tem que existir, que é para o bem da humanidade.

ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

- (1) O Governo em parceria com a sociedade civil.
- (2) Os moradores com apoio do Estado.
- (3) Um Conselho formado por representantes dos segmentos públicos e da sociedade civil, que apresentam atuação relevante na área de influência da Unidade de Conservação. Além dos órgãos governamentais responsáveis pela administração e fiscalização, deveriam participar, com direito a voto, Organizações não Governamentais com atuação local; Setores econômicos representativos e as Comunidades locais organizadas. Este modelo deveria ser implantado rapidamente com a realização de audiências públicas, debates e demais sistemas de quebra-pau. Considero fascista o atual sistema, tanto de criação como de gestão das unidades de conservação. Veja o exemplo da EE Tupiniquins onde o decreto protege uma ilha e ignora outra, ao seu lado, ecologicamente mais importante.
<http://www.mongue.org.br/arquivo/guaraper.htm>.
- (4) Todos que desejam melhores qualidades de vida.
- (5) Paridade entre os setores através da Co-Gestão, Conselhos Consultivos e Deliberativos com transparência e transversalidade.

PESQUISADORES

- (1) Governo, sociedade (em geral e civil organizada), comunidade.
- (2) Os órgãos responsáveis pela gestão em parceria com ONG's e comunidades, com poder decisório descentralizado.
- (3) Todos aquelas que a utilizam alguma maneira.
- (4) Acho que o controle da EEJI deve ser do Estado, como atualmente é feito.
- (5) O IF.
- (6) A comunidade sob a direção técnica e administrativa do Estado. É uma reserva ecológica estadual.
- (7) A lei especifica os órgãos que devem fiscalizar as atividades econômicas do local.
- (8) Todos: a população local, as instituições governamentais (Ibama, Sema), as ONG's, a população do entorno e a sociedade civil em geral.
- (9) A EEJI deveria ser administrada pelos poderes públicos e locais, devido sua importância biológica e cultural.

MORADORES

- (1) Nós estamos cuidando, eles não. Eles podem ser o chefe, mas quem cuida somos nós nascemos e vivemos aqui dentro e estamos vendo o que está acontecendo.
- (2) Nós mesmos. Não tem ninguém cuidando.
- (3) Se é a ecologia deveria ser a ecologia. O Guaraú é uma cidade ecológica, mas tem todo o conforto.
- (4) Não sei.

- (5) Nós mesmos que moramos aqui. Todo mundo tem que cuidar.
- (6) Nós.
- (7) Ninguém. O Joaquim é uma beleza de pessoa mas para esse serviço não serve.
- (8) Uma organização que dê e tenha condições.
- (9) É o Joaquim, não esses encarregados. O Ítalo era ruim mas botou ordem no negócio. Acho que o certo era o governo vim e indenizar todo mundo, enquanto tiver morador. Como fizeram reserva ecológica na vila Barra do Una se já tem um monte de gente ali.
- (10) Acho que é o próprio morador para cuidar como era antes. Muitos pais já se foram mas ficaram os filhos que acostumaram a gostar da mesma coisa que era antes.
- (11) As mesmas pessoas que estão cuidando mas com mais recursos. O pessoal que cuida daqui está sobrecarregado de serviço. Um faz serviço de dez.
- (12) Quem deveria cuidar eram os moradores. Cada qual cuidasse do seu porque não tem empregado para vir aqui olhar nada.
- (13) A própria população, pois é a população que cuida disso aqui. O governo cuida disso aqui? Eles só põem fiscal em cima da gente. Prefeito não vem aqui, só na época da eleição.
- (14) Quem tem que cuidar são os guardas-parque que já ganham para isso. Os moradores também.
- (15) Aqui tem que ter fiscal para ver se está saindo palmito que sempre toda vida saiu. Fiscalizar as roças, as caças de noite. Tem que ter guarda.
- (16) Os moradores. Teria que ter uma autoridade para mandar. Antigamente era diferente de agora porque não tinha benefício nenhum mas o pessoal se juntava no mutirão e ajudava, tinha o baile, e agora não. Tem o vereador com carro mas não arruma a estrada.
- (17) O governo.
- (18) A parte que não está povoada, a administração deve colocar uma fiscalização ativa e as partes que estão povoadas poderia ter uma fiscalização feita com a ajuda dos moradores. É meio difícil porque até hoje ninguém fez um planejamento sobre isso. Porque veja a situação do Estado. Se ele tira todo esse povo daqui não vai resolver a situação dele, vai criar uma outra situação pior.
- (19) Os moradores deveriam fazer parte junto com os guardas-parque.
- (20) A gente que já é nato do lugar porque nós não vamos destruir o que toda vida foi cuidado pelo povo.
- (21) Tem que ter um conjunto, governo, município e comunidade mas que se entenda e não fazer uma lei de gabinete e colocar em cima da cabeça do pessoal e fazer um êxodo para a cidade, e fazer do povo um favelado, que foi o que fizeram aqui. Que o governo honrasse com aquilo que foi feito, o decreto de desapropriação e até hoje não pagaram ninguém. O pessoal queria acordo e até hoje nada. O pessoal do ITESP diz que a área é devoluta, que é tudo aquilo que já é do governo. Eu não corro. Morro, mas não corro. O que é meu eu não entrego para ninguém, nasci aqui e estou criando o meu filho aqui.

RESPOSTAS SOBRE VALORAÇÃO AMBIENTAL

Identificação das Entidades da Sociedade Civil Organizada:
(1) Associação Eco Juréia; (2) União dos Moradores da Juréia; (3) Mongue; (4) Associação dos Monitores Ambientais de Peruíbe; (5) Coati-Juréia

COM RELAÇÃO À NATUREZA:

DIGA DO QUE VOCÊ GOSTA E DO QUE VOCÊ NÃO GOSTA NA EEJI

ADMINISTRAÇÃO

- (1) Gosto das diversas formas de vida existentes, das belas paisagens formadas num conjunto de rios, escarpas, cachoeiras, etc e não gosto das diversas formas de agressões daquilo que gosto.
- (2) No aspecto natureza adoro, acho maravilhoso. Não gosto da falta de definições e critérios.
- (3) Grandes propriedades particulares com áreas sem vegetação (desmatamentos anteriores a criação da UC) – áreas de visitação pública com número excessivo de pessoas.
- (4) Com relação a natureza eu gosto de todos os ambientes e de tudo o que faz parte deles, tanto que escolhi morar próximo a Mata Atlântica.
- (5) Gosto de muitas coisas, só não gosto de ver ela sendo degradada.

GUARDA-PARQUES

- (1) Gosto da Praia do Una, que eu vivi lá e aonde eu visito muito. Lá eu sinto, acho que estou no meio da natureza. Gosto de tudo, não tem nada que não goste.
- (2) Gosto de tudo, principalmente da quantidade de nascente de água. Fiquei até surpreso com a qualidade da água porque lá na Serra da Cantareira tem bastante água mas não tanto quanto aqui. Não tem nada que eu não goste. Na minha concepção o que não deveria Ter é esses moradores na beira da estrada que enfeiam o caminho.
- (3) Gosto de fiscalizar, essa é a minha área. Gosto do interior da estação, principalmente os rios.
- (4) Da natureza eu gosto de tudo, até das mutucas porque da natureza você tem que gostar de tudo.
- (5) De tudo, menos os mosquitos.
- (6) Da natureza eu adoro. Antes eu tinha uma visão de que o pessoal tinha que estar aí dentro mas hoje eu vejo a importância da estação ecológica porque tem que ter um espaço para a ciência senão você vai pesquisar o que? a saudade? Pesquisar a matéria abstrata sendo que o concreto já acabou.

ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

- (1) Gosto de tudo que existe na EEJI. Não gosto da fiscalização precária e da maneira como os direitos dos moradores tradicionais são desconsiderados.
- (2) Não gosto dos mosquitos mas só se fosse outra paisagem.

- (3) Gosto de toda Estação. Não gosto da forma com que ela é administrada e da relação da EEJI com seu entorno. A própria definição técnica chama a região do entorno de zona de amortecimento e não de ruptura.
- (4) Gosto de tudo da parte natural.
- (5) Ecossistemas associados e suas belezas peculiares/ Desmatamento, caça e falta de fiscalização adequada.

PESQUISADORES

- (1) [Não respondeu].
- (2) Gosto da biodiversidade e não gosto da monocultura de banana em seu interior.
- (3) A exuberância da mata atlântica, suas praias desertas. Não gosto de como alguns visitantes tratam das dependências da estação.
- (4) Gosto de toda a natureza que nela existe. Não gosto de tantas casas de veraneio dentro de uma unidade de conservação.
- (5) Áreas com situação de preservação intocável, extração ilegal de palmito.
- (6) Gosto do conjunto de biomas que ocorrem entre mar e serra, margeando os rios de planície. Não me agrada a existência de áreas ainda desmatadas. Creio que seria oportuna a implantação de projetos de revegetação com essências nativas.
- (7) Não tenho uma apreciação sentimental pela reserva. Defendo que para frear a especulação imobiliária na área litorânea é necessário estabelecer áreas de proteção ambiental por meio da lei. De outro lado, a experiência de várias áreas de preservação revelam incapacidade de elaborar um plano de manejo que contemple os grupos sociais englobados pela lei; é usual a usurpação do poder, perseguição e corrupção – elementos que se combinam com a incapacidade do poder público de promover uma transferência de tecnologia para elevar o nível cultural e sócio-econômico da população local.
- (8) Gosto de tudo, tudo mesmo!
- (9) [Não respondeu]

MORADORES

- (1) Nós gostamos da natureza, das pedras, das matas, das cachoeiras, das caças, dos peixes. Não gosto do contrário, a turma de fora trazer bebida, levar lixo na pedra, ir caçar na estação. As pessoas daqui tinham que viver igual a antigamente, são as únicas pessoas que estão cuidando da natureza. Acampamento não é bom.
- (2) Gostamos de tudo, da natureza do lugar, foi aqui que nós nascemos. Se formos para Peruíbe ficamos angustiados. Gostamos daqui porque é a nossa terra natal. Gostaria de muita coisa que aqui não tem, saúde por exemplo.
- (3) Gosto do lugar porque foi aonde a gente nasceu e se criou. Não gostamos da dificuldade de viver aqui. Gosto daqui porque criei todos os meus filhos aqui mas se amanhã adoecer não tenho ninguém. A única coisa que passa por cima são esses aviõezinhos.
- (4) Gosto de tudo. Gosto de mexer com farinha, gosto de pescar. Por eu gostar daqui que eu não fui embora ainda. Acho que o meio ambiente podia por escola para as crianças estudarem para não saírem, migrarem daqui para estudar fora porque de viver aqui a gente gosta. Não gosto dos bichos, das mutucas.

- (5) Gosto da natureza, passear na cachoeira, a do rio verde. Aqui eu gosto de tudo, até das mutucas, fazem parte do show.
- (6) Gosto de tudo, não tem nada que desagrade.
- (7) Eu gostaria de ficar mais na liberdade.
- (8) Do ar gosto. Não gosto dos mosquitos e pernilongos inclusive os animais não me atrapalham, jararaca, etc. Eu que estou entrando no território.
- (9) Da natureza gosto de tudo.
- (10) O que não gosto para mim não tem. Gosto de acordar com os passarinhos cantando, ver as capivaras andando logo cedo de manhã na praia. É muito bonito, é muito gostoso de ver essas coisas.
- (11) Eu gosto de tudo da estação menos do carrapato e da micose que eu peguei.
- (12) Para mim tudo está bom, menos os borrachudos.
- (13) Da natureza eu gosto de tudo, menos dos borrachudos.
- (14) Gosto de um bocado de coisa. Não gosto de mosquito e mutuca.
- (15) Gosto da água que é boa, do ar da mata que é uma beleza. Gosto muito de andar no mato.
- (16) Eu adoro a natureza.
- (17) Da natureza eu gosto das cachoeiras, só não gosto dos mosquitos.
- (18) Gosto de tudo, até dos pernilongos porque eles fazem parte do nosso meio. Como é que o sapo ia viver?
- (19) Da natureza eu gosto de tudo.
- (20) Eu gosto de tudo da natureza, até dos bichinhos que atormentam a gente.
- (21) O que eu não gosto é o borrachudo, do resto eu gosto de tudo.

PARA VOCÊ, QUAL É O ELEMENTO NATURAL DE MAIOR VALOR (O RIO, A MATA, AS MONTANHAS, ETC...)?

ADMINISTRAÇÃO

- (1) O conjunto, mas se tiver que escolher um valorizo muito a mata.
- (2) O conjunto.
- (3) O conjunto de todos os ecossistemas e as paisagens.
- (4) Num ecossistema não existe nada que tenha um maior valor, pois um elemento não vive sem o outro, são interdependentes e estão inter-relacionados, nada se divide ou exerce uma função sozinho, são ecossistemas associados, são parte de um todo.
- (5) Todos têm seu valor, mas para mim o que vale é o conjunto.

GUARDA-PARQUES

- (1) Praia, cachoeira o rios. Os três fatores naturais mais bonitos daqui são a Cachoeira do Rio Verde, o Rio Verde e as praias que são totalmente desertas.
- (2) As águas. Muita vida, muito pássaro, animais.
- (3) [não perguntei].
- (4) Praia, cachoeira, morro, olhar para a serra. A Mãe do Ouro que o pessoal conta da Serra de Itatins, mas eu nunca vi.
- (5) Eu gosto muito de cachoeira e montanha.

- (6) Meu coração é verde. Eu vibro com a água, com a floresta, com a fauna e a flora.

ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

- (1) A fauna, que logo estará em extinção.
- (2) Os da flora e fauna, (todos) são um conjunto, porém sou muito simpático ao palmitero juçara.
- (3) A mata e as nascentes.
- (4) A água.
- (5) Todo o Bioma da Mata Atlântica é fundamental.

PESQUISADORES

- (1) Não consigo eleger um único elemento natural. Juntos eles formam um conjunto muito harmonioso.
- (2) Todos possuem enorme valor, é difícil mensurar.
- (3) As matas.
- (4) Para mim todos os elementos naturais são de maior valor pois um depende do outro para o equilíbrio do ecossistema.
- (5) O conjunto. Mas a relação com o mar seja o diferencial.
- (6) O conjunto destes elementos é o mais importante, seja do ponto de vista turístico, seja biológico, seja ambiental como um todo. É neste conjunto que sobrevive a cultura tradicional caiçara.
- (7) Se a questão for tomada dentro de uma perspectiva sistêmica, não há um elemento mais importante do que outro, o que importa é a integração de aspectos naturais, sociais, históricos, econômicos e culturais.
- (8) Os rios.
- (9) [Não respondeu]

MORADORES

- (1) Tudo é natureza, não tem uma coisa só que gostamos.
- (2) Gostamos de tudo. Se não gostássemos daqui não estaríamos aqui. Tanto faz.
- (3) Aqui o que se tem de bonito é o mar.
- (4) Gosto de tudo, da cachoeira, do mar, das montanhas.
- (5) Eu gosto da cachoeira. Não sou muito de praia. Eu gosto dela [da praia] porque amanhã cedo eu vou ali mas para tomar banho tem que ser na cachoeira.
- (6) Gosto de tudo.
- (7) Da natureza eu gosto de tudo
- (8) [já respondeu]
- (9) Gosto da praia.
- (10) Gosto da praia porque eu gosto de dormir com o som das ondas. Se eu fico na cidade e não ouço as ondas do mar eu fico virando pra cá e pra lá.
- (11) Gosto de tudo.
- (12) Gosto do rio.
- (13) Não tenho predileção, gosto de tudo.

- (14) O rio, o mato.
- (15) O mato.
- (16) Eu gosto mais da mata, o rio é frio!
- (17) A cachoeira.
- (18) A água é muito boa. É o maior tesouro que temos aqui.
- (19) Tudo.
- (20) Eu gosto de tudo.
- (21) A água. Que toma a água do Despraiado não esquece nunca mais.

EXTRA PARA GUARDA-PARQUES E MORADORES

TEM ALGUM LUGAR SAGRADO? E ASSOMBRAÇÃO?

GUARDA-PARQUES

- (1) Aonde tem guarda eles pensam muito para passar, que é o Rio Verde; no rio Comprido, onde é fechado para passar. Muitos falam, eu nunca vi. Falam que tem Tucano de Ouro mas eu nunca vi. Eles contam que vinha da Serra do Pogoçá uma luz que ia em direção ao mar e se ouvia uma explosão e essa luz acabava e que era um tucano voando. Assombração eu nunca vi. Não existe, isso é coisa da cabeça da pessoa, psicológico.
- (2) Que eu saiba não e assombração eu acho que está na cabeça da pessoa.
- (3) Não tem isso aí.
- (4) [não perguntei].
- (5) Nessa praia parece que tem um vulto. Nessa casa parece que alguém já viu. Eu nunca vi. Isso é mito.
- (6) Tem um ponto no Grajaúna aonde o pessoal celebra a missa. Assombração eu ouso as pessoas falar mas nunca vi. São contos que as pessoas falam que eu fico curioso mas...

MORADORES

- (1) Não tem lugar sagrado nem entidade O cemitério é aonde foi achado o Bom Jesus; ninguém mexe.
- (2) O único lugar sagrado que tem aqui é o cemitério e a casa dos outros, a morada dos outros. Não tem essas coisas ruins. Aqui só pensamos em Deus e Jesus.
- (3) O cemitério. Ele está desde 1647 e agora está histórico porque ninguém sepulta mais gente porque proibiram. Não sei o que houve que botaram ele histórico. Antigamente o pessoal morria e era sepultado ali. A história do tucano de ouro sinceramente ninguém tem certeza. Eu nunca vi.
- (4) Só o cemitério. Dizem que é verdade mas eu nunca vi, os antigos contam sobre o tucano de ouro. Diz que saía da Juréia e ia para o Itatins, mas eu nunca vi.
- (5) Tem a Santa Cruz na praia do Una, aonde tem o cemitério. Não tem assombração não.

- (6) O antigo cemitério. Sempre foi respeitado pelos antigos e a gente está respeitando até hoje. Nunca vi nenhuma assombração, o pessoal antigo que falava.
- (7) Agora não. Antes o pessoal respeitava.
- (8) Para mim não existe e não tenho medo de nada disso.
- (9) Tinha assombração na praia do Arpoador e no Juquiá tinha a mula sem cabeça. Já vi um cara de preto inteiro na praia do Juquiá que não tinha rastro no chão. Chamamos ele e não atendeu. Outro que eu vi foi no Guaraú.
- (10) Não tem lugar sagrado e não tem assombração.
- (11) A mata é interessante, ela envolve a gente, principalmente a cachoeira, parece que conversa com a gente. Um cara apareceu do nada com chapéu, deus três passos e sumiu. [A luz verde] começou a sair vaga-lume do chão e foram se juntando e fizeram uma bola que quem estava de longe ia ver uma bola verde.
- (12) Não tem lugar sagrado nem assombração.
- (13) Aqui perto da serra tinha um cemitério. Não acredito nisso, nunca vi nada.
- (14) Para o lado do Rio das Pedras dizem que tem assombração.
- (15) Tem saci, apronta com o pessoal faz barulho no mato, correndo para cima e para baixo. Ele faz o barulho dos bichos. Ele assobia: fii, saci saperê. E fica assobiando.
- (16) Não tem lugar sagrado. Um vizinho dizia que tinha assombração. O pessoal antigo falava de assombração mas agora não. Uma pedra estourou no meio, o pessoal diz que é a mãe de ouro mas não temos medo de ir lá.
- (17) Não. Antigamente tinha. Meu pai e minha mãe, eles contavam que tinham coisas porque não tinha iluminação então as trevas sempre são tenebrosas. Só uma vez eu vi. Dava 6 horas era todo mundo para dentro. Minha mãe tinha uma máquina de pedal e eu gostava e fui mexer. Aconteceu um negócio estranho. Um assobio tão grande que eu fiquei parada, aí rapidinho eu fechei a janela.
- (18) Tem umas passagens que é melhor não passar depois da meia noite, por exemplo a figueira, a passagem do rio. Tem também a história da bola de fogo que vem da Serra do Itatins, do bico torto. Minha sogra e meu sogro viram. Estavam indo para Três Barras e desceu um clarão enorme do céu, eles se abaixaram e nem olharam para a luz e depois aquele clarão foi embora, subiu.
- (19) Não tem lugar sagrado. Nunca vi assombração.
- (20) Para nós não existe assombração. Nós somos crentes e não acreditamos mas uma vez eu vi um rabo de cavalo trançado do começo ao fim feito pelo Saci.
- (21) Um lugar que chama muita atenção é o Itatins, para nós é importante cuidar. Existia lenda, meu pai contava história de Caipora. Ele contava que eles iam indo para a igreja e eles escutaram um violão no meio do mato e a minha irmã falou: - toca mais alto que nós queremos ouvir, aí o camarada riscou o dedo no violão e a família toda, estavam em nove pessoas, ficaram sem voz, ficaram uns quinze minutos sem falar um com o outro, ficaram amortecidos, sem conseguir falar. Meu irmão viu uma boneca dançando em cima da pedra aqui no rio, uma boneca toda de ouro.

EXTRA PARA MORADORES

VOCÊ PRETENDE MUDAR PARA OUTRO LOCAL? POR QUE?

MORADORES

- (1) Não. Nós nascemos aqui, minha família morou muito tempo aqui.
- (2) Não. Aqui foi aonde nasci. Quero ficar até o dia que Deus chamar.
- (3) Se eu arrumar um barraco para gente lá para Peruíbe, para junto da família, eu saio. Mas na casa de filho eu não fico. Saio com saudade mas fazer o que? Sou obrigado pela lei de saúde e de necessidade. Não só eu mas os outros também.
- (4) Só por causa dos meus filhos que estão sem estudo senão eu ficava aqui.
- (5) Não. Só Deus pode mudar eu daqui. Eu não gosto de sair daqui para ir morar... ir para a cidade passear.
- (6) Tenho só porque tenho dois filhos em idade de escola senão não.
- (7) Vontade eu tenho porque que nem eu estou falando, eles ficam regulando até para a gente passar o rio.
- (8) Eu estou pensando porque quero curtir um pouco a vida, conhecer o Brasil.
- (9) Tenho. Tenho vontade de ir para o litoral norte ou Santa Catarina. Em Santa Catarina o pessoal preserva a tradição e o jeito deles é parecido com o nosso e o litoral norte dá para tocar a vida, vender alguma coisa. Por que eles querem salvar isso aqui? Porque está tudo poluído.
- (10) Mudei só por causa das crianças para o estudo.
- (11) Não, de jeito nenhum! Isso aqui é um paraíso. Os vizinhos maravilhosos que eu tenho.
- (12) Não tem outro lugar para nós ir, tem que ficar por aqui mesmo.
- (13) Não, para que mais? Eu já estou cansando, já não estou querendo mais nada.
- (14) Não porque estou acostumado aqui. Gosto daqui.
- (15) Se tivesse um lugar com mais recursos... não tem como sair daqui.
- (16) Daqui não, só para o céu.
- (17) Se tivessem mais moradores, mais opção, eu moraria aqui. Eu fui para a cidade [Pedro de Toledo] por causa dos filhos.
- (18) Não, tenho minha vida aqui. Para aonde eu vou?
- (19) Não porque em primeiro lugar eu não tenho estudo; ir para a cidade para ficar sem emprego não tem condições.
- (20) Não porque eu não acostumo noutra parte de jeito nenhum.
- (21) Não porque eu gosto daqui, é meu habitat natural.

ANEXOS

EEJI - Conselho Consultivo - Cadastro de Representantes

Nº	Entidades (Soc. Civil Organizada)	Representante Indicado	e-mail
1	Assoc. Jovens da Juréia (Titular)	Zenelio Pereira Gomes	aij-jureia@uol.com.br
2	Keep da Ocecan Clean (Titular)	Wagner Xavier da Silva	kdoc@brasil.com.br
	Mongue Prot. ao Sistema Costeiro (Supl.)	Plínio E. Borba de Castro Melo	mongue@mongue.org.br
3	REMAVALE		
	Assoc. Mon. Amb. de Peruíbe (Titular)	Sérgio Luiz da Silva	amap@caramico.com.br
	AAVENTUR (Suplente)	Eduardo Monteiro Ribas	aaventur@hotmail.com
4	União dos Moradores da Juréia (Titular)	Arnaldo Rodrigues das Neves Jr	
	Proter - Programa da Terra (Suplente)	Armin Deitenbach	programadaterra@uol.com.br
5	Coati-Juréia	João Luiz Naldo	ongcoatijureia@hotmail.com
Nº	Órgãos Públicos	Representante Indicado	e-mail
1	Proc. Geral do Estado - Santos (Titular)	Cíntia Oréfica	
	Proc. Geral do Estado - Santos (Suplente)	Alexandre M. de Souza	
2	DEPRN (Eng ^a Agr ^a) (Titular)	M ^a Francisca Alhambra Bartolome	
	DEPRN (Eng ^o Agr ^o) (Suplente)	Luiz André Capitan Dieguez	
3	Polícia Ambiental - Peruíbe (Titular)	1º Ten. Reinaldo Almeida	
	Polícia Ambiental - Peruíbe (Suplente)	2º Edson Neris	
	Polícia Ambiental - Registro (Titular)	2º Ten. Geraldo L.P. Araújo	
	Polícia Ambiental - Iguape (Suplente)	1º Sg. Jorge Monteiro dos Santos	
4	Fund. Instituto de Terras - FITESP (Titular)	Dinaldo Félix Silva Siedlarczyki	
	Fund. Instituto de Terras - FITESP (Supl.)	Luiz Augusto dos Santos	
5	Pref. Municipal de Peruíbe (Titular)	Marcelo José Gonçalves	
	Pref. Municipal de Peruíbe (Suplente)	Walkíria T.S. Cardoso	
6	Prefeitura Municipal de Iguape (Titular)	Lilian Rochael	
	Prefeitura Municipal de Iguape (Suplente)	Antonio Fernandes Coelho	
7	IBAMA - Gerente da APA (Titular)	Míriam Abe Yanaguizawa	
	IBAMA - Chefe da ARIE (Suplente)	Ana Paula Bax	ibamaigp@matrix.com.br
Nº	Moradores/Entidade	Representante Indicado	e-mail
1	Setor 1		
	Cach. Guilherme/R.Verde/Grajúna e P. Una	Dauro Marcos do Prado	
2	Setor 2		
	Rio das Pedras/Aguapeú	Yago Tauá Rodrigues das Neves (Tit)	
		Carlos Raimundo (Suplente)	
3	Setor 3		
	Despraiado,B.Funda,Jacu-Guaçu,Cl. Verdes	José Peixe Amarante (Titular)	
		Sílvio Fernandes Rodrigues (Supl.)	
4	Setor 4		
	Parnap., Guarauz.,M.Itu, S.Guaraú e C. Antas	Benedito Rodrigues	
5	Setor 5		
	Itinguçu, Tetequera, Itinguinha e Perequê (AMACUG)	Marcelino Aranda (Titular)	
		José Medeira Mendes (Suplente)	
6	Setor 6		
	SABBU - Vila Barra do Uma	Peder Kvan Neto	
7	Setor 7		
	Praia da Juréia e Barra do Ribeira		
Nº	Representantes de Pesquisa	Representante Indicado	e-mail
1	Pesquisadores	Otávio Marques (Titular)	otaviomarkes@originet.com.br
2		Rosely Alvim Sanches (Suplente)	rosely@socioambiental.org

PROJETO DE LEI Nº 613, DE 2004

Altera os limites da Estação Ecológica da Juréia-Itatins, criada pela Lei nº 5.649, de 28 de abril de 1987, exclui áreas ocupadas pelas populações que especifica, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Ficam excluídas dos limites da Estação Ecológica da Juréia-Itatins, criada pela Lei nº 5.649, de 28 de abril de 1987, as áreas ocupadas pelas seguintes populações:

- I – No município de Iguape, as conhecidas por: Praia da Juréia, Aguapeú, Rio das Pedras, Despraiado, Itinguçu, Itinguinha, Rio Una, Cachoeira do Guilherme, Praia do Una, Grajaúna, Rio Verde e Rio Comprido;
- II – No município de Peruíbe, as conhecidas por: Barro Branco, Vila Barra do Una, Tocaia, Serra do Guaraú, Cachoeira das Antas, Perequê, Morro do Itu, Guarauzinho, Parnapuã/Brava, Caramborê, Tetequera e Juquiazinho;
- III – No município de Miracatu, as conhecidas por: Barra Funda e Jacu Guaçu;
- IV – No município de Itariri, a conhecida por Colinas Verdes.

Artigo 2º - As áreas elencadas no artigo anterior serão transformadas em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, de acordo com as características sócio-ambientais de cada uma delas.

Parágrafo único – As populações de cada área, em conjunto com a União dos Moradores da Juréia, com auxílio dos órgãos técnicos e ambientais responsáveis, definirão o tipo de unidade de uso sustentável a ser implantada e elaborarão propostas de sua criação, que deverão levar em consideração as condições e necessidades de forma a garantir a sustentabilidade do seu modo de vida.

Artigo 3º - O Poder Público Estadual, por meio dos seus órgãos técnicos de terras, em conjunto com o do meio ambiente, providenciará o levantamento e demarcação das áreas ocupadas pelas populações de que trata o artigo 1º desta lei, e elaborará planta e memorial descritivo de cada uma delas, assim como o cadastro e rol das ocupações existentes, além de planta e memorial descritivo das ocupações individuais.

§ 1º – Os perímetros apurados no levantamento de cada área, devidamente demarcados, servirão de limites para o recuo da Estação Ecológica da Juréia-Itatins.

§ 2º - Ficam garantidos os acessos, fluviais e terrestres, no interior da Estação Ecológica da Juréia-Itatins, visando a locomoção e permanência das populações residentes.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento.

Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 1º - A partir da vigência desta lei, deixam de pesar sobre as áreas conhecidas e ocupadas pelas populações de que tratam o artigo 1º, as restrições previstas para as unidades de conservação de proteção integral.

Artigo 2º – Cumprido o disposto no artigo 3º desta lei, será efetuado novo levantamento da Estação Ecológica da Juréia-Itatins, elaborando-se planta e o correspondente memorial descritivo, para efeito da sua nova configuração e área.

JUSTIFICATIVA

A Estação Ecológica da Juréia-Itatins foi criada por meio da Lei Estadual nº 5.649, de 28 de abril de 1987, porém em 1986 já havia sido criada por meio do Decreto nº 24.646, de 20/01/86, e abrange parte dos municípios de Peruíbe, Iguape, Miracatu e Itariri. Desde sua criação, como também de outras Unidades de Conservação do Vale do Ribeira, concepções divergentes acerca do tratamento adequado dos remanescentes da Mata Atlântica e diferentes interesses de uso chocam-se violentamente na região. A administração ambiental pública e a maioria das organizações ambientais consideram garantida a proteção da Mata Atlântica nas áreas declaradas Unidades de Conservação somente por meio da exclusão da atividade humana e tentam impô-la valendo-se das normas legais. As populações que vivem e sobrevivem nessas áreas, por sua vez, vêem-se privadas dos seus direitos fundamentais e ameaçadas em sua perspectiva de sobrevivência e tentam defender-se contra as restrições ambientais. O direito hereditário a seu espaço vital fundamenta-se, em sua visão, não só em sua relação histórica com o meio, mas também no fato de sua economia de subsistência estar tradicionalmente em harmonia com a natureza e de que suas formas de uso sustentável têm colaborado com a manutenção da Mata Atlântica e devem continuar a fazê-lo.

O Vale do Ribeira concentra a maior parte dos remanescentes da Mata Atlântica no Estado de São Paulo (66% no Estado e 13% de todo o Brasil). O valor estratégico destes remanescentes para a proteção da Mata Atlântica levou o Estado de São Paulo a declarar mais do que um terço deles como de “proteção integral”(Parques e Estações Ecológicas). Com isso, três quartos das Unidades de Conservação restritivas de São Paulo localizam-se no Vale do Ribeira.

O gradativo aumento das áreas protegidas no Estado não tem sido acompanhado por um planejamento realista, e nem por uma implementação efetiva das áreas. O levantamento das propriedades e a desapropriação das terras são efetuados, via de regra, somente após a declaração oficial. Pelo fato das áreas atingidas serem, em sua maioria, habitadas desde várias gerações, se cria, desta forma, as bases para conflitos profundos e, sob as condições contextuais, praticamente não solucionáveis.

Importante salientar que, nos processos de tombamento das áreas de conservação da natureza os moradores normalmente “são esquecidos”, como é o caso da Estação Ecológica Juréia-Itatins, que desde antes de sua criação, contava com muitas comunidades vivendo em seu interior e espalhadas pelos diversos municípios que a compõem. Efetivamente, não se levou em consideração muitos dos direitos individuais e coletivos dessas pessoas, como a permanência no próprio território, identidade cultural, moradia, alimentação, direito de ir e vir, etc...Além disso, denota-se que a regra principal implícita no artigo 225 da nossa Carta Magna é que **“o meio ambiente ecologicamente equilibrado tem por objetivo o homem e a sua sadia qualidade de vida”**; as regras de proteção à natureza, não têm como fim a própria natureza, mas os seres humanos, e é absolutamente incoerente e injusto que somente se consiga garantir tal proteção do meio ambiente com a total exclusão da presença e da atividade humana, principalmente se levarmos em consideração, no caso da EEJI, que as populações lá já se encontravam quando da sua criação.

O objetivo desta proposição, meus Nobres Pares, é promover uma desafetação relativa das áreas ocupadas pelas comunidades elencadas no artigo primeiro, alterando-se-lhes a categoria, de Unidade de Proteção Integral, que é a categoria da EEJI como um todo, para Unidades de Uso Sustentável, cujo objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, de acordo com as características de cada comunidade, evitando ainda, a especulação imobiliária. Note-se que cada área ocupada por essas comunidades continuará sendo uma Unidade de Conservação, porém não restritiva como é o caso da Estação Ecológica.

Cumprindo ainda destacar que em 1986, quando da criação da EEJI por meio de Decreto, viviam naquela Unidade de Conservação, segundo estimativas de várias ONGs de atuação local, aproximadamente 500 (quinhentas) famílias, uma média de duas mil e quinhentas pessoas, que o poder público jamais conseguirá remover sem a ocorrência de acirramento de conflitos e outras consequências; e que, por outro lado, não podem continuar “esquecidas”, sendo lembradas somente quando são autuadas pela Polícia Ambiental.

Além disso, a Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), - Lei Federal nº 9.985, de 18/7/2000, no § 7º do artigo 22, diz que *“A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica.”*

Trata-se, pois, de uma questão de relevante cunho social e ambiental, e de um enfrentamento que deve ser feito nesta Casa, pois a persistir a situação atual, aquelas populações permanecerão numa situação de ilegalidade injusta, simplesmente pelo fato de morarem onde sempre moraram, sendo privadas de muitos dos direitos e garantias fundamentais, estabelecidos pela Constituição Federal, como a vida, a propriedade, locomoção, moradia, educação, saúde e trabalho.

Frise-se que a propositura que ora se apresenta, encontra-se em perfeita consonância com o disposto no artigo 196 da Constituição Estadual.

Diante de tais fatos e da relevância da questão posta em pauta, e da premência e necessidade de se excluir dos limites da Estação Ecológica da Juréia-Itatins e alterar a categoria das áreas ocupadas por aquelas comunidades, de Unidade de Proteção Integral para Unidades de Uso Sustentável, devolvendo a dignidade às pessoas que nelas vivem e sobrevivem, de modo a possibilitar que convivam, morem e trabalhem em harmonia com o meio ambiente, solicitamos aos nossos pares, Nobres Deputados e Deputadas para que, no uso habitual da sua sabedoria, aprovelem o presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 29/9/2004

a) Hamilton Pereira – PT

a) José Zico Prado - PT